


**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara – SP**

ROSANGELA DA SILVA

# **A REVOLUÇÃO BRASILEIRA NO PENSAMENTO DE NELSON WERNECK SODRÉ**



ARARAQUARA – S.P.  
2021

ROSANGELA DA SILVA

# A REVOLUÇÃO BRASILEIRA NO PENSAMENTO DE NELSON WERNECK SODRÉ

Tese de Doutorado apresentada ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

**Bolsa:** Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

ARARAQUARA – S.P.  
2021

S586r

Silva, Rosangela da

A revolução brasileira no pensamento de Nelson Werneck Sodré /  
Rosangela da Silva. -- Araraquara, 2021

127 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Carlos Henrique Gileno

1. Revolução brasileira. 2. Pensamento político e social no Brasil. 3.  
Modernização e nacionalismo. 4. Formação social. 5. Ideal humano. I.  
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ROSANGELA DA SILVA

# **A REVOLUÇÃO BRASILEIRA NO PENSAMENTO DE NELSON WERNECK SODRÉ**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

**Bolsa:** CAPES

Data da defesa: 30/06/2021.

## **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente:**

**Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno – Orientador** (Participação virtual)

Departamento de Ciências Sociais / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP

---

**Membro Titular:**

**Prof. Dr. Aluizio Alves Filho** (Participação virtual)

Departamento de Comunicação Social / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

---

**Membro Titular:**

**Prof. Dr. Lincoln de Abreu Penna** (Participação virtual)

Instituto de História / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

**Membro Titular:**

**Profa. Dra. Luciléia Aparecida Colombo** (Participação virtual)

Instituto de Ciências Sociais / Universidade Federal de Alagoas – UFAL

---

**Membro Titular:**

**Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy** (Participação virtual)

**Programa de Pós-Graduação em Comunicação** / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

## AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial a minha mãe e aos meus irmãos que são a minha base de sustentação e o meu refúgio.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara, em especial ao meu orientador Carlos Henrique Gileno por toda a ajuda prestada ao longo deste processo.

Aos professores Aluizio Alves Filho, Lincoln de Abreu Penna, Luciléia Aparecida Colombo e Maria Teresa Miceli Kerbauy por terem aceitado o convite para compor a banca examinadora.

À Olga Sodré, filha de Nelson Werneck Sodré, que se dispôs prontamente em me conceder uma entrevista, a qual não foi realizada devido ao contexto pandêmico.

A todos os colegas da turma do doutorado, em especial a Rosangela Veras por me abrir as portas da sua casa e ao Alexandre Santos pela amizade, pela presença e pela escuta.

Às amigas feitas em Araraquara, em especial ao Darbi.

Aos professores do Curso de Ciências Sociais da Unioeste/Toledo, especialmente ao Osmir, com quem tive as primeiras conversas sobre a temática desenvolvida neste trabalho. E, a Vania, Geraldo, Gustavo, Roberto e Marco Antônio que me ajudaram a dar conta da carga de trabalho entre as idas e vindas de Toledo para Araraquara durante o primeiro ano, quando ainda não tinha bolsa de estudos.

À Francieli e ao Rodrigo pela amizade e pelo acolhimento.

À Vânia, Viviane e Francioli pela amizade e por permanecerem por perto em um período que estive tão ausente.

Ao Fred ... companheiro de todos os dias!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Dedico este trabalho a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, em diferentes momentos da minha vida, me fizeram ver que é possível haver leveza.

*“Tudo se passa como se o esforço de ‘pensar o pensamento’ se acendesse nos momentos em que nossa má formação fica mais clara e a nação e sua intelectualidade se veem constrangidas a refazer espiritualmente o caminho percorrido antes de embarcar em uma nova aventura – para declinar ou submergir em seguida”.*

Gildo Marçal Brandão (2010, p. 28).

## RESUMO

Em 1958, Nelson Werneck Sodré publicou a obra intitulada *Introdução à Revolução Brasileira*, na qual afirmava que o país estava vivenciando um processo revolucionário. O objetivo deste trabalho é problematizar qual a definição de revolução dando ênfase para os seus agentes propulsores segundo o pensamento de Nelson Werneck Sodré. Esta análise será empreendida a partir da utilização de duas metodologias contextualistas, o contextualismo linguístico - a partir do pensamento de Quentin Skinner; e a História social da Teoria Política (contextualismo social) - metodologia elaborada por Neal e Ellen M. Wood. Tais metodologias nos permite empreender uma análise acerca da revolução no pensamento deste intelectual a partir da reconstrução do contexto social em que viveu e produziu sua obra, dando ênfase a identificação dos conflitos sociais do período e da posição tomada pelo autor diante deles. Destas correlações, por fim, será empreendida uma análise pautada na ideia de que seu pensamento se traduz em um projeto de sociedade, que contém em suas bases a visão de Sodré acerca de qual seria a melhor forma de organização social, assim como também o tipo humano ideal para conduzir a prática política.

**Palavras-chave:** Revolução Brasileira. Pensamento Político e Social no Brasil. Modernização. Nacionalismo. Formação social. Ideal humano.



## ABSTRACT

In 1958, Nelson Werneck Sodr  published a book entitled Introduction to Brazilian Revolution in which he affirmed that the country was experiencing a revolutionary process. The objective of this paper is to problematize the definition of revolution, emphasizing its propelling agents based on Nelson Werneck Sodr 's thought. This will be done using two contextualist methodologies, linguistic contextualism - based on Quentin Skinner's thought; and the Social History of Political Theory (social contextualism) - methodology developed by Neal and Ellen M. Wood. These methodologies allow us to analyze the revolution in the thought of this intellectual reconstructing the social context in which he lived and produced his work, emphasizing the social conflicts of the period and the position taken by Sodr . From these, in the end, an analysis will be done based on the idea that his thought reflects on a project of society, which contains Sodr 's vision of what would be the best form of social organization, thus the ideal human type to conduct political practice.

**Keywords:** Brazilian Revolution. Political and Social Thought in Brazil. Modernization. Nationalism. Social formation. Human Ideal.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ANL</b>	Aliança Nacional Libertadora
<b>CPC</b>	Centros Populares de Cultura
<b>DOPS</b>	Departamento de Ordem Política e Social
<b>IBESP</b>	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
<b>IPM</b>	Inquéritos Policiais Militares
<b>ISEB</b>	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
<b>PCB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 O SOLDADO, O INTELLECTUAL E O MILITANTE: O AUTOR E O SEU CONTEXTO INTELLECTUAL, POLÍTICO E SOCIAL</b> .....	14
<b>1.1 Os primeiros anos: origem familiar, trajetória escolar e primeiras leituras</b> .....	17
<b>1.2 O militar: a vida profissional no Exército Brasileiro e a gestação do intelectual</b> .....	25
<b>1.3 O intelectual: a convergência para a militância e as contradições da vida profissional no Exército</b> .....	34
<b>2 NACIONALISMO E MODERNIZAÇÃO: O CONTEXTO INTELLECTUAL DOS DEBATES SOBRE A IDEIA DE FORMAÇÃO CULTURAL E SOCIAL NO BRASIL</b> .....	48
<b>2.1 O período revolucionário em debate: a formação histórica e cultural no Brasil</b> .....	56
<b>2.2 O nacionalismo no pensamento de Nelson Werneck Sodré</b> .....	67
<b>3 A REVOLUÇÃO NO PENSAMENTO DE NELSON WERNECK SODRÉ</b> .....	76
<b>3.1 O caráter da revolução: composição das forças progressistas</b> .....	77
<b>3.2 As bases do ideal humano progressista no pensamento de Sodré</b> .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	122

## INTRODUÇÃO

Nelson Werneck Sodré (1911-1999) publicou em 1958 a obra *Introdução à Revolução Brasileira*, afirmando que o Brasil vivenciava um processo revolucionário. O objetivo desta tese é analisar qual a definição de revolução em seu pensamento, dando ênfase a seus agentes propulsores.

A despeito de Sodré ter exercido a carreira militar – profissão que lhe garantiu o próprio sustento e da sua família –, ele desenvolveu concomitantemente profícua atividade intelectual que resultou em vasta obra, grande parte dela produzida por categorias de análise marxista. Viveu, como afirma José Paulo Netto (2011), entre o “sabre e a pena”. Neste sentido, quais as implicações ou consequências que essa dupla determinação causou em sua trajetória intelectual e, por consequência, para a construção do seu pensamento cultural, político e social – que se traduz no seu projeto de sociedade?

Independentemente de o objetivo da tese se concentrar no conceito formulado por Sodré sobre a revolução brasileira, é necessária a reflexão teórica do contexto intelectual mais amplo vivenciado pelo autor e, por conseguinte, as influências teóricas presentes em sua obra. Os estudos no campo da teoria política empregam em suas análises, basicamente, metodologias de base textualista<sup>1</sup> ou contextualista<sup>2</sup>. Cada uma delas se constitui em um corpo de normas e regras para a interpretação dos textos. É possível, então, afirmar que existe um procedimento que seja mais adequado ou mais eficiente do que o outro para efetuar aquelas análises?

Para situar Sodré no seu contexto intelectual, adotaremos duas perspectivas teóricas de base contextualista: o Contextualismo Linguístico do teórico Quentin Skinner (1940 – presente) e a História social da teoria política de Neal Wood (1922-2003) e Ellen Meiksins Wood (1942-2016), denominada de “Contextualismo Social”<sup>3</sup>. Ambas as perspectivas afirmam ser de fundamental importância para o estudo de obras e autores da Teoria Política a realização de

---

<sup>1</sup> A metodologia textualista, como expressado na obra de Leo Strauss (2015), se constitui a partir da realização da leitura direta da obra, sem referências externas. O objetivo é buscar entender *o que o autor disse*. As únicas referências externas que serão consideradas são aquelas que o próprio autor indicou no interior de seu texto, as quais irão expressar a tradição com a qual ele lida.

<sup>2</sup> Na metodologia contextualista, além da leitura da própria obra, importa também contextualizar o autor em seu contexto social. Como exposto por Skinner (1996), neste sentido é preciso reconstituir o quadro de ideias políticas da época, importando analisar *o que o autor estava fazendo* quando escreveu a obra e quais as influências intelectuais e políticas que constituíram o seu pensamento.

<sup>3</sup> Terminologia cunhada pelo Grupo de Pesquisa Democracia e Desenvolvimento (NERES; DOMBROWSKI; SILVA, 2016; CARDOSO; SILVA, NERES, 2016).

uma profunda e ampla contextualização histórica acerca do momento em que um determinado autor escreveu a sua obra.

Para o contextualismo linguístico, que tem como um de seus formuladores o historiador britânico Quentin Skinner, é necessário localizar o autor em seu contexto intelectual. Interessa saber para quem o autor escreveu, pois sempre se escreve para um público específico, a respeito de um período histórico particular. Neste sentido, é preciso reconstituir o quadro de ideias políticas da época, importando analisar *o que o autor estava fazendo* quando escreveu a obra e quais as influências intelectuais e políticas que constituíram o seu pensamento.

Igualmente, é relevante abordar, além da obra do autor principal a ser estudado, o conjunto de obras menos lidas que foram produzidas no mesmo período, possibilitando identificar “as convenções linguísticas reconhecíveis da época” (SKINNER, 1996, p. 11) em que o texto foi escrito, “Pois é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas” (SKINNER, 1996, p. 11).

Mas, além de nos perguntarmos acerca da necessidade de recuperação do contexto em que o autor estava escrevendo, é imperativo questionar a qual contexto especificamente ele se refere. No prefácio de *Fundações do Pensamento Político Moderno* (1996), Skinner afirma que um dos objetivos da referida obra “[...] consiste em ilustrar um certo modo de proceder ao estudo e interpretação dos textos históricos”. O autor busca apresentar os pressupostos de sua metodologia.

[...] procurei não me concentrar nos maiores teóricos, preferindo focar matriz mais ampla, social e intelectual, de que nasceram suas obras [...] discutir as características mais relevantes das sociedades nas quais e para as quais eles [os autores clássicos] originalmente escreveram [...] ao contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos (SKINNER, 1996, p. 10).

O autor conclui que tentou “[...], assim, escrever, uma história menos concentrada nos clássicos e mais na história das ideologias” (SKINNER, 1996, p. 11), o que, para ele, garantiria uma abordagem realmente histórica. Assim, sua perspectiva traz para o centro do debate a questão das ideologias e dos princípios políticos adotados pelos escritores, ao reafirmar a importância da compreensão do que um autor *estava fazendo* quando ele escreveu: “[...] precisamos saber algo da sociedade na qual [tais textos] foram escritos”. O que seria exatamente esse “algo”? (SKINNER, 1996, p. 13).

Quanto ao “contextualismo social”, método de estudos dos clássicos da política elaborado por Neal Wood (1978), pode nos fornecer um conjunto de questões que auxiliem na

identificação da matriz social mais ampla referida por Skinner (1996). Com base em Neal Wood (1978) e Ellen M. Wood (2008), Vânia S. Vaz da Silva (2016) sistematizou o conjunto de assertivas a partir das quais partiram tais autores:

(1) a política é um empreendimento eminentemente prático; (2) a teoria política clássica está intimamente relacionada com o contexto social e histórico prático no qual foi concebida; (3) cada texto clássico de teoria política, entre outras coisas, é uma importante reflexão sobre seu tempo; (4) a gênese de uma obra clássica de teoria política pode ser explicada em termos sociais, representando fundamentalmente uma posição partidária no conflito do período; (5) conseqüentemente, toda obra clássica de teoria política é ideológica, embora não exclusivamente (SILVA, 2016, p. 89).

Essas assertivas, sistematizadas por Vânia S. Vaz da Silva (2016), indicam como Neal e Ellen Wood interpretam a política e os textos acerca da teoria política elaborados pelos clássicos. A primeira etapa consiste em situar o autor no seu contexto social pelo estudo de sua biografia, e situar o contexto intelectual de produção da sua obra. Tais procedimentos correspondem ao primeiro e segundo capítulo desta tese respectivamente.

O primeiro capítulo, *O soldado, o intelectual e o militante*, analisa a biografia de Nelson Werneck Sodré considerando toda a sua trajetória, pontuando as heranças culturais familiares, sua inserção no Colégio Militar, o momento em que inicia a sua carreira no Exército brasileiro até se tornar um reconhecido intelectual e crítico literário. O objetivo é compreender as particularidades da sociedade em que o autor viveu, buscando identificar quais eram os principais conflitos políticos e sociais da sua época. A contextualização biográfica está fundamentada nas leituras das obras memorialísticas do autor, *Memórias de um soldado* (1967) e *Memórias de um escritor* (1970), e de biógrafos e críticos como José Paulo Netto (2011), Paulo Ribeiro da Cunha (2011a); Paulo Ribeiro da Cunha e Fátima Cabral (2011) e Marcos Silva (2001).

No segundo capítulo, *Nacionalismo e Modernização*, será analisado o contexto intelectual de produção da obra *Introdução à Revolução Brasileira*. Serão estudadas obras do autor que a precede, como *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos* [1938] (1940, 1995), *Orientações do Pensamento brasileiro* (1942) e *Formação da sociedade brasileira* (1944), nas quais circunda a noção de formação social, cultural e política no Brasil. Este diálogo será estabelecido a partir das importantes contribuições trazidas pelo filósofo João Cruz Costa (1967), pelo crítico literário Roberto Schwarz (2014), pelo sociólogo e crítico literário Antonio Candido (1975), e pelos cientistas políticos Raimundo Faoro (2007), Christian Lynch (2013) e Gildo Marçal Brandão (2010). Estes intelectuais serão abordados com o intuito

de problematizar a recepção da metodologia contextualista no Brasil, e como foi reelaborada por estes autores ao pensarem o contexto local.

Ainda no bojo da análise do período de elaboração de *Introdução à Revolução Brasileira*, serão cotejadas as contribuições de Daniel Pécaut (1990), André Botelho (2008), Octavio Ianni (1965) e Marcelo Ridenti (2010), no que diz respeito à forma como o pensamento de Sodré se insere nas discussões acerca da modernização e, por fim, sua inserção nas discussões acerca do nacionalismo. Sua perspectiva nacionalista será pontuada a partir do contraponto com as posições defendidas por Hélio Jaguaribe (1958).

A leitura destas obras históricas, sociológicas, econômicas e políticas será feita com o objetivo de identificar a interpretação teórica da realidade brasileira elaborada por Sodré, e como ele se posicionou diante dos conflitos ao procurar identificar aspectos como “[...] a natureza da estrutura social real, da divisão de classes, do sistema prevalecente de *status*, das conexões entre classes e *status* e suas relações com o Estado” (SILVA, 2016, p. 90).

Nessa perspectiva, os teóricos políticos clássicos não foram espectadores neutros dos conflitos: os seus escritos eram elaborações teóricas comprometidas com a defesa de posições políticas e sociais. Essa forma de proceder possibilita uma análise contextual informada pela história social em sentido amplo, pois “contexto”, nesse caso, refere-se de forma ampla aos contextos econômico, social, político e ideológico (WOOD, 1978).

O terceiro capítulo, *A revolução no pensamento de Nelson Werneck Sodré*, tem por objetivo analisar a definição do conceito de revolução em seu pensamento, no qual as classes ou frações de classe são consideradas como elementos fundamentais do processo revolucionário. Essa discussão será elaborada a partir, principalmente, da obra *Introdução à Revolução Brasileira* (1958). Retomando o contextualismo social, busca-se identificar, neste capítulo, qual é o *ideal humano* que compõe o projeto de sociedade inerente ao pensamento de Nelson Werneck Sodré.

O *ideal humano* de um autor é construído a partir de um homem concreto, recortado do contexto em que o autor do conceito estava vivendo, relacionando a teoria com o contexto social. Identificá-lo no pensamento de um teórico específico equivale a perguntar-se que tipo humano seria seu “herói ou anti-herói”, quais elementos cristalizam a sua adesão a determinados objetivos sociais e políticos e a sua rejeição a outros, questões que permitem ao pesquisador compreender as suas prescrições sociais e políticas (WOOD, 1978; WOOD, 2008). Neste sentido, será empreendida uma análise que objetiva identificar qual seria o *ideal humano* presente no pensamento de Nelson Werneck Sodré.

## 1 O SOLDADO, O INTELLECTUAL E O MILITANTE: O AUTOR E O SEU CONTEXTO INTELLECTUAL, POLÍTICO E SOCIAL

Nelson Werneck Sodré nasceu em 1911 na cidade do Rio de Janeiro/RJ e faleceu em 1999 em Itu/SP, aos 87 anos. Sua vida intelectual se iniciou aos 13 anos, em 1924, com a publicação de sua primeira crônica e manteve-se produtiva até os últimos anos de vida. O resultado de mais de três quartos de século de intenso trabalho intelectual foi uma vasta obra, parte dela produzida concomitantemente ao seu percurso profissional no Exército Brasileiro, que inclui “[...] 56 livros e quase três mil artigos, a maior parte destes publicados em grandes periódicos (jornais e revistas) do país” (CUNHA; CABRAL, 2011, p. 9).

O conteúdo dessas obras versa sobre diferentes temas de sua predileção intelectual e política, tais como a literatura, que é evidenciada nos livros *História da Literatura Brasileira: Seus fundamentos Econômicos* [1938] (1940,1995) e *Literatura e História no Brasil Contemporâneo* (1987). Outros livros foram escritos a partir da influência da sua vivência profissional no Exército, como *História Militar do Brasil* (1965), *Memórias de um Soldado* (1967) e, na qualidade de intelectual, *Memórias de um Escritor*<sup>4</sup> (1970). Esses livros memorialísticos são autobiográficos e descrevem a trajetória de Sodré como ator político.

Livros, como a *Contribuição à História do PCB* (1985) e *História e Materialismo Histórico no Brasil* (1985), evidenciam a perspectiva teórica e ideológica das análises políticas de Nelson Werneck Sodré. Por outro lado, existem livros que são estudos acerca da formação da sociedade brasileira, como *As classes sociais no Brasil* (1957), *Quem é o povo no Brasil?* (1962) e *Síntese de História da Cultura Brasileira* (1970). Ainda, *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil* (1990), *História da Burguesia Brasileira* (1964) e *Introdução à Revolução Brasileira* (1958) são livros que elegem como objeto de estudo a questão da revolução e da formação da burguesia no Brasil.

Como o próprio Sodré afirma em sua obra autobiográfica *Memórias de um escritor* (1970), sua biografia pode ser reconstituída de maneira sincronizada com os principais eventos políticos do último século, tanto no âmbito nacional quanto mundial:

Nasci em 1911, tinha três anos, ao irromper a Primeira Guerra Mundial; seis, quando surgiu a Revolução de Outubro; sete, quando terminou a guerra; onze quando o Brasil completou um século de vida independente (sendo, entretanto,

---

<sup>4</sup> A obra *A luta pela cultura* (1990) é a continuação da obra *Memórias de um escritor* (SILVA, 2008, p. 447). Apesar disso, não será problematizada neste trabalho por se constituir em uma obra memorialística de um período posterior ao que é tratado nesta tese.



tão dependente ainda). Vivi o tempestuoso período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, com todas as manifestações de renovação econômica, política, social, artística, e também as de desespero, a busca angustiada da originalidade, em arte, e a luta violenta pelo poder; vivi o mundo em que viveram o Kaiser Guilherme II, da Alemanha, o imperador Francisco José, da Áustria-Hungria, Clemenceau, Poincaré, Chamberlain, Lloyd George, o czar Alexandre III, o presidente Wilson, Sun Yat Sen, Lênin, para chegar à fase em que viveram Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stalin. No Brasil atravessei justamente o tempestuoso período do tenentismo, na agonia da República oligárquica; do Modernismo, em literatura e nas artes; da Revolução de 1930, do movimento de 1932, do levante de 1935, da ditadura do Estado Novo, do *putsch* de 1938, da Segunda Guerra Mundial e da nossa participação nela; da reconstitucionalização e das lutas políticas subsequentes, com os golpes e tentativas de golpe de 1945, de 1954, de 1955, de 1961, de 1964, da ditadura militar então instaurada [...]. Assisti as grandes transformações por que o Brasil passou neste século; as mudanças têm sido profundas, mal nos damos conta de quão profundas têm sido. E o mundo, então, nem se fala: somos, ao mesmo tempo, em épocas assim, contemporâneos do passado e do futuro. Como assisti a tudo com muita atenção e, no que diz respeito ao Brasil, com muita participação, suponho ter o que contar. Tudo o que fica registrado aqui, entretanto, mesmo quando isso não esteja explícito, deve ser entendido em seu enquadramento histórico, relacionando com o tempo e com aquilo que o caracterizava (SODRÉ, 1970, p. 15-16).

Além de vivenciar na infância a deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914), presenciou na adolescência os desdobramentos políticos e sociais deste evento bélico. A Segunda Guerra Mundial (1939) foi experienciada de maneira diferente por Sodré, pois, além de já ter alcançado a vida adulta, vislumbrou-a não somente sob a ótica do civil, mas igualmente como soldado. As correlações de forças e ideologias inerentes nesses conflitos mundiais deu a tônica para os grandes momentos da vida política nacional: os anos finais da Primeira República, a Revolução de 1930, o Estado Novo em 1937, o Golpe Militar em 1964 e o processo de reabertura democrática nos últimos anos da década de 1980. Este é o cenário no qual Nelson Werneck Sodré viveu, construiu a sua carreira no Exército e produziu a sua obra.

Nesta tese de doutorado, partimos do pressuposto desenvolvidos por Skinner (1996) de que a produção teórica de um autor está intimamente relacionada ao contexto intelectual em que ele escreve, tornando-se necessário conhecermos a sociedade na qual e para a qual ele escreve, buscando entender quais eram os conflitos da época e como o autor se posicionava diante deles, ou seja, tomando-o não somente como autor, mas como ator político e social.

A análise empreendida neste primeiro capítulo busca situar o autor em seu contexto político e social, a partir do estudo de sua biografia, tomando como linhas mestras o que José Paulo Netto (2011) nominou de duas “vocações”: a “das armas e a das letras”. A primeira será representada por sua atuação no Exército Brasileiro e, a segunda, através de sua produção

bibliográfica, composta pelos artigos de crítica literária, seus livros e a sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). É também relevante trazer para o debate o marxismo, perspectiva teórica que orientou seus escritos e a sua vinculação política/militante com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922.

Para a contextualização do pensamento de Nelson Werneck Sodré será abordado, no primeiro tópico do capítulo, as primeiras questões biográficas relacionadas com a sua origem familiar, sua trajetória escolar e as suas primeiras leituras, elementos que forneceram as bases teóricas para sua posterior formação profissional e intelectual.

O segundo tópico tratará do período em que o autor fez a opção pela vida militar, momento em que a sua produção intelectual se tornou regular e conhecida pelo público. Na contextualização desse período, buscou-se responder um conjunto de questões acerca da biografia que não foram possíveis responder no primeiro tópico, como a sua profissão, fonte de renda e as suas afiliações políticas que traduzem, em grande medida, o seu contexto social, que permitirá entender aspectos da sociedade em que Nelson Werneck Sodré viveu e produziu a sua obra.

Nesse cenário, serão centrais para compreender este período importantes questões acerca das divisões de classes, os lugares sociais e políticos ocupados por cada uma delas, as correlações de forças e disputas ideológicas que estavam estabelecidas, dentre outras questões. Por fim, aborda-se o período de maturidade intelectual do autor, que marca sua posição ideológica e, por conseguinte, converge para a militância e surgimento de alguns “desencantamentos” em relação a sua vida como militar.

Para além das duas obras autobiográficas de Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um soldado* (1967) e *Memórias de um escritor* (1970), nas quais ele reconstrói a sua própria trajetória, outras obras serão fundamentais para a composição do seu itinerário pessoal e intelectual: *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura* (2011), de José Paulo Netto; *Um olhar à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré* (2011a), de Paulo Ribeiro da Cunha; as coletâneas de textos *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena* (2011), organizada por Paulo Ribeiro da Cunha e Fátima Cabral, e *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira* (2001), organizado por Marcos Silva.

A trajetória intelectual do autor será composta, por um lado, pelo olhar que ele próprio lança sobre os acontecimentos da sua vida já em um período de maturidade, através de suas obras autobiográficas; e, por outro lado, pelo olhar que seus biógrafos lançaram sobre a sua trajetória, a partir do conjunto de obras já referidas, que trazem importantes interpretações ao

traduzirem um esforço de pensar a sua obra enquanto uma totalidade, a fim de extrair dela uma preocupação central que desembocaria na construção de um projeto de sociedade.

### 1.1 OS PRIMEIROS ANOS: ORIGEM FAMILIAR, TRAJETÓRIA ESCOLAR E PRIMEIRAS LEITURAS

A questão da origem familiar é apresentada por Nelson Werneck Sodré em suas duas obras autobiográficas, *Memórias de um soldado* (1967) e *Memórias de um escritor* (1970). Essas obras são o resultado do olhar lançado por ele sobre a sua própria trajetória, tendo como ponto de partida as duas principais atividades laborativas que desenvolveu de forma concomitante: a carreira militar, no Exército Brasileiro; e a sua trajetória enquanto intelectual.

Em *Memórias de um escritor* (1970), inicia a discussão problematizando o sentido de vocação ao questionar as bases que formariam a predileção de um indivíduo para exercer determinada atividade ou profissão. A partir desta reflexão, ele conduz o processo de reconstrução de sua própria trajetória.

Era filho único de Amélia Werneck Sodré e de Heitor de Abreu Sodré. Ambas as famílias foram no passado latifundiárias, oriundas da Província do Rio de Janeiro. Segundo Sodré (1970), entre os Abreu Sodré não havia tradição militar<sup>5</sup>. Situação diferente verificava-se em relação as letras, já que era parente de grandes nomes da literatura do país: eram membros da sua família paterna, o poeta e tradutor Manuel Odorico Mendes (1799-1884), o escritor e médico Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882)<sup>6</sup> e o poeta Raimundo Corrêa (1885-1951)<sup>7</sup>.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, o fato de ter na família grandes nomes da literatura não era justificativa para ver as suas inclinações para as letras como vocação – se o termo for entendido enquanto propensões genéticas – pois a busca pelo desenvolvimento das atividades intelectuais na sua família paterna estava muito relacionado à tentativa de resguardar o decoro da classe social diante do intenso processo de decadência material que estavam vivendo desde a Abolição da Escravatura, motivo que influenciou a vinda da família para a Província de São Paulo. Sobre as atividades literárias, Sodré afirma:

---

<sup>5</sup> Feliciano Pires de Abreu Sodré, o qual não consta o grau de parentesco, seguiu a carreira militar. No entanto, logo voltou-se para a política chegando a ser presidente de seu Estado (SODRÉ, 1967, p. 1).

<sup>6</sup> Dona Carolina, protagonista do romance de Joaquim Manuel de Macedo, intitulado *A Moreninha* (1844), foi inspirada em um membro da família Abreu Sodré (SODRÉ, 1970, p. 3).

<sup>7</sup> A grafia do seu sobrenome ora aparece como Corrêa ora como Correia, na própria obra de Sodré (1970, p. 5). Seu parentesco com a família é resultado do seu matrimônio com Mariana de Abreu Sodré ("Zinha"), tia-avó de Nelson Werneck Sodré.

Não representava segurança de enriquecimento, muito pelo contrário, mas preservava o orgulho de classe. Se não proporcionava glória e lucro, trazia destaque e, com isso, a abertura de perspectiva política. Foram regra, no Brasil, os que fizeram das letras e do jornalismo, confundidos então, degraus para a função pública (SODRÉ, 1970, p. 2).

Por outro lado, a família materna – os Werneck – desfrutou de grande prestígio como latifundiários escravagistas e manteve o seu status social e a sua condição econômica ao se tornar grandes fazendeiros cafeicultores. Inácio Barbosa dos Santos Werneck, barão de Bemposta (1828-1889), era pai da avó materna de Sodré. A família Werneck possuía também, com menor representatividade, parentes envolvidos com as Letras, como Américo Werneck<sup>8</sup> - tio-avô de Nelson Werneck Sodré – que era engenheiro de profissão, político e escritor. Seus escritos, no entanto, caíram no esquecimento.

Apesar de existirem, tanto na família paterna quanto na materna, predecessores que tinham propensões às Letras, Sodré entende não ter sofrido influências desses antepassados, ou mesmo ter recebido deles como herança a tendência para as Letras. Alguns não eram de sangue e muitos ele nem chegara a conhecer, como por exemplo, Raimundo Corrêa que se casou com a sua tia-avó Mariana de Abreu Sodré. Apesar de seu pai manter estreita proximidade com o referido tio-avô, pois residiu em sua casa por anos durante a infância, Sodré não chegou a conhecê-lo.

Nelson Werneck Sodré não seguiu a carreira de seu pai, que era advogado. Ressalta que nem mesmo seu pai tinha propensões para esta profissão, pois a desempenhou por pouco tempo e logo tornou-se proprietário de uma pequena indústria na qual trabalhou até 1923, enquanto a saúde permitiu. Como última atividade laborativa, seu pai desempenhou a função de coletor federal de Caçapava/SP, cargo comprado à época. A ida da família para o interior de São Paulo tornara-se um obstáculo à continuidade dos estudos de Nelson Werneck Sodré, uma vez que as escolas lá existentes não ofereciam o ginásio<sup>9</sup>. Por isso, após os primeiros anos escolares cursados em escola pública e uma rápida passagem pelo internato no Colégio Diocesano de Taubaté, Sodré deu continuidade aos seus estudos no Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde permaneceu por sete anos, cinco deles em regime de internato.

O autor relata duas situações que o colocaram em contato com a carreira militar. A primeira se deu no dia em que ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, que foi a primeira expressão do que se tornaria depois o Movimento Tenentista. Sodré estava em regime

---

<sup>8</sup> Escrevera o romance Graciema. Grande parte de sua obra se perdera no tempo (SODRÉ, 1967, p. 7).

<sup>9</sup> O Ginásio é equivalente ao que hoje é denominado como os anos finais do Ensino Fundamental.

de internato em uma escola de Copacabana e presenciou toda a movimentação dos revoltosos, assim como a dos soldados. A segunda ocorreu em virtude da permanência provisória de seus pais em uma pensão quando chegaram a Caçapava, na qual se hospedavam oficiais e ex-alunos do Colégio Militar, muitos dos quais haviam participado do referido levante. Sodré acredita que foi deste contato que surgiu a possibilidade de sua inserção na escola do Exército.

Estas circunstâncias redirecionariam a sua educação e a sua formação intelectual. Sodré relaciona a estes primeiros anos a sua aproximação com o que seria no futuro as suas duas profissões: por um lado, o colégio militar ofereceu a possibilidade de uma carreira profissional no Exército; por outro, é neste período que ocorre a sua aproximação com as Letras, por ele narrada ao tratar das suas primeiras leituras: “[...] logo ao ser internado, completei treze anos; sem saber, havia escolhido uma profissão” (SODRÉ, 1967, p. 5). Vislumbrar a possibilidade de seguir carreira militar representou expressiva mudança em relação ao lugar que a família de Sodré passou a ocupar na estrutura social, que é a de pequena burguesia<sup>10</sup> ou classe média. Isso fica evidente em sua própria afirmação:

O que era, aliás, comum: ao tempo de meus avós, a carreira militar não tinha status social; as famílias, a paterna, como a materna, ambas da província do Rio de Janeiro, estavam ligadas à terra – eram famílias proprietárias. Ao tempo, a carreira das armas era refúgio de classe média e eles pertenciam à classe superior (SODRÉ, 1967, p. 2).

Estas informações se referem a outro período histórico, contudo permaneciam válidas no interior do Exército no período em que Sodré se matriculou na Escola Militar. Se essa carreira não fazia parte do universo de seus ascendentes familiares no passado por não trazer status social ou prestígio que a sua condição de proprietários de terras requeria, na geração de Sodré ela se apresentou como forma de acessar boa educação e formação profissional – que não era acessível para todos, já que pouquíssimas vagas eram destinadas a filhos de civis (os quais pagavam pelos estudos)<sup>11</sup>. No contexto da referida alteração nas condições sociais da família de Sodré, as dificuldades que seus pais tiveram para adquirir o enxoval exigido pela escola, ao ingressar no Colégio Militar, foram superadas pela ajuda financeira de um primo do seu pai. Em 1929, quando chega ao fim o regime de internato, Sodré prosseguiu os seus estudos como

---

<sup>10</sup> Sodré equivale classe média à pequena burguesia: “A classe média a que modernos estudiosos apreciam denominar pequena burguesia”. E, também, à burguesia nacional “[...] representações ponderáveis da classe média, daquilo que se convencionou chamar de burguesia nacional” (SODRÉ, 1960, p. 30).

<sup>11</sup> A maior parte das vagas eram reservadas aos filhos dos militares. Para os filhos de militares que eram órfãos, o ensino era ofertado gratuitamente e para os demais com 50% de desconto na mensalidade.

aluno externo, porém sabia da dificuldade que seus pais teriam para arcar com as suas despesas de alimentação e moradia.

O Colégio Militar possuía grande fama, tanto na qualidade do ensino quanto no severo regime interno que privilegiava a hierarquia e a disciplina (SODRÉ, 1967). Os alunos eram ensinados a se comportarem como militares e, no caso de desobediência, estavam sujeitos a castigos e sanções que iam desde repressões orais, suspensão das saídas nos finais de semana, até a prisão de um dia ou mais. O “tipo ríspido” era muito comum entre inspetores e professores, e a rispidez estava associada às práticas que Sodré chamou de “culto da machice”. Esses fatores redundavam em formas preconceituosas de tratar a questão da homossexualidade e na construção da imagem da mulher apenas enquanto objeto de prazer. Sodré demonstra uma postura crítica, deixando claro que “[...] essas tendências preconceituosas eram apuradas e praticadas naturalmente, espontaneamente, normalmente” (SODRÉ, 1967, p. 41).

A repressão vivida no Colégio Militar ia além da disciplina sobre os corpos. Havia interdições sobre a formação intelectual, e, com exceção dos livros didáticos, “[...] a leitura era ali mal vista e até mesmo perseguida” (SODRÉ, 1970, p. 14). Neste sentido, Nelson Werneck Sodré não associa sua propensão às letras a uma vocação. E a educação que recebeu nem mesmo o incentivou a prática da leitura.

Se não resultou de fator genético, deveria ter resultado de fator cultural, ligado à educação, ao ensino. Mas também não foi assim. Nem fui incentivado a tornar-me escritor, a preparar-me para ser escritor, nem aprendi, de forma sistemática, a escrever, com o fito de tornar-me escritor. Muito ao contrário, ainda aqui: todos os obstáculos foram colocados no sentido de impedir ou dificultar ou retardar a realização da tendência literária, em meu caso. Se meu pai apreciava a leitura e dava-me livros, em minha infância, passou a deixar claro, desde que atingi a adolescência, que eu devia encarar a urgência em encarrear-me, em adotar profissão ou atividade que me permitisse, o mais cedo possível, prover as minhas próprias necessidades (SODRÉ, 1970, p. 8).

Essas posturas no meio familiar e no ambiente escolar demonstram a falta de incentivo no desenvolvimento do que o autor nomeou de “aptidões” literárias. Sodré reitera que a postura mais enérgica de efetiva proibição ou perseguição de tais atividades “[...] revela a incultura de uma sociedade”, que operava ainda a partir de uma lógica de privilégios herdada da sociedade escravocrata que isola “[...] as manifestações artísticas como objeto de interesse de poucos, de selecionados, de privilegiados, de afortunados” (SODRÉ, 1970, p. 8). No entanto, como gosto pela leitura esteve presente desde muito cedo em sua vida, mesmo diante deste cenário de repressão, intervaladas pelos quase cinco meses de férias que passava em casa, Sodré ofereceu continuidade às suas incursões ao universo literário ao afirmar que o período de 1924 a 1930

foi de “[...] grandes e intensas leituras” (SODRÉ, 1970, p. 8), tornando-se um frequentador assíduo da *Sociedade Literária* e colaborador da revista *A Aspiração*, onde teve sua primeira crônica publicada em 1924. A partir deste ano as publicações nesta revista tornou-se frequente.

Naquela época, somaram-se às leituras dos clássicos infantis do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen (1805-1875), dos irmãos alemães Jacob Grimm (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859) e do escritor francês Júlio Verne (1828-1905), os romances policiais do escocês Arthur Conan Doyle (1859-1930) e do francês Alexandre Dumas (1802-1870), entre outros<sup>12</sup>. Do mesmo modo, Sodré (1970) relata uma grande quantidade de leituras que fez em sua adolescência dos grandes nomes da literatura mundial como Gustave Flaubert (1821-1880), Charles Dickens (1812-1870), Honoré de Balzac (1799-1850), Leon Tolstói (1828-1910) e Fiódor Dostoievski (1821-1881).

Algumas leituras das obras de autores brasileiros e portugueses influenciaram as ideias de Sodré sobre o tema da questão nacional: Bernardo Guimarães (1825-1884), Alu zio de Azevedo (1857-1913), Machado de Assis (1839-1908), José de Alencar (1829-1877), Eça de Queirós (1845-1900) e Rui Barbosa (1849-1923). Por fim, neste período, a sua aten o voltou-se também para as leituras de g nero não ficcional vinculadas às discussões das questões sociais e políticas, ocorrendo o seu primeiro contato com autores anarquistas, como Piotr Kropotkin (1842-1921), e comunistas e marxistas, como Georgi Plekhanov (1856-1918) e Vladimir Lênin (1870-1924) (CUNHA, 2011a).

Sodré faz um extenso relato do cotidiano das atividades de ensino no Colégio Militar e afirma que era oferecido principal destaque para a disciplina de Matemática, enquanto disciplinas como História ocupavam posi o secundária, consideradas “abstratas” por não estabelecerem rela o com a sua aplicabilidade na realidade concreta. No entanto, Sodré aponta que existiam algumas exce es, como o professor de História Geral Isnard Dantas Barreto, visto por ele como um professor excepcional, pois “[...] retirava a história do museu”.

A história   ciência revolucionária – a ciência das ciências, aliás, porque todas são por ela afetadas; um bom mestre de história  , pois, originariamente revolucionário, e Isnard Dantas Barreto o era – e o que havia nele de exteriormente revolucionário, aquilo que pretendia apresentar como sua face cotidiana, nada acrescentava ao cont do e até lhe perturbava o equilíbrio e a eficácia (SODRÉ, 1967, p. 26).

---

<sup>12</sup> Essas leituras feitas no período da infância incluíam, em sua grande maioria, autores estrangeiros, já que a produ o daqueles g neros literários no Brasil era praticamente inexistente (SANTOS, 2011, p. 281).

Esse elogio de Sodré à postura de ensinar do professor Isnard Dantas Barreto, com o qual estabeleceu amizade, é representativa da teoria da história que lhe acompanharia ao longo da vida. Sodré poderia ser nomeado como o “historiador do imediato”, pois “[...] dialogando com a história em andamento, assumindo-se como um agente dessa história enquanto intérprete e proponente político” (SILVA, 2001, p. 14). Foi ainda em suas aulas que Sodré refletiu pela primeira vez sobre a Revolução Russa e o pensamento de Lênin a partir de uma perspectiva que apontava a importância histórica do desenvolvimento do processo revolucionário russo. Estar no Colégio Militar e viver na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, entre os anos de 1924 e 1930, proporcionou-lhe a possibilidade de ver de perto as grandes convulsões sociais e políticas vivenciadas por aquele período da história brasileira.

Em 1922, a Revolta do Forte de Copacabana foi um dos acontecimentos que marcou a ampliação do seu interesse pelos acontecimentos políticos e sociais do país. Buscando informações acerca do quadro político que desencadeara aquela revolta e os seus desdobramentos políticos e sociais, Sodré tornou-se um leitor mais assíduo de jornais impressos. Primeiramente do *Jornal do Comércio* e, quando este se apresentara, como ele mesmo diz, mais conservador – ou como se dizia na época, “governista” – passou a ser leitor diário do jornal *Correio da Manhã*. Nelson Werneck Sodré (1970) observa que, no período em que esteve no Colégio e na Escola Militar, que compreende os últimos anos da década de 1920 e o advento da década de 1930, a sociedade brasileira vivenciava a ascensão burguesa e as suas contradições em relação à classe trabalhadora, evidenciadas nos âmbitos políticos e artísticos pelo movimento Tenentista e pelo Modernismo, respectivamente.

No período do movimento modernista, Sodré (1970) tinha conhecimento de obras clássicas estrangeiras e da produção literária produzida no Brasil. *Em Memórias de um escritor*, o autor pondera que o movimento modernista representava artisticamente certa rebeldia social, entretanto continha alguns aparentes paradoxos porque não era essencialmente revolucionário.

O modernismo não continha nada de revolucionário, no sentido de manifestação de interesse da classe operária ou dos trabalhadores não assalariados; representava um dos sintomas do avanço burguês, em nosso país, avanço que sempre busca apoio em camadas inferiores e pretende apresentar-se como da totalidade do povo e não apenas de uma de suas classes ou camadas sociais. As manifestações de radicalismo político que surgiram, no conjunto do modernismo, esporádicas, isoladas, individuais, não caracterizaram o movimento. No conjunto e na essência, o Modernismo correspondeu às necessidades artísticas da burguesia brasileira, em seu processo ascensional. A ausência de qualquer sentido revolucionário autêntico, de exigências de alteração estrutural do regime, é fácil de provar (SODRÉ, 1970, p. 27).



O movimento modernista não possuía caráter revolucionário, pois teve que ser desenvolvido em meio à estrutura social oligárquica vigente. Ademais, aquele movimento ocorrera predominantemente em São Paulo, onde a burguesia cafeeira ainda era dominante no cenário econômico e político. Nesse contexto, a incipiente burguesia comercial e industrial urbana estabelecera alianças de classe com as oligarquias latifundiárias, que representavam o passado. De acordo com Sodré, essa assertiva pode ser evidenciada pelos apoiadores do movimento modernista, o *Jornal Correio Paulistano* – órgão oficial do Partido Republicano Paulista e defensor dos interesses oligárquicos das elites territorialistas – e o Teatro Municipal, que patrocinara o evento da *Semana de Arte Moderna* de 1922. Neste sentido, o modernismo contava com o apoio da burguesia comercial e industrial e das oligarquias rurais, desde que não questionassem a ordem social vigente.

Os artistas que se apresentavam como renovadores não traziam nenhuma ameaça à ordem vigente, mas apenas ao gosto geral, aos padrões que o costume consagra, em arte. Eram criaturas recrutadas, naturalmente – e nem poderiam ser de outra forma – na camada média, na pequena burguesia, camada sempre ansiosa, naquela fase, por adotar os padrões da classe dominante, que tomava como modelo (SODRÉ, 1970, p. 29).

O modernismo fora influenciado pelas expressões e ideias externas, mas produziu reflexões acerca da questão nacional ao intentar a renovação artística e literária. No entanto, Sodré afirma ser este período apenas o da sementeira ou da “[...] fase ascensional da burguesia e decorrente de sua necessidade de impor os seus padrões, vê-los aceitos pela maioria e adotados, de sentir-se apoiada pelas classes e camadas sociais inferiores na escala social e que lhe constituem, sempre, até aqui, a base política” (SODRÉ, 1970, p. 40).

Estas contradições também estavam presentes no âmbito político. As crises sociais e antagonismos políticos no final da década de 1920 eram profundas. As sucessivas revoltas e levantes contra o governo federal demonstravam o profundo descontentamento com as práticas das elites que detinham o poder institucional e político da Primeira República (1889-1930), aliadas das tradicionais oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais que até então se alternavam na ocupação dos cargos eletivos. A crise do pacto oligárquico irrompeu quando o presidente da República de origem paulista, Washington Luís (1869-1957), indicou para a sua sucessão o contrarrêneo Júlio Prestes (1882-1946), rompendo o tradicional pacto de revezamento no poder com Minas Gerais, que apoiava o direito de sucessão do político mineiro Antônio Carlos de Ribeiro Andrada (1870-1946).

Esses acontecimentos incentivaram a formação da Aliança Liberal, formada principalmente por líderes políticos gaúchos e mineiros que apoiariam a candidatura de Getúlio Vargas (1882-1954) à presidência da República. Júlio Prestes, apesar de vencer a eleição presidencial, deparou-se com boatos de fraude no processo eleitoral e com a sua provável participação no assassinato de João Pessoa (1878-1930), então candidato à vice-presidência de Getúlio Vargas. Tais eventos desencadearam o processo revolucionário de 1930 com a instauração da Junta Militar liderada por triunvirato composto pelo general Augusto Tasso Fragoso (1869-1945), José Isaías de Noronha (1874-1963) e João de Deus Mena Barreto (1874-1933), que garantiu a implantação do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934).

Esses eventos políticos repercutiram intensamente nas rodas de conversa do Colégio Militar. Sodré acompanhou esse processo a partir dos debates que se davam nas sessões da Câmara e do Senado. O autor afirma simpatizar com as causas dos militares revoltosos, conhecendo, naquele contexto intelectual, nomes que ficariam famosos no cenário político nacional: Siqueira Campos (1898-1930), Miguel Costa (1885-1959), Juarez Távora (1898-1975), Newton Estillac Leal (1893-1955) e Luís Carlos Prestes (1898-1960). Este último – líder do movimento tenentista – não participara da Revolução de 30, por causa de sua adesão ao comunismo no mesmo ano. Em meio a esse conjunto de acontecimentos, mais especificamente em 1929, Sodré estreou no que ele denominou como “grande” imprensa com a publicação do conto *Satânia* na revista *O Cruzeiro*. Naquele mesmo ano, publicou a crônica *Obregon* na revista *Aspiração*, considerando-a sua “[...] primeira tomada de posição política, por escrito, em letra de forma” (SODRÉ, 1970, p. 46).

Podemos considerar dois elementos teóricos importantes do pensamento de Sodré neste período. O primeiro refere-se à percepção do próprio autor acerca dos seus escritos, pois aponta para uma grande mudança que irá se concluir em agosto de 1933. Segundo Sodré, os escritos anteriores a esta época são marcados pela alienação, já que “[...] carecem de ambiente nacional, estão envolvidos por uma névoa de cosmopolitismo e de fantasia que os obscurece, e escritos com ênfase, aferrados a uma eloquência desprovida de sentido, pesados de artificialismo” (SODRÉ, 1970, p. 58). De outra forma, os escritos produzidos a posteriori “[...] assinalam grande passo no sentido da desalienação, ao mesmo tempo que ganham em força e autenticidade, aproximando-se do real” (SODRÉ, 1970, p. 58). O segundo elemento fundamental é o seu ingresso na Escola Militar em 1931, que marca o momento em que Sodré fez a opção pela carreira militar.

## 1.2 O MILITAR: A VIDA PROFISSIONAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO E A GESTAÇÃO DO INTELECTUAL

A carreira militar de Nelson Werneck Sodré durou, somando os três anos de formação na Escola Militar, 30 anos. Em 1961, a seu pedido, foi para a reserva. Neste momento, seria promovido a general<sup>13</sup>, a mais alta patente do Exército. Assim, neste tópico, as discussões que serão empreendidas buscam contextualizar parte da trajetória de Sodré nesta instituição e, ao mesmo tempo, abordar a sua atuação enquanto crítico literário e as suas primeiras obras.

O período a que nos reportaremos inicia-se em 1931 e irá até 1943/1945. A adoção desta periodização está alicerçada na perspectiva de que “[...] é fato, porém, que no conjunto (ou seja, envolvendo “as duas vocações”) da evolução do pensamento do nosso autor, há dois momentos distintos: o primeiro, que vai até o primeiro terço dos anos 1940, marcado por um nítido apoliticismo [...]” (NETTO, 2011, p. 25). No mesmo sentido, Paulo Ribeiro da Cunha afirma que seu estudo problematizará as obras produzidas por este autor a partir de dois períodos:

Além da memorialística citada entre outros trabalhos, valorizaremos neste desenvolvimento as publicações do período situado entre 1938 e 1945, destacando como importantes referências desta etapa: *História da literatura brasileira*, 1938 e 1942; *Panorama do segundo império*, 1939; *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, 1941; *Orientações sobre o pensamento brasileiro*, 1942; *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, 1943; *Síntese do desenvolvimento literário no Brasil*, 1943; *Formação da sociedade brasileira*, 1944. Esse conjunto de obras está inserido na fase que aqui problematizamos e que o autor minimiza apontando como indigno de (re)edição (CUNHA, 2011a, p. 27).

Essas adjetivações, “apoliticismo” e “obras que não eram dignas de (re)edição”, a partir das quais José Paulo Netto e Paulo Ribeiro da Cunha identificam as obras de Sodré produzidas neste período, são “qualidades” atribuídas pelo próprio autor a tais produções, como consta em suas obras memorialísticas.

Cunha (2011a), em sua obra *Um olhar a esquerda: a utopia tenentista construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*, propõe (re)construir o pensamento político do autor, porém, não identifica no “apoliticismo” a divisão entre a trajetória profissional e a produção literária de Sodré, a qual demarcaria duas concepções particulares de política

---

<sup>13</sup> O próprio Sodré ressalta que a carreira militar termina com a patente de coronel e que o posto de general para além dos critérios profissionais é preciso também preencher critérios políticos, os quais ficam a cargo da análise do presidente da República (SODRÉ, 1967, p. 565). O autor argumenta que o governo Goulart se equivocou no recrutamento de generais, pois “prosseguiu sob critérios inteiramente errôneos, do ponto de vista da continuidade democrática” (SODRÉ, 1967, p. 565).

(CUNHA, 2011a). Retomaremos este debate mais adiante, pois neste momento importa deixar demarcada para o leitor esta periodização no pensamento político de Sodré.

A análise da trajetória de Sodré, a partir de sua inserção na Escola Militar, retoma as transformações sociais e políticas que a sociedade brasileira vivia após a Revolução de 30. Pela primeira vez, assistiu-se no país o enfraquecimento da elite oligárquica ao mesmo tempo em que a incipiente burguesia industrial começa a ocupar os espaços institucionais e políticos. Porém, em 1932 ocorreu a Revolução Constitucionalista, movimento armado composto pelos insatisfeitos com o rumo tomado pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas – principalmente os paulistas – que recoloca no debate essa mesma correlação de forças.

Embora fosse, no fundo, entre os que desejavam aprofundar reformas, de que o país realmente necessitava – e desse lado estavam principalmente os antigos revoltosos militares – e os que desejavam que tudo continuasse como dantes – e desse lado estavam políticos de notoriedade, antiga ou recente, refletindo a inércia dos latifúndios e fáceis temores burgueses – o choque, exteriormente, definia-se entre os que pressionavam no sentido da realização de eleições e elaboração de nova Constituição, e os que pressionavam no sentido de prolongar o regime de Governo Provisório (SODRÉ, 1967, p. 79).

Nelson Werneck Sodré, que havia iniciado os seus estudos na Escola Militar em 1931, acompanhava de perto essas tensões. Em *Memórias de um soldado*, Sodré afirma ter sido simpatizante da causa dos revoltosos constitucionalistas e seu relato acerca desta postura carrega um tom de pesar, pois atribui a referida postura a “[...] uma visão superficial dos acontecimentos” (SODRÉ, 1967, p. 80). Em suas palavras, “[...] passava-me despercebida, naturalmente a essência do problema. Quantas e quantas vezes isso acontece aos militares, desprovidos de conhecimentos suficientes para a análise dos problemas políticos e servindo de instrumento a ambições e desatinos alheios” (SODRÉ, 1967, p. 80). Em 1935, quando servia em Jundiaí, participou de uma comemoração à Revolução Constitucionalista, a partir da qual pôde “[...] compreender o caráter daquele movimento; nos meios operários, a data passou despercebida” (SODRÉ, 1976, p. 125).

É importante discutir o reflexo daqueles acontecimentos no interior do Exército, identificado por Sodré como o “problema militar”, que consistia na resistência dos oficiais revoltosos em obedecer a seus superiores no desenvolvimento das atividades militares, ou seja, tornara-se prática corriqueira o desrespeito à hierarquia.

Enquanto cadete, essa questão não influenciou o cotidiano de Nelson Werneck Sodré. Sua rotina estava voltada para as atividades intensas de estudos teóricos e práticos. No entanto, é possível verificar nos seus discursos e no exercício da sua profissão que ele era contrário às

manifestações de desrespeito à hierarquia e à falta de disciplina no interior das Forças Armadas. Porém, propugnava que os militares que ocupavam as mais altas patentes precisariam cultivar o bom-senso ao exercerem o poder. Sodré criticou o uso que alguns militares faziam da autoridade ao se referir a situações presenciadas durante a sua formação e ao longo da sua vida profissional. Nesses termos, haveria uma “[...] confusão entre autoridade e estupidez [...] no meio militar, a autoridade é repetidamente afirmada pela estupidez. A grosseria aparece, então, como traço dela, como apanágio da virilidade” (SODRÉ, 1967, p. 66).

O autor reitera ainda que o grande menosprezo pelas atividades culturais predominantes na sociedade brasileira do período estava presente no interior do Exército. Isso preocupava Sodré, pois, ao mesmo tempo que nutria paixão pelas letras, estava “[...] iniciando uma carreira, e carreira em que existia certa tendência, por vezes acentuada, ao anti-intelectualismo” (SODRÉ, 1970, p. 61). Apesar deste ambiente avesso à vida intelectual, os anos de estudo na Escola Militar foram produtivos para o autor e ator político.

A *Revista da Escola Militar*, na qual Sodré passou a publicar com frequência, foi a principal divulgadora das suas publicações no período, chegando a fazer parte da sua diretoria em 1933. Esta gestão tinha como objetivo ampliar o público leitor entre os intelectuais civis: “[...] ambicionávamos, todos os da redação, que a revista fosse o elemento de ligação com o meio intelectual do país, que ela mostrasse aos intelectuais que, no Exército, também havia compreensão e apressado [sic] pelas coisas da inteligência” (SODRÉ, 1970, p. 57). Evidencia-se, mais uma vez, que as atividades militares e literárias sempre estiveram intimamente interligadas no pensamento político e social de Nelson Werneck Sodré.

Em 1934, Sodré inicia a sua vida profissional no Regimento de Artilharia de Itu/SP, adentrando de forma definitiva na vida adulta e nas responsabilidades a ela inerentes, como o seu próprio sustento e o de sua família, constituída em 1935 ao se casar com Yolanda Frugoli Sodré, com quem teve uma filha, Olga Frugoli Sodré. A sua renda era, preponderantemente, obtida com os proventos de suas atividades militares, pois os recursos advindos da sua produção intelectual eram poucos e intermitentes.

A sua designação para o interior do Estado de São Paulo e a imersão nas atividades práticas impostas pela profissão de militar reduziram o seu tempo destinado à leitura e à escrita, distanciando-o dos acontecimentos políticos que ocorriam no Rio de Janeiro, então capital do país. As suas primeiras experiências como militar em Itu são relatadas como momentos em que identifica vícios internos à instituição militar, os quais em um primeiro momento, devido ao que ele denomina como rompante característico da juventude, acredita ter a missão de corrigir: “Eu não estava apenas decidido a consertar o Exército, levava esse propósito à impertinência e

tinha o calo da impulsiva exteriorização, a ânsia, muitas vezes concretizada, pelo destampatório, a língua pronta, a má-criação irrompendo, fosse com quem fosse” (SODRÉ, 1967, p. 104). No entanto, não demorou muito para que Sodré pudesse perceber que “[...] nem estava dentro de minhas possibilidades endireitar o Exército, e a melhor maneira de endireitá-lo era buscar a perfeição desejada, mas apenas nos limites de minhas atribuições e autoridades [...] só a experiência me ensinaria que é inútil travar pequenas lutas; só as grandes compensam” (SODRÉ, 1967, p. 106-108).

Ainda em 1934, Nelson Werneck Sodré recebeu um convite para ser colaborador do jornal *Correio Paulistano*. O autor começou a escrever para este periódico neste mesmo ano, primeiramente publicando artigos e, a partir de 1936, sendo responsável pelo rodapé da crítica literária. Esta colaboração durou 25 anos. Em 1938, Sodré publicou a sua primeira grande obra de crítica literária, intitulada *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. Ao que tudo indica, o caminho das letras lhe possibilitou adentrar as trincheiras das “grandes lutas”, pois, foi na condição de intelectual que pôde construir as suas análises acerca da constituição da sociedade brasileira e propor, na prática, projetos de futuro para a nação.

As “duas vocações – a das armas e a das letras”, como define Paulo Netto (2011, p. 23) – foram desenvolvidas de forma concomitante ao longo da vida de Nelson Werneck Sodré, mas, como isso ocorreu na prática? Foi um processo marcado por confluências ou contradições? Quais os ganhos e perdas obtidas por este intelectual com a interpenetração dessas duas atividades?

Como evidenciado, a principal marca atribuída por Sodré à sua produção intelectual desta época é a alienação. Na sua vida profissional, o seu isolamento geográfico na segunda metade da década de 30 em guarnições do interior (excetuando uma rápida passagem pelo Rio de Janeiro em 1937) – Itu, Jundiá e, posteriormente, no Mato Grosso – é apontado como um fator importante para o seu afastamento das questões sociais e políticas que ocorriam na capital do país. Um exemplo disso é o fato relatado acerca do quão tardiamente ficou sabendo da deflagração do Movimento de 1935, conhecido como a “Intentona Comunista”, que, sem alcançar êxito, tinha por objetivo derrubar o governo Vargas.

No mesmo sentido, a sua produção de crítica literária descrevia os problemas a ela inerente devido a sua forma, pois “[...] a crítica, no Brasil, era recente e não havia ainda definido os seus métodos nem os seus propósitos” (SODRÉ, 1970, p. 67). Sodré acrescenta que havia outro empecilho: o momento político marcado pela ascensão do pensamento fascista. A princípio esta afirmação de Sodré parece se contrapor a perspectiva alienada da sua produção, mas, logo em seguida diz que, mesmo neste contexto, “[...] eu, inocentemente, prosseguia, como

se nada tivesse acontecendo, sem levar muito em consideração tais condições, expondo-se sem necessidade, pela total alienação em que estava envolvido” (SODRÉ, 1970, p. 69). Mesmo as suas primeiras obras – como por exemplo, a *História da Literatura Brasileira* [1938] (1940, 1995) – consistiam, como o autor define, em um projeto:

[...] escrever uma nova história da literatura brasileira, nova no sentido de aplicação de método realmente histórico e, mais do que isso, e essencialmente, no sentido de aplicação do materialismo histórico à reconstituição do processo de desenvolvimento de nossas letras (SODRÉ, 1970, p. 88).

Neste sentido, uma discussão a partir do pensamento marxista foi arrolada por Sodré como produção resultante deste seu período alienado. Seu autojulgamento mostra que não estava preparado para escrever utilizando a metodologia marxista.

Ao longo dos fatos arrolados nas suas duas obras memorialísticas, é possível identificar momentos em que relata acontecimentos e tomada de posturas que indicam um posicionamento político e, em seguida, faz afirmações que buscam negar tal interpretação. Estas incongruências podem ser notadas em diferentes períodos. O primeiro se refere ao momento em que Sodré esteve diante da necessidade de fazer a crítica de um livro de conteúdo político, *Democracia Integralista* (1936), de Jaime R. Pereira. Na obra *Memórias de um escritor*, Sodré afirma que tinha consciência que “[...] sendo eu militar, em princípio de carreira, a posição que escolhesse, face ao integralismo, ficaria marcada e anotada e condicionaria meu futuro” (SODRÉ, 1970, p. 74).

Sodré salientou que na época estava alheio aos objetivos políticos do integralismo. Aquela crítica ao livro de Jaime R. Pereira – conforme a opinião de Sodré – estava ancorada no fato de que a sua crítica tenha ficado no terreno da isenção<sup>14</sup>. O breve período que passou no Rio de Janeiro no ano de 1937, antes da sua ida para o Mato Grosso, possibilitou o estabelecimento de relações com artistas e intelectuais relevantes nesse período. As rodas literárias que frequentou, principalmente na Livraria José Olímpio, eram compostas por muitos intelectuais de esquerda: “O banco, que assinalava o local do crime, tinha frequentadores certos; ali, por exemplo, Graciliano Ramos dava ‘audiência’ todo santo dia. Como a maioria desses frequentadores fosse de esquerda, o banco passou à suspeição policial” (SODRÉ, 1970, p. 93).

---

<sup>14</sup> Retrospectivamente, Sodré declarou que a sua crítica ao livro de Jaime R. Pereira era ingênua.

Ao mesmo tempo em que estabelecera aquelas relações com os intelectuais de esquerda<sup>15</sup>, Sodré colaborou com a revista *Cultura Política*, “destinada à propaganda do regime” do Estado Novo. Sodré afirma ainda que, para além do autoritarismo, este regime tinha outras faces:

Tratava-se, no fim de contas, para a burguesia brasileira, de realizar os seus propósitos, fazer a sua pequena revolução, ainda que de maneira parcial, incompleta, deformada – mas, no essencial, contra o proletariado. Na época da ascensão autoritária no mundo, a burguesia brasileira, incipiente, nova, débil, atrasada, julgava poder dispensar a base popular que sempre proporcionou àquela força capaz de lhe permitir a conquista de seus objetivos. O regime, assim, não era o mesmo que, nos países de capitalismo desenvolvido, havia gerado o nazismo, o militarismo, o fascismo. Traço comum era o anticomunismo: naqueles países representava o medo ao socialismo, capitaneado pela União Soviética; aqui representava fantasma levantado para alcançar a passividade ou a aquiescência da pequena burguesia. Atrás da fachada policial, o Estado Novo levantava os problemas em cujas soluções a burguesia a burguesia brasileira estava interessada. O regime pretendia, em suma, conciliar o irreconciliável: realizar uma política nacionalista, mas sem participação popular. Isso tudo vem a propósito dos temas que a *Cultura Política*, porque o Governo os encarava e pretendia resolvê-los. Muitos desses temas eram importantes; algumas das iniciativas governamentais eram defensáveis (SODRÉ, 1970, p. 123-124).

Adiante, Sodré faz autojulgamento da sua postura política na época do Estado Novo, buscando fundamentá-la na sua condição de alienação:

Não pretendo, de forma alguma, justificar a posteriori – quando isso é fácil – ter prestigiado com a minha pena um regime de força, cujas mazelas eram indiscutíveis e ostensivas. As pessoas são como são e tem histórias, não são as mesmas a vida toda, mudam, evoluem. Detestando os métodos policiais do Estado Novo, fiel ao princípio da liberdade de pensamento e, conseqüentemente, contrário a censura e a propaganda unilateral dos atos oficiais, eu não tinha nenhum compromisso ideológico, não estava ligado a nenhuma organização, seita, agrupamento, partido, a cujo programa, diretriz ou rumo devesse obediência. Estava na realidade desinteressado das questões políticas, que não me afetavam. Não tinha conhecimentos suficientes para constatar que a minha omissão importava em ajudar o regime estabelecido, então praticamente incontestado. Tratava-se, em realidade, de alienação, mas como prova de que ela representa, não um ato de vontade, mas traço do tempo e do meio. O fato é que eu não tinha dela consciência. Não se colocava, para mim, na época, o problema de que essa conduta fosse boa ou má, tal conduta não fora adota como decorrente da análise da realidade. Ela surgira, naturalmente, com a espontaneidade ingênua com que acontece com os que sofrem o fenômeno da alienação (SODRÉ, 1970, p. 124).

---

<sup>15</sup> Principalmente com Graciliano Ramos (1892-1953), que havia sido preso por ocasião da deflagração do Estado Novo (1937) e com o qual manteve a amizade ao longo da vida.



Diante das diferentes posturas tomadas por Nelson Werneck Sodr e neste período de sua trajetória, que   primeira vista se apresentam como incongruências internas ao seu pensamento, o próprio autor as atribui   sua condi o de aliena o. Cunha (2011a) considera que, na base da autocr tica de Sodr e, estaria uma postura política que o identifica, recuperando a discussão de  lide Bastos e Walquíria Rêgo (1999), com a “moralidade do compromisso” que “[...] expressa em uma singular linha de argumenta o que valoriza a perspectiva do intelectual em sua rela o com a política, na crença de que há uma rela o entre a sua atividade de pensar e um empenho moral no sentido de elevar a condi o humana” (CUNHA, 2011a, p. 23).

A tese de Cunha (2011a) parte do pressuposto de que a trajetória de Sodr e enquanto militar e as atividades intelectuais estão intimamente relacionadas na dire o de complementariedade, tendo como elemento central a media o na prática política. Neste sentido, Sodr e   analisado como “[...] um autor que   umbilicalmente um ator político” e que possui “postura militante” (CUNHA, 2011a, p. 17). Porém, ao empreender esforços para reconstruir o pensamento político de Sodr e, Cunha (2011a) afirma que não   possível fazê-lo a partir de uma concep o única de política. Sua apreensão   possível a partir de dois eixos: “[...] um primeiro eixo se refere a sua condi o de pequeno-burguês como origem social e que remete, como veremos,   sua voca o profissional – no caso, a militar [...]” (CUNHA, 2011a, p. 18). O segundo eixo, “[...] refere-se   sua condi o de intelectual que, com certeza, remete   sua voca o de escritor e, por hipótese,   expressão de um pensamento político que exponencializar  um exercício intelectual militante ao longo de sua trajetória (CUNHA, 2011a, p. 19), que marcar  a sua conversão ao marxismo<sup>16</sup>.

No primeiro eixo, no qual Nelson Werneck Sodr e   analisado a partir de sua origem social de pequeno-burguês,   mais difícil identificar em sua postura o ator social, o militante, pois suas práticas estão “[...] em grande medida dissimuladas” (CUNHA, 2011a, p. 17). A origem social pequeno-burguesa era comum entre os oficiais do Exército Brasileiro. O próprio Sodr e aborda essa questão em suas obras memorialísticas, e antes delas, no capítulo quarto intitulado *Evolu o Militar: forma o do exército nacional* da primeira edi o da obra *Introdu o   Revolu o Brasileira* (1958). De forma ampliada, essa discussão   retomada em

---

<sup>16</sup>   importante salientar que, neste segundo eixo, Cunha (2011) irá evidenciar a postura de Sodr e enquanto intelectual militante, a qual estará relacionada ao amadurecimento da sua interpreta o acerca do materialismo histórico dial tico e, principalmente, sua aproxima o com o PC que ocorre durante sua estadia na Bahia entre os anos de 1942 e 1943.

1965 para tornar-se uma obra independente intitulada *História Militar do Brasil*. Nas referidas obras, o autor delinea como se deu esse encontro ideológico da pequena-burguesia com o Exército:

[...] a transformação da força militar permanente e central numa espécie de casta, distinguindo-se do resto inclusive pelo lado econômico. Muito ao contrário, o militar é funcionário de segunda ordem, esquecido, mal pago e sem nenhum destaque [...]. O recrutamento da oficialidade, por isso mesmo, nas forças terrestres, fica mais ou menos à vontade, quando não totalmente à vontade. E ela será formada nas camadas, sempre em desenvolvimento, a que a estrutura da produção concede um lugar reduzido, insignificante. É na camada livre, mas não proprietária que será recrutada aquela oficialidade – na classe média que esboça a sua posição (SODRÉ, 1958, p. 180-181).

Segundo o autor, o Exército se constituirá distanciado da classe dominante. Em uma situação frágil perante as instituições políticas, o Exército adquiriu coesão interna e poder político após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Devido ao longo período em que o país esteve em guerra, foi necessário estender o recrutamento de soldados à classe média, operários e escravizados. No final da guerra, os soldados foram incorporados à instituição e puderam seguir a carreira militar: alguns indivíduos ocupariam altas patentes na hierarquia e adquiririam maior poder na instituição.

O desenvolvimento deste processo gestou no Exército nova mentalidade que pretendia estabelecer articulação mais estreita com a vida política. As referidas articulações estavam alinhadas a uma postura de apoio aos que desejavam mudanças que objetivavam a alteração do quadro político e social que conjugava a forma de governo da Monarquia Constitucional Parlamentar com as relações de trabalho escravistas. Sodré considerava que esta postura da classe militar contribuiu para os eventos que resultaram no processo da Proclamação da República em 1889:

No instante em que uma de suas parcelas, a militar, poderosa pela sua própria organização, encontrava aliança fortuita ou natural em algum grupo diverso, - como aconteceu com a abolição, que interessava à lavoura cafeeira, visto o que o trabalho servil nela, chegara a um ponto em que representava estorvo, - as manifestações eram concludentes e vitoriosas [...]. A classe média, a que os modernos estudiosos apreciam denominar de pequena burguesia, entretanto, de que o Exército era uma das mais nítidas expressões já começava a participar dos acontecimentos, já acusa a sua presença (SODRÉ, 1958, p. 186).

Sodré apontou outros momentos de crises políticas e sociais nas quais o Exército atuou politicamente. Uma das participações fundamentais do Exército na vida pública nacional era o

tenentismo. O autor concebia que o movimento tenentista não se diferenciava dos acontecimentos históricos inerentes ao desenvolvimento particular da revolução brasileira. As causas sociais e políticas do posicionamento ideológico do tenentismo estava impregnado de um tipo de moralismo característico da pequena burguesia, o qual é internalizado pelos militares (ou parte deles) que os associavam a uma perspectiva salvacionista, onde tais indivíduos e grupos teriam a missão de refundar a sociedade brasileira sob novas bases.

Existem várias vertentes teóricas para problematizar essa visão salvacionista construída em relação ao Exército e, por conseguinte, acerca do “soldado” como agente portador de uma “missão social”. A retomada das discussões de Michel Lowy (1979) busca dar bases para a sua interpretação que estão pautadas na origem social pequeno-burguesa de Sodré e no seu papel enquanto intelectual (CUNHA, 2011a). De maneira sintetizada, Elide Rugai Bastos, no prefácio da obra *Um olhar à esquerda*, afirma que:

Os países onde a transição capitalista se efetua com atraso em relação àquelas sociedades que conheceram as experiências clássicas conferem um papel especial aos intelectuais. Neles os intelectuais assumem um protagonismo que os diferencia dos seus pares localizadas naquelas formações originárias. Aí está a raiz do dilema, pois resulta que, nesses casos, cultura e política são umbilicalmente associados. Para compreender esse processo, reconstrói como elementos colocados simultaneamente, os acontecimentos do país, a inserção de Sodré no exército, seu papel nas diferentes ocorrências políticas, sua crítica às mesmas, sua reflexão sobre o país, sua aproximação com o pensamento marxista europeu ou latino-americano. Aponta como esse itinerário demonstra a imbricação de uma utopia dentro da outra: tenentismo e marxismo. Em outros termos, como o moralismo, característico da pequena burguesia, que o impulsiona a construção da Nação e, nesse movimento, o leva ao Exército, compõem o compromisso de Sodré com um projeto emancipatório realmente transformador da sociedade. Mais ainda, como a ética que atravessa o momento não propriamente político leva a um profundo comprometimento com a esfera pública (BASTOS, 2011a, p. 13).

Para além das especificidades da posição que o intelectual ocupa em sociedades como a brasileira, marcada por uma inserção tardia no desenvolvimento capitalista, Cunha (2011a) evidencia dois elementos centrais para a articulação dos militares com a perspectiva ideológica de esquerda: o jacobinismo<sup>17</sup> e o positivismo. No Brasil, o jacobinismo está intimamente relacionado com o “florianismo”, consubstanciado no pensamento e na atuação política do

---

<sup>17</sup> Conforme especificado por Cunha (2011a) a utilização do termo jacobinismo para identificar a posição dos militares – em sua grande maioria oriundos da pequena burguesia urbana – no Brasil deve-se ao fato de defenderem de maneira radical as lutas pró república em nosso país. Guardadas suas especificidades, seus ideais estavam em consonância com as posturas tomadas pelos jacobinos durante a Revolução Francesa de 1789.

presidente da República, Floriano Peixoto (1839-1895), que se constituíam em um projeto de futuro que valorizava o compromisso com o “ideário patriótico” e os “valores democráticos”.

O positivismo estava atrelado à “doutrina do soldado cidadão” (CUNHA, 2011a, p. 35), que se justifica pelo suposto caráter democrático de recrutamento dos oficiais que pertenciam às diferentes classes sociais; além disso, para muitos indivíduos o recrutamento seria a única possibilidade de ascensão social. Associado à instrumentalização destas mentalidades, a partir de um entendimento muito particular desta corrente filosófica que, diferentemente da Europa que a vê como conservadora, a corrente positivista “[...] é apreendida em nosso cenário como um instrumento de agitação cultural e atividade política” (CUNHA, 2011a, p. 35). As influências das ideologias jacobinista e positivista estavam presentes na formação militar e intelectual de Sodré.

Sem dúvida, é um argumento razoável para se pensar o conceito de esquerda entre os militares e a possibilidade de que, de acordo com Michel Löwy (1979), esse eixo se apresente (a radicalidade intelectual pequeno-burguesa) como uma etapa de superação do capitalismo e alternativa ao socialismo” (CUNHA, 2011a, p. 36).

Especificamente sobre o pensamento de Sodré, esta será a base para a sua conversão ao pensamento marxista, que Cunha (2011a) define como o segundo momento da sua produção intelectual.

### **1.3 O INTELLECTUAL: A CONVERGÊNCIA PARA A MILITÂNCIA E AS CONTRADIÇÕES DA VIDA PROFISSIONAL NO EXÉRCITO**

As discussões que serão empreendidas neste tópico têm por objetivo analisar o período de maturidade de Nelson Werneck Sodré, centradas, sobretudo, em sua atividade intelectual e nas posturas ideológicas nela refletida. A segunda metade da década de 1940 marca o início da sua maturidade intelectual, caracterizada por uma tomada de consciência ideológica e política do autor, visto que “[...] no espaço mediador entre estes dois momentos, está uma hipótese (posta como fato por Paulo Ribeiro da Cunha, competente estudioso de Sodré): a de que nosso autor tenha se vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (NETTO, 2011, p. 25). Mais adiante, José Paulo Netto indica outros dois acontecimentos marcantes que consolidaram a mudança de postura ideológica e política de Sodré: “[...] a primeira foi o seu envolvimento nas eleições para o *Clube Militar* e a segunda sua inserção no ISEB” (NETTO, 2011, p. 29). É

também a este período e a tais eventos que se refere Cunha (2011a, 2011b) ao apontar a conversão ao marxismo de Nelson Werneck Sodré.

O episódio ocorrido com as eleições para a diretoria do Clube Militar em 1950 é muito representativo, pois assinala o momento em que Sodré assume de maneira mais explícita a sua posição política e ideológica, fato que, na opinião de Sodré, alterará “[...] fundamentalmente a minha vida e inutilizar a minha carreira” (SODRÉ, 1967, p. 297).

Em 1949, o então Major Nelson Werneck Sodré foi convidado para compor uma das chapas que concorreriam às eleições para a diretoria do Clube Militar. De um lado, estavam os generais Newton Estillac Leal (1893-1955) e Júlio Caetano Horta Barbosa (1881-1965), que obtiveram o apoio de Sodré. A chapa eleitoral opositora tinha como membros os generais Osvaldo Cordeiro de Farias (1901-1981) e Emílio Rodrigues Ribas Júnior (1897-1973). Este pleito eleitoral representava as duas grandes correntes ideológicas que disputavam o poder na sociedade brasileira daquele período: a primeira representava os chamados “nacionalistas” (“legalistas”), reunindo “[...] os setores constitucionalistas, democráticos e nacionalista do Exército” (NETTO, 2011, p. 29); a segunda, os denominados pela oposição de “entreguistas” (“golpistas”), “[...] que reunia os segmentos conservadores do Exército (quase todos os partícipes do golpe de outubro de 1945, que asfixiou as tendências mais profundas do processo de democratização então em curso)” (NETTO, 2011, p. 29). Assim, conforme Netto,

Não se tratava de uma eleição como as outras: já no marco da Guerra Fria, e ao fim do governo antipopular e antinacional de Dutra, a disputa pela direção do Clube Militar refletia divisões no interior das forças armadas e o que estava em jogo extrapolava largamente as suas fileiras – certamente, o resultado das eleições teria consequência na sucessão presidencial que estava próxima (NETTO, 2011, p. 29).

Do resultado daquelas eleições dependeria o direcionamento político para a sociedade brasileira. Nesse contexto, estabeleceu-se um clima de grande tensão e disputas acirradas. Antes de fazer a discussão sobre o momento da campanha eleitoral e dos seus resultados, serão apresentados os acontecimentos políticos que direcionavam as posições ideológicas nacionais e, de maneira específica, como aquelas posições se incorporaram ao pensamento de Sodré.

No Brasil da primeira metade da década de 1940, desenrolavam-se os últimos anos da política autoritária imposta pelo Estado Novo. O enfraquecimento do governo varguista estava intimamente ligado aos resultados da Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha nazista de Hitler saiu derrotada. Como exposto em *Memórias de um soldado* (1967), o período em que esses acontecimentos estão em curso, Sodré esteve em diferentes Estados do país: em 1941

ajudou a organizar a Escola Preparatória de São Paulo; em 1942, logo após tornar-se capitão, foi designado para Salvador; e em 1944 retornou ao Rio de Janeiro para iniciar o Curso na Escola de Estado-Maior, onde permanecerá até o episódio das eleições do Clube Militar. Após 1948, exerceu a função de instrutor nesta mesma escola.

As atividades profissionais desenvolvidas por Sodré neste período, principalmente a sua contribuição para a fundação da Escola Preparatória de São Paulo, permitiu-lhe visualizar no interior do Exército as consequências da cruzada antidemocrática, travestida em cruzada anticomunista efetuada pelo Estado Novo. O projeto que criou aquela escola está ligado às mudanças implementadas em 1939 pelo Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), e por Góes Monteiro (1891-1963), Chefe do Estado-Maior do Exército. Sobre as mudanças operadas por esses militares, Sodré afirma:

A medida – embora a maioria não tivesse percebido – tinha profundo conteúdo político e fazia parte do plano que o Estado-Maior esposara com clareza e se propunha executar inexoravelmente, no sentido de retirar ao Exército, progressivamente, o seu caráter democrático, caráter histórico entre nós, e que repousava muito na perspectiva que abria a elementos de camadas inferiores da classe média, numerosíssima em nosso país, de se realizarem profissionalmente (SODRÉ, 1967, p. 175).

As Escolas Preparatórias – fundadas inicialmente em São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza, sendo que, nestas duas últimas cidades, foram implementadas de maneira concomitante à extinção dos Colégios Militares (apenas o Colégio Militar do Rio de Janeiro permaneceu ativo) – serviam muito bem aos propósitos antidemocráticos. Diferentemente dos Colégios Militares, que selecionavam os seus alunos a partir do critério intelectual de desempenho, sem restringir seu futuro campo de atuação profissional, as Escolas Preparatórias formariam “[...] apenas futuros oficiais do Exército, selecionados à entrada, selecionados à saída, e não por crivo intelectual, mas por crivo político” (SODRÉ, 1967, p. 183). Nas Escolas Preparatórias, o recrutamento estava pautado em rigorosos critérios de seleção alheios à igualdade de oportunidades. Segundo Sodré,

Era proibida a inscrição de pessoas de cor, negros ou mulatos; de filhos de estrangeiros; de filhos de pais que exercessem atividades humildes, artesanais ou proletárias; de candidatos pertencentes a famílias cuja orientação política inspirasse suspeitas; de judeus; de filhos de casais desquitados, desajustados ou cuja conduta, particularmente do membro feminino, discrepasse das normas morais; de não católicos (SODRÉ, 1967, p. 183).

Estas posições antidemocráticas impostas ao recrutamento nas Escolas Preparatórias desmotivaram profundamente Sodré, ao ponto de ele pensar em não participar do projeto de criação da Escola Preparatória de São Paulo. Posteriormente, Sodré se afastaria do recrutamento, contudo, colaborou para o exercício das funções burocráticas da escola. Às contrariedades suscitadas por este episódio somaram-se, pouco tempo depois, outras que estavam ligadas a seleção de candidatos para o Curso do Estado-Maior, para o qual o autor se candidatou sem obter êxito. Da mesma forma que as Escolas Preparatórias, a Escola do Estado-Maior passou a adotar a investigação da vida política e social pregressa do candidato como prerrogativa para a seleção, resultando em Sodré crescente sentimento de descrédito em relação ao Exército e à sua carreira militar: “[...] a finalidade era constituir, com os oficiais do Estado-Maior uma ‘elite’ capaz de controlar o Exército, de pô-lo a serviço daquilo que essa ‘elite’ reputasse justo, acertado e necessário” (SODRÉ, 1967, p. 194).

Logo após ser reprovado na seleção para o Curso do Estado-Maior, Sodré foi designado para a Bahia. Durante a sua estadia em Salvador, nos anos de 1942 e 1943, a derrota da Alemanha se apresentará como eminente e as discussões sobre o processo de redemocratização ficam revigoradas. Sodré presenciará a efetivação desse processo no seu cerne, pois em 1944 estará no Rio de Janeiro para iniciar o Curso do Estado-Maior, para o qual foi aprovado em sua segunda submissão. Ao longo deste período de formação, o autor denuncia, como o fizera no passado, contradições no interior da instituição a qual pertencia. Neste contexto, critica o método de ensino ministrado naquela escola que, segundo Sodré, estava pautada em uma formação abstrata que “[...] omite absolutamente os próprios problemas nacionais; não toma conhecimento da existência do país que se prepara, teoricamente, para defender” (SODRÉ, 1967, p. 229). Concomitantemente, no cenário nacional, os Estados Unidos ganhavam poder e sinalizavam apoio para o restabelecimento da democracia:

No Brasil, em 1945, a mobilização popular nesse sentido cresceu de tal forma que a ditadura foi compelida a tomar as providências formais para a sua própria liquidação. Abriu-se o cenário, depois de dez anos de pausa ditatorial, para o jogo dos partidos; do ventre do governo, surgiram dois, o Social Democrata (PSD) e o Trabalhista Brasileiro (PTB); a oposição a Vargas, em que se arregimentavam, particularmente, os que haviam servido e dele se distanciado, organizou a União Democrática Nacional (UDN); apareceu na legalidade o Partido Comunista do Brasil (PCB) (SODRÉ, 1967, p. 240).

Se aparentemente o surgimento ou a legalização destes diversos partidos sinalizava para um novo cenário na política brasileira – em que as diferentes perspectivas ideológicas podiam ser debatidas tendo como horizonte o restabelecimento da democracia –, ocorreu na prática o

estabelecimento de uma democracia meramente formal. Getúlio Vargas manifestou interesse em permanecer no poder durante a Assembleia Constituinte com o intuito de controlar os pressupostos da elaboração da nova constituição e, a partir das prerrogativas constitucionais, eleger o novo presidente da República.

Sodré (1967) afirma que teria sido este o melhor caminho a ser seguido, pois a popularidade política de Getúlio Vargas estava em ascensão, principalmente devido à aproximação com as massas populares. Porém, deve-se a este mesmo fator a crescente oposição das forças conservadoras à sua continuidade no poder. Tais forças, que contavam com elementos das forças armadas, depuseram Vargas, e foi eleito para a presidência da República o general Eurico Gaspar Dutra (1883-1974). O governo de Dutra se desenvolveu profundamente alinhado à política imperialista norte-americana que empunhava, como principal bandeira, a luta anticomunista. É nesse panorama histórico que percebemos a importância do Clube Militar para a política nacional. Sobre o pleito eleitoral anterior que fora convidado a participar, Sodré afirma:

Para resistir a ditadura - que sabiam muito mais caracterizada em Dutra do que em Vargas - grupos militares haviam decidido mostrar seu descontentamento da forma que era viável naquela conjuntura: elegeram para a presidência do Clube Militar o general José Pessoa, cuja aversão a Dutra e Góes era notória. Sucedeu-o, como elemento da mesma corrente, o general Salvador César Obino; estava esse na presidência quando se desencadeou a campanha do petróleo. Com a “reconstitucionalização”, haviam surgido as condições para tal campanha; com o Clube Militar dirigido por corrente democrática, ela penetrou ali, avassaladoramente. Convenceram o general Obino a permitir no Clube Militar o debate do problema que apaixonava a opinião pública. Começou com as conferências pronunciadas pelos chefes militares que capitaneavam as correntes opostas: Juarez, o entreguismo; Horta Barbosa, o nacionalismo” (SODRÉ, 1967, p. 260).

A chapa de Estillac Leal estava comprometida com as motivações de Sodré: a defesa da democracia e do espírito nacionalista. Mesmo diante da forte campanha que buscava difamá-la ao associá-la à esquerda e ao comunismo, a referida chapa venceu o pleito. Porém, devido aos valores que defendia, essa gestão sofreu fortes oposições. O episódio relacionado à repercussão do artigo intitulado *Considerações sobre a guerra na Coreia*, publicado na edição nº 107 da Revista do Clube Militar no ano de 1950, é exemplar, pois “[...] foi entorno dela, tomando-a como pretexto, que se desenvolveu a organizada, meticulosa e bem dirigida ofensiva dos meios militares reacionários, lançados agora na luta contra a posição nacionalista do Clube Militar [...]” (SODRÉ, 1967, p. 310).



O artigo, de autor desconhecido, abordava o conflito surgido internamente na Coreia que, após a Segunda Guerra Mundial, ficou dividida entre a República da Coreia do Sul, sob influência norte-americana, e a sua parte Norte, a República Democrática e popular da Coreia, que havia sido ocupada por tropas da União Soviética. A argumentação desenvolvida no artigo fazia uma crítica aos Estados Unidos por intervir em um conflito que, a princípio, era uma guerra civil, questionando também a legitimidade do governo brasileiro para enviar soldados para lutarem naquela guerra. Inúmeras manifestações contrárias a este artigo foram orquestradas por militares de todo o país, associando-o a ideias que estavam profundamente alinhadas ao grande perigo que seria ameaça à democracia: o comunismo.

O artigo foi publicado sem identificação de autoria, e, embora alguns autores tenham sugerido que o texto fora escrito por Sodré, ele, nem mesmo em suas obras memorialísticas, assumiu ser o autor. Conforme depoimento do Coronel Luís de Alencar Araripe<sup>18</sup>, “[...] o artigo de cinco páginas era de responsabilidade do diretor da revista, mas não foi difícil perceber nele a mão do diretor do Departamento Cultural, ao qual estava subordinado” (ARARIPE, 2011, p. 71). No mesmo sentido Cunha afirma:

Por essa razão, e que, de certa forma, não seria uma coincidência, entendo que o núcleo militar do partido fora responsável, tanto pela discussão do teor do artigo quanto de sua publicação e talvez a redação tenha sido obra do próprio Sodré, que admite com honestidade, em suas memórias, o desconhecimento do General Estillac Leal com relação ao artigo e a sua publicação, e indica que também o encontrou como fato consumado. Caberia, neste caso, uma indagação: fato consumado por quem? Há indícios comprobatórios da hipótese de que Sodré tivesse sido autor, ou ao menos, alguma responsabilidade em sua elaboração [...] (CUNHA, 2011a, p. 265).

Como sugerido, se a autoria do artigo não era de Nelson Werneck Sodré, ao menos obteve a sua aprovação, já que era o Diretor do Departamento Cultural do Clube Militar. O fato é que o referido artigo de cunho nacionalista e anti-imperialista foi utilizado como evidência da postura comunista dos membros da direção do Clube Militar. Cunha (2011a) acredita que foi decorrente deste episódio a primeira referência à atuação política de Sodré no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS): “Em última instância, verifica-se que o discurso e, principalmente, a sua publicação refletem a atuação política de Sodré e recoloca o seu papel social e político [...]” (CUNHA, 2011a, p. 268).

---

<sup>18</sup> Este depoimento foi dado durante a participação do referido Coronel na VIII Jornada de Ciências Sociais, promovida pela UNESP do campus de Marília, em comemoração ao centenário de Nelson Werneck Sodré.

Esse novo momento de atuação política – e, em certa medida, militante de Sodré – culminará no episódio do Clube Militar que Cunha (2011a) apresenta como o momento em que o intelectual faz sua última passagem do ideal tenentista e pequeno-burguês para o marxismo, que se supõe marxismo-leninista devido à antinomia “nação x imperialismo” (CUNHA, 2011a, p. 248), questão que se passará a ser fundamental em suas discussões. A sua estada na Bahia influenciou essa transição ideológica de Sodré. Naquele Estado “[...] já era realidade o debate teórico e político marxista, que contava com um dinâmico movimento de oposição ao Estado Novo, ao que parece, caso único no país, apresentando, inclusive, ramificações militares organizadas pelo PCB na Marinha e na Aeronáutica” (CUNHA, 2011a, p. 191).

Esse contexto intelectual e político permitiu a aproximação de Sodré com intelectuais então comunistas, como Jorge Amado (1912-2001), Alberto Passos Guimarães (1908-1993) e Fernando Sant’anna. Depois de 1943, com o novo direcionamento à esquerda do *Jornal Diário de Notícias*, Sodré alarga seus contatos intelectuais e políticos, passando a publicar neste periódico com outros intelectuais comunistas, como Rui Facó (1913-1963), Almir Matos (1922-1997) e Jacob Gorender (1923-2013) (CUNHA, 2011a, p. 192). A sua inserção neste novo cenário refletiu na produção das suas críticas literárias, as quais tornaram-se mais engajadas ao apresentarem nítida tomada de posição ideológica e política.

Sodré afirma ter colaborado para a formação de uma frente nacional antinazista. É possível identificar no seu argumento a necessidade de intervenção política que originaria o seu projeto de nação, no qual nacionalismo e democracia aparecem associados, aprofundando o seu posicionamento anti-imperialismo. A leitura feita por Cunha (2011a) dos artigos publicados por Sodré neste periódico indica uma reelaboração do seu pensamento e do seu posicionamento político em dois níveis: o da prática – atribuído à sua aproximação com o PCB – e o teórico.

Ao nível teórico, a obra *Formação da Sociedade Brasileira* (1944) – que figura entre aquelas obras consideradas por Sodré como indignas de reedição – será analisada por Cunha (2011a) como uma obra de transição entre a primeira fase das suas produções e a segunda, marcada pelas obras da maturidade, acentuando o ecletismo teórico presente na citada obra de Sodré.

Por exemplo, são significativas as contribuições de Azevedo Amaral, dos Ensaio brasileiros, e Gilberto Freyre, de casa grande & senzala, como também do Visconde de Porto Seguro, Taunay, entre outros autores como Alcântara Machado, somente para falar dos mais conhecidos, a maioria pensadores liberais com certo cunho progressista para a época. E se fazem presentes com longínquas e conservadoras influências as metodológicas, intelectuais como Pareto e Oliveira Vianna, já como canto do cisne, apenas

citando residualmente. Contribuições outras que são igualmente significativas como Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Arthur Ramos e os sempre mestres Roberto Simonsen e Fernando de Azevedo demonstram influências teóricas novas para a compreensão de novos paradigmas na análise do povo brasileiro, a exemplo da incorporação da cultura em detrimento da raça. Para citar alguns somente (CUNHA, 2011a, p. 198).

Por outro lado, como nota Cunha (2011a), a referida obra foi influenciada pelos intelectuais da esquerda.

Todavia, *Formação da sociedade brasileira* igualmente incorpora autores da esquerda, estrangeiros como L. Sanches, cuja obra *El Pueblo em La Revolucion Americana* dispensa comentários sobre quem mais além das elites já se faziam presentes na cena histórica, como personagens e que somente agora estavam no palco da reflexão teórica. Entretanto também se apresenta com muita propriedade uma primeira contribuição marxista, através da obra de Caio Prado Júnior. Nesse caso, vale um parêntese importante. Há entre ambos os autores, durante esse período, uma breve troca de correspondência iniciada ainda em 1942, em que se pode verificar, por seu conteúdo, algumas preocupações de ordem teórica existente que sugerem a necessidade de uma melhor compreensão do marxismo nesse processo de (re)aproximação intelectual e quiçá, militante (CUNHA, 2011a, p. 198).

Nesse sentido, é fundamental apontar a influência teórica de Caio Prado Júnior (1907-1990) no pensamento de Sodré, mesmo após o posterior afastamento teórico de algumas teses elaboradas pelo autor paulistano para a interpretação da realidade nacional. Caio Prado Júnior seria um dos poucos intelectuais que elaborara uma análise da sociedade brasileira a partir dos aportes teóricos marxistas, o que evidencia o quão embrionário eram os estudos brasileiros nesta área de pesquisa. Somente após a análise da série *Fundamentos da Estética Marxista*, organizada por Sodré em 1968, é que o autor ampliará os seus horizontes em relação ao arcabouço teórico marxista. Somando-se às suas primeiras leituras de Plekhanov e Lênin, Sodré terá contato com as obras, traduzidas para o francês, de Friedrich Engels (1820-1895) e Karl Marx (1818-1883). No âmbito nacional, receberá as influências de Astrojildo Pereira (1890-1965), fundador do PCB, e de Graciliano Ramos (CUNHA, 2011a, p. 229). Nos anos em que desenvolveu atividades de docência na Escola do Estado-Maior, Sodré também manteve contato com as obras do pensador marxista húngaro Georg Lukács (1885-1971).

A década de 1940 e o início da década de 1950 foi um período de reelaboração teórica do pensamento de Nelson Werneck, marcado pelo “[...] hiato de uma década entre a publicação de seu último trabalho e a retomada teórica pontuada pela publicação da *Introdução à Revolução Brasileira*, em 1958, já em um patamar de compromisso político diferenciado”

(CUNHA, 2011a, p. 248). Este posicionamento tornou-se possível devido às referidas transformações ocorridas ao nível da prática, atribuídas à sua aproximação com o PCB.

Sodré não revelou publicamente a sua filiação ao PCB, nem mesmo em suas obras memorialísticas, e justifica-se isso uma vez que tais obras foram escritas durante o período da Ditadura Militar em que houve uma intensa perseguição aos comunistas. Apesar disso, companheiros do Exército, como Araripe (2011) – que lhe atribui o rótulo de “criptocomunista” – e estudiosos do seu pensamento, como Netto (2011) e Cunha (2011a), veem essa relação com o PCB como um fato.

Ivan Alves Filho (2011), amigo de Nelson Werneck Sodré, foi organizador dos textos que compõem a sua última obra, intitulada *Tudo é Política* e publicada em 1998. Devido a amizade de seu pai, o jornalista Ivan Alves, com Sodré, Ivan Alves Filho afirma que sabia desde a sua juventude da inclinação de Sodré para as teorias comunistas. A reprodução abaixo, de um comentário feito pelo jornalista entre os anos de 1970 e 1971, foi o que lhe forneceu o entendimento da profundidade daquele vínculo:

Mas ouvi, certa vez, sem querer, um comentário de meu pai que me deu a verdadeira dimensão da importância de Nelson Werneck Sodré no PCB naqueles anos de chumbo. Lembro-me até hoje de seu comentário, na sala do nosso apartamento no Rio de Janeiro: “O Nelson foi indicado para a suplência da Direção”. Não sei se ele aceitou ou não a indicação, mas a partir daquele dia uma coisa ficou certa para mim: Nelson Werneck Sodré era uma das figuras de proa do PCB e, por conseguinte, da própria resistência democrática (ALVES FILHO, 2011, p. 36).

Essa associação entre a vida de militar e a atuação política vinculada ao PCB não era algo exclusivo de Nelson Werneck Sodré. Havia um setor militar vinculado a este partido que ficou conhecido como Antimil<sup>19</sup>. Conquanto as informações acerca da constituição de tal setor seja de difícil acesso, devido à sua atuação clandestina na maior parte do tempo, tudo indica que tenha sido criado em 1929, e “[...] Sodré cita aquele ambiente do colégio com extrema descrição” (CUNHA, 2001, p. 162). Em entrevista, Apolônio de Carvalho (1912-2005), que estivera na Escola Militar no mesmo período de Sodré, afirma que “[...] havia na escola a presença de células comunistas e de muitos professores que professavam abertamente a revolução socialista” (CUNHA, 2011a, p. 76). O levante de 1935, liderado por militares, é

---

<sup>19</sup> Ao longo de sua história, o setor foi conhecido por Setor Mil, Antimil (diminutivo de antimilitarista); tendo no Brasil como primeira denominação, Comitê Militar e em 35, alguns se referiam como Comitê Militar Revolucionário. Curiosamente, as gerações de militares recentes utilizavam mais a expressão Setor Mil (CUNHA, 2012, p. 60).

expressivo da atuação deste setor comunista no interior do exército, principalmente no Rio de Janeiro, Recife e Natal.

De concreto, uma outra possibilidade de confirmação de tão delicado apontamento, o mais próximo que conseguimos, nas várias entrevistas realizadas, foi através de uma fonte militar que também, por razões óbvias, pediu o anonimato. Esse oficial da reserva confirmou em entrevista com o autor deste trabalho, que Sodré já tinha contatos reservados com integrantes do setor militar do PCB (AntiMil) iniciados ainda em fins de 1944/45 (CUNHA, 2011a, p. 212).

Ao longo da trajetória profissional e intelectual de Nelson Werneck Sodré é possível identificar na sua formação intelectual e política influências dos pensadores da esquerda. De forma mais contundente, após os anos finais da Segunda Guerra Mundial, ocorrem influências ou convergências do seu pensamento com os ideais que fundavam o projeto político do PCB. Este, por sua vez, em diversos momentos alinhou suas proposições às resoluções da Internacional Comunista. Como afirma Prestes (2008, p. 48) “[...] a partir do III Pleno do Comitê Central do PCB, realizado em outubro de 1929, a orientação política dos comunistas brasileiros se ajusta inteiramente às resoluções do VI Congresso da Internacional Comunista, que tivera lugar em Moscou, em 1928”. Uma importante incorporação feita pelo PCB refere-se ao debate acerca da questão da revolução nos países coloniais e semicoloniais. Como evidenciado por Del Roio,

O VI Congresso da IC, ao elaborar seu programa geral, sistematizou também a visão dos comunistas sobre o problema da revolução nos países coloniais e semicoloniais: depois de uma primeira colocação no II Congresso Mundial, a questão da revolução anti-imperialista voltou à ribalta com a revolução chinesa e adquiriu contornos mais nítidos no debate de 1928. [...] os debates se ocuparam, principalmente, como era de se esperar, da revolução na China, cujo partido realiza naqueles dias seu VI Congresso. Sobre a Índia estendeu-se uma polêmica, que era de caráter mais geral, se o imperialismo impedia ou estimulava a industrialização nas colônias; essa questão, não foi resolvida naquele fórum, continuou pelas décadas seguintes a preocupar a militância comunista, e dependendo da resposta, a orientação estratégica e a política de alianças se configuraria de modo diverso, pois daí derivaria a colocação das burguesias nacionais no processo revolucionário (DEL ROIO, 1988, p. 128).

Para o Brasil, que se encaixava nesta descrição de país semicolonial, também foi adotado esse caminho específico de desenvolvimento elaborado pelo VI Congresso da IC. Caracterizados pela produção de bens primários, sob dominação imperialista que resultava em uma situação de dependência, tais países são vistos como incapazes de gestar naquele momento uma classe operária de vanguarda. No interior destas sociedades, imperava ainda relações de

interpenetração de práticas e racionalidade capitalista e escravistas ou patrimonialistas, como sugerido por Prado Júnior (1987) e Faoro (1997), ou restos feudais como abordado por Sodré (1962). Desta interpretação resulta a perspectiva de que estes países estavam na etapa da revolução burguesa, como preparação para a próxima etapa que seria a revolução socialista.

Contudo, não há consenso em relação a real vinculação da sua produção intelectual àquele partido. Conforme Cunha (2011a),

Raimundo Santos, por exemplo, sugere uma explicação bem interessante quando pontua que, face ao fato de que nem sempre tenham ficado assentadas na cena pública quais eram as relações entre Sodré e o PCB, a obra do autor e a linha oficial do partido são de expressiva convergência, e de mútua aceitação. Neste caso, veremos, ao longo deste estudo, que não há por que duvidar da sinceridade de alguns equívocos nessa linha de argumentação crítica. Os exemplos que se seguem são muitos e Reis, por sua vez, afirma sem rodeios que a umbilicidade das teses de Sodré e as teses da III IC são explícitas e diretas. Na leitura de Guido Mantega, Nelson Werneck Sodré seria o principal artífice dessa linha de interpretação, consolidada em sua obra a partir dos estudos no ISEB, particularmente nos referenciais desenvolvidos pelo autor a partir da publicação da *Introdução à revolução brasileira*, de 1958; *Formação histórica do Brasil*, de 1962; *História da burguesia brasileira*, de 1964. Nessa mesma linha de análise, seguem as conclusões de Moraes, que também aponta essa trilogia como o principal arcabouço teórico daquele modelo, o qual influenciaria fortemente o PCB no pós-1958, quando foi elaborada a *Declaração Política de Março*. Por fim, temos a conclusão de Dória, que afirma que foi reservada a Sodré, conjuntamente com Alberto Passos Guimarães, a tarefa de ler a história do Brasil como os marxistas conheciam (CUNHA, 2011a, p. 25).

Porém, numa perspectiva divergente, Cunha (2011a) pontua, a partir de afirmações de Jacob Gorender, que a referida declaração é o resultado de um trabalho coletivo do quadro de intelectuais do partido: “[...] a rigor, procuremos demonstrar neste trabalho que as teses vigentes do modelo já eram teses suas, e de um período anterior à sua entrada no PCB” (CUNHA, 2011a, p. 26). Não obstante, se o pensamento de Sodré estava afinado com as proposições políticas do PCB, esse fato não significava necessariamente que havia uma unidade ou submissão do seu pensamento às teses do partido.

De maneira retrospectiva, com base na obra *Memórias de um Soldado*, Cunha (2011a) recupera dois episódios que evidenciam a autonomia do pensamento de Sodré. Um deles é a opinião manifestada em relação ao teor das posturas políticas tomadas pelos intelectuais durante o *Congresso dos escritores*, ocorrido em 1944, e consideradas sectárias por Sodré. Postura semelhante foi tomada pelo autor no artigo *Tempestade*, que continha uma séria crítica à esquerdização ou ao esquerdismo: “Percebe-se que é uma crítica à política militarizada de

assalto ao poder expressa na linha política do PCB” (CUNHA, 2011a, p. 270). O outro episódio refere-se justamente ao artigo publicado na revista do Clube Militar:

Nessa linha, sua leitura retrospectiva sobre a publicação do artigo sobre a Guerra da Coreia considera-o um erro de avaliação política, na medida em que a paz ganhou ares de subversão para a maioria dos oficiais e que resultou, por outro lado, em uma excessiva esquerdização na forma de atuar de alguns setores da corrente nacionalista, agravada pouco depois com a possibilidade de Vargas mais uma vez vir a ser eleito presidente. Verificou-se, nesse caso, um outro erro de avaliação política, na medida em que Vargas vinha pautando sua campanha por um forte viés nacionalista e de base popular. Por essa razão, ele não seria um inimigo político e sim um aliado tático. No entanto, para muitos militares, era o passado de Vargas que importava e, nesse sentido, além de um erro político de avaliação, foi uma avaliação à esquerda equivocada (CUNHA, 2011a, p. 273 - 274).

Estas análises de Sodré foram elaboradas retrospectivamente em suas memórias, quando o processo histórico havia se completado. Todos os membros que compunham a diretoria do Clube Militar foram punidos, foi imposta a Sodré uma transferência para o interior do Rio Grande Sul, onde permaneceu por quatro anos, mesmo após Getúlio Vargas ter assumido a presidência da República e Estillac Leal, o Ministério da Guerra. De Cruz Alta/RS, Sodré retornou para apoiar uma nova campanha de Estillac Leal – que havia saído do governo de Getúlio Vargas – com a intenção de pleitear as eleições do Clube Militar em 1952. Diferentemente dos resultados obtidos anteriormente, esta chapa não obteve êxito. Isso se deveu à intensa oposição sofrida pela chapa e às tentativas de desqualificá-la pelo seu grupo opositor, denominado *A cruzada democrática*, que detinha o apoio dos imperialistas norte-americanos.

Com esse resultado desfavorável, obtido, como afirma Sodré, a partir de um pleito que não fora “[...] limpo, nem honesto, nem livre, nem democrático” (SODRÉ, 1967, p. 398), seus apoiadores – identificados como comunistas – foram perseguidos, presos e torturados. A instalação dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) foi responsável pelos atos que iniciaram a liquidação da corrente militar nacionalista. Sodré não foi preso, mas foi mantido longe, no Rio Grande do Sul, e suas promoções subsequentes só ocorreram pelas normas burocráticas referentes à antiguidade.

Em 1955, no governo de Café Filho (1889-1970), Sodré retornou ao Rio de Janeiro para compor o quadro de funcionários da Inspeção Geral do Exército. As forças conservadoras e golpistas, como as nomeia Sodré, encontravam-se fortalecidas naquele momento. Getúlio Vargas já havia se suicidado e aquelas forças estavam orquestrando novo golpe com o intuito de impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek (1902-1976), golpe que foi

frustrado graças ao Movimento de 11 de Novembro, liderado pelo General Teixeira Lott (1894-1984). Devido a este episódio e a sua suposta participação, Sodré foi transferido para o Pará.

Ao resistir a essa nova lotação, acabou por ser transferido para a 1ª Circunscrição de Recrutamento, tendo como atividade a expedição de documentos de comprovação da quitação com o serviço militar. Em 1961, foi promovido a Coronel e novamente designado para o Pará. No mesmo ano, Jânio Quadros (1917-1992) renunciou à presidência da República e o seu vice João Goulart (1919-1976) estava sendo impedido de assumir a aludida presidência. A posição política de Sodré era a favor da legalidade e reage à prisão do General Teixeira Lott, então ministro da guerra.

Em decorrência da sua participação neste episódio, Sodré foi preso, interrogado e posto em liberdade no dia subsequente. Estas foram as suas últimas atividades enquanto militar, pois em seguida solicitou a sua transferência para a reserva. Entre o pedido e a sua efetivação, houve um episódio marcado por desencontros com o presidente João Goulart, que solicitara reunião com Sodré para expressar o seu descontentamento, afirmando que não assinaria o referido pedido de transferência para a reserva. No entanto, dias após o encontro, Sodré foi surpreendido com o despacho presidencial favorável. Depois, soube que o presidente assinara o documento sem ler. Este é revogado, o general volta à ativa e é classificado novamente para o Pará, o que o faz pedir novamente a transferência para a reserva. João Goulart tentou como último recurso lhe oferecer cargo civil, que também foi recusado. Em 1962, Sodré foi transferido para a reserva, encerrando a sua carreira militar.

Minha vida militar coincidira com o período mais agitado da história republicana; em todos os episódios de crise, minha posição fora do lado da lei; jamais participara de golpes contra as instituições – e eles haviam sido vários. Era, apesar, disso, batizado como subversivo e justamente por aqueles que, auferindo proveito desses golpes, intitulavam-se defensores da disciplina [...]. O erro estava em supor que a melhor maneira de lutar contra ele seria permanecer, embora inutilizado e até desmoralizado [...]. Deixando a atividade militar, outras atividades me esperavam, as de professor, escritor, jornalista (SODRÉ, 1967, p. 551-552).

A partir de 1962, Sodré passa a se dedicar somente às suas atividades intelectuais. A sua atuação no *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB) é representativa do seu engajamento intelectual<sup>20</sup>. Criado em 1955 e extinto em 1964 após o Golpe Militar, este

---

<sup>20</sup> Este instituto foi fundado com o objetivo de promover “[...] o estudo e o ensino – em nível de pós-graduação – e a divulgação as Ciências Sociais, para serem aplicadas à análise e a compreensão crítica da sociedade brasileira, fomentando e promovendo o desenvolvimento nacional” (NETTO, 2011, p. 33).



instituto contou com a participação de Sodré em todos os seus momentos. As atividades desenvolvidas por ele neste instituto foram marcadas pela sua condução como diretor do Departamento de História. Uma de suas iniciativas, no mencionado departamento, resultou no projeto *História Nova*, interrompido com a deflagração do Golpe Militar de 1964. Vale ressaltar, neste período, a sua atuação intelectual e política no ISEB que lhe rendeu 57 dias na prisão, de 30 de maio a 21 de julho de 1964. Este é o período da sua maturidade intelectual que produziu a sua interpretação teórica sobre a realidade brasileira (NETTO, 2011).

## 2 NACIONALISMO E MODERNIZAÇÃO: O CONTEXTO INTELECTUAL DOS DEBATES SOBRE A IDEIA DE FORMAÇÃO CULTURAL E SOCIAL NO BRASIL

Após a contextualização do período histórico vivenciado por Nelson Werneck Sodré, os espaços sociais e políticos pelos quais circulou, quais eram seus interesses e, como e com quem interagiu nestes campos, faz-se necessário abordar as principais questões debatidas no período em que escreveu a obra *Introdução à Revolução Brasileira (1958)* e reconstruir o contexto intelectual de sua produção. O entendimento do historiador britânico Quentin Skinner (1940-presente) argumenta que não basta compreender nos textos clássicos aquilo que eles têm a nos dizer sobre os temas políticos e sociais universais. Os clássicos responderam questões de um momento histórico particular e para um público específico, assim,

Pois entendo que a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um rol correspondente de questões se converta nos principais tópicos em discussão”. Nesse sentido, é preciso conhecer “as características mais relevantes das sociedades nas quais e para as quais eles originalmente escreveram (SKINNER, 1996, p. 10).

Para que esse quadro das ideias políticas da época seja construído de maneira mais ampla, Skinner acredita que, para além da leitura dos textos dos clássicos, é de fundamental importância ler os escritos de autores “menores”, ou efêmeros, que escreveram no mesmo período. As assertivas de Quentin Skinner evidenciam a inclusão na sua metodologia da análise do contexto intelectual, apoiado na compreensão do sentido linguístico de determinada época histórica: “[...] as convenções linguísticas reconhecíveis da época [...], pois é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas” (SKINNER, 1996, p. 11).

A sua abordagem contextualista revitaliza a importância do estudo das ideologias e possibilita que a pergunta que faziam os textualistas, *o que o autor disse*, seja reelaborada no contextualismo linguístico, ao se concentrar na busca do entendimento *do que o autor quis dizer* ou qual seria a intenção do autor ao escrever as suas obras. Esse deslocamento ocorre, conforme aponta Skinner (1996), porque não é possível acessar *o que o autor disse*, pois o quadro de referências (expectativas e preconceitos) de quem está empreendendo o estudo da obra é diferente do quadro de referências do autor do texto (SKINNER, 2005, p. 82). A tentativa de elaborar estudos a partir dessa premissa pode resultar em anacronismos históricos, os quais

Quentin Skinner denominou de *mitologias: mitologia das doutrinas, da coerência e da prolepse*.

A “[...] expectativa de que cada autor clássico teria enunciado uma doutrina acerca dos temas considerados constitutivos da disciplina” foi nomeado pelo historiador britânico de *mitologia das doutrinas*. Essa mitologia das doutrinas resulta em dois anacronismos históricos: um deles é a construção de uma percepção unitária acerca do pensamento do autor, e outro resultaria no anacronismo que “[...] consiste em supor que ele [o autor] poderia ter tido a intenção de contribuir para um debate cujos termos não estavam ao seu alcance” (SKINNER, 2005, p. 85-86).

A *mitologia da coerência* se traduz na ambição de analisar os textos buscando encontrar coerência interna nos mesmos, ainda que não os tenha. Por fim, a *mitologia da prolepse*, “[...] quando pensamos no significado que um dado texto pode ter para nós, torna-se mais fácil, em primeiro lugar, descrever essa obra e a sua alegada relevância de forma a não permitir análises acerca do que o seu autor pode ter pretendido dizer” (SKINNER, 2005, p. 104). Nesse sentido, Quentin Skinner reitera que os “[...] significados dos termos que utilizamos para expressar os nossos conceitos mudam com o tempo” (SKINNER, 2005, p. 13). É importante atentar para os “usos” que se faz de tais conceitos. Precisamente, trata-se de saber “o que o autor estava fazendo quando escreveu a obra”:

Disso resulta que a correta compreensão de uma ideia ou teoria só poderia se dar pela sua apreensão no interior do contexto em que foram produzidas. Resulta também que o objeto de análise historiográfica é deslocado da ideia para o autor, do conteúdo abstrato da doutrina para a ação ou performance concreta do ator num jogo de linguagens historicamente dado (JASMIN, 2005, p. 28).

Esta análise permitiria pensar na articulação entre as dimensões teóricas e práticas, pois “[...] a fim de explicarmos por que tal agente faz o que faz, será preciso referirmo-nos a seu vocabulário, já que este com toda a evidência se delinea como um dos fatores a determinar sua ação” (SKINNER, 1996, p. 12). Considerando essas assertivas, analisaremos a definição de revolução no pensamento de Nelson Werneck Sodré ao refletirmos sobre o seu contexto de produção/elaboração a partir do estudo dos debates que foram empreendidos por diferentes teóricos do período.

No âmbito nacional, há consistente debate metodológico que oferece base aos estudos na área do pensamento social e político brasileiro. O texto *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro (2010)*, do cientista político Gildo Marçal Brandão (1949-2010), é representativo

deste esforço ao identificar as diferentes famílias intelectuais subjacentes ao pensamento produzido em nosso país. Segundo o autor, o pensamento social ou pensamento político é elaborado na fronteira de diversas áreas de conhecimento:

Essa superposição [...] talvez fosse inevitável no caso de países de capitalismo retardatário como o nosso, uma vez que o tratamento da literatura, da arte, da cultura e das ciências aqui praticadas acaba tendo uma importante dimensão política por força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação (BRANDÃO, 2010, p. 22).

Gildo Marçal Brandão indica que este campo de estudos permanece vivo ao recolocar questões para serem debatidos na atualidade, mesmo diante do evidente processo de institucionalização da Ciência Política. Observa-se com isso a importância que os autores clássicos possuem nos âmbitos nacional e internacional nas Ciências Sociais. Seguindo a discussão no âmbito metodológico, a pergunta que se coloca neste momento é como recebemos as diferentes perspectivas e como reelaboramos ou as empregamos em nossa realidade?

A partir da análise desse conjunto de ensaios de interpretação produzidos acerca da formação nacional, forma narrativa por excelência gerada pelos estudos no campo do pensamento social e político no Brasil, Gildo Marçal Brandão identifica a existência de “[...] estilos determinados, formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsumem até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada [...]” (BRANDÃO, 2010, p. 29). Como poderemos situar o pensamento de Nelson Werneck Sodré nesta empreitada assumida por Brandão de identificar as diferentes “famílias (tradições) intelectuais” ou “formas de pensar” existentes no Brasil?

Gildo Marçal Brandão afirma que não é possível compreender nenhuma grande constelação de ideias sem levar em conta os reais problemas políticos e sociais para os quais se buscavam respostas. Podemos inferir que Brandão reafirma, à semelhança de Quentin Skinner (1996), a importância do contexto intelectual para a compreensão de um dado pensamento. No entanto, na sequência afirma que “[...] nenhuma grande constelação de ideias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto” (BRANDÃO, 2010, p. 33), delimitando certo afastamento em relação às prerrogativas do contextualismo linguístico skinneriano. Assim, Gildo Marçal Brandão problematiza as produções do pensamento social e político brasileiro buscando estabelecer correlação com o debate contemporâneo, no sentido de identificar se existe continuidade ou rupturas entre eles.

Nesse sentido, o autor adota duas hipóteses como pressuposto para este empreendimento: a primeira é “[...] situar o liberalismo atual em uma linha de continuidade”

(BRANDÃO, 2010, p. 33), expresso no pensamento de vários autores: o advogado e político Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), a partir “[...] do caráter asiático e parasitário que o Estado colonial herdou da metrópole portuguesa”; o advogado Raymundo Faoro (1925-2003), que aponta como problema “a permanência do estamento burocrático patrimonial”, o qual resulta, como afirma o sociólogo Simon Schwartzman (1939), “[...] na proposta de (des)construção de um Estado que rompa com sua tradição ‘ibérica’ e imponha o predomínio do mercado, ou da sociedade civil, e dos mecanismos de representação sobre os de cooptação, populismo e delegação” (BRANDÃO, 2010, p. 33-34).

Na segunda hipótese, Brandão (2010) traz para o debate autores como o sociólogo e político Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) e os cientistas políticos Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019) e Bolívar Lamounier (1943-presente), que se ocuparam da discussão acerca do caráter de correntes ideológicas que aqui se desenvolveram, como por exemplo, as bases do pensamento autoritário e do pensamento liberal. Apesar de os intelectuais divergirem sobre as bases interpretativas destes elementos, fica evidente que foi no entorno destas questões que os debates intelectuais foram travados.

Os conceitos “idealismo orgânico” e “idealismo constitucional” são representativos deste debate enquanto formas de pensar predominantes que, partindo de premissas teóricas distintas, comungam com a ideia de a atuação estatal possuir papel central na formação da sociedade brasileira. O “idealismo orgânico”, presente no pensamento de base autoritária, fundamenta a necessidade de um Estado forte devido à incapacidade de organização da sociedade civil; por sua vez, o “idealismo constitucional”, de base liberal, aponta que é justamente a presença de um “Estado todo-poderoso” que se antepõe à sociedade a origem do mitigado liberalismo nacional (BRANDÃO, 2010, p. 48-49).

Se as formas de pensar elaboradas a partir do “idealismo orgânico” e do “idealismo constitucional” eram predominantes, não eram as únicas existentes em nosso país. Gildo Marçal Brandão (2010) recupera, no pensamento do crítico literário Antonio Candido (1918-2017), o conceito de “pensamento radical de classe média” para abordar uma destas famílias intelectuais socialmente minoritárias que se desenvolveram durante as décadas dos 40 e 50 do século XX, e que comportavam adeptos práticos e teóricos do socialismo e do comunismo que pretendiam elaborar projetos de futuro para o desenvolvimento de uma sociedade organizada sob novas bases institucionais, materiais e políticas, pautadas nas relações assalariadas e no desenvolvimento da urbanização e da industrialização. Portanto, mais atrelado ao período em que ocorre alterações nas formas de agir e pensar, após os anos 1950, as ideias em debate passaram a refletir sobre os temas do desenvolvimento econômico e da consolidação da

democracia política. Apresentadas as diferentes famílias intelectuais, Gildo Marçal Brandão (2010) aponta que as diferentes formas de pensamento não são necessariamente excludentes e tampouco “encaixa” de forma mecanicista os autores nesta ou naquela família intelectual.

Podemos ver em situações como estas misturas menos ou mais consistentes de ética de esquerda com epistemologia de direita, e vice-versa, polarizações ambíguas ou conciliações produtivas, sublimes coerências ou ecletismos mal temperados, mas o importante é não transformar as “afinidades eletivas” entre idealismo orgânico e conservadorismo, entre idealismo constitucional e liberalismo, entre materialismo histórico e socialismo, em vias de mão única, relações de causa e efeito ou homologias entre ideologias e posições políticas – até porque toda concepção de mundo é um campo de força, mantém relações e ramificações em vários grupos sociais e manifestações espirituais, supõe uma direita, uma esquerda e um centro, comporta teorias e interpretações diferentes, de modo que alianças intelectuais entre pensadores politicamente distantes, mas próximos pela forma de pensar, são possíveis (BRANDÃO, 2010, p. 39).

O ponto a partir do qual Gildo Marçal Brandão parte para analisar o pensamento político de um intelectual se aproxima com as premissas de Antonio Gramsci (1891-1937), que realça a importância da opinião e a capacidade de persuasão dos escritores das obras de maior relevo, pois “[...] as obras mais significativas [...] são as mais capazes – porque mais coerentes, mais amplas, mais profundas e mais autônomas – de revelar a natureza de uma época e a consistência de uma concepção política” (BRANDÃO, 2010, p. 41- 2).

Novamente, Brandão demarca a distinção em relação ao contextualismo linguístico que, para reconstruir o contexto intelectual, foca também nas obras “menores” ou efêmeras produzidas no mesmo período. Gildo Marçal Brandão não negou a importância do contexto em que as ideias foram produzidas, mas critica o estabelecimento de uma correlação direta e totalizante entre o pensamento e o seu contexto intelectual de elaboração.

Além disso, Gildo Marçal Brandão é crítico das interpretações do Brasil que partem do pressuposto de que as formas de pensar e a construção de nossas “famílias intelectuais” estariam constituídas desde a colonização, uma vez que a história nacional é composta mais por continuísmos do que por rupturas. A conciliação política entre as elites influenciou os processos internos de mudanças políticas e sociais constantes na transição da Colônia ao Império e, posteriormente, à República. O fato é que apenas seria possível rastrear as matrizes intelectuais a partir do estabelecimento incipiente do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial.

No Brasil, esta ruptura ocorreu no final do século XIX com a abolição das formas servis de trabalho e o advento da República, introduzindo um conjunto de novas práticas e formas de

pensar que marcam um processo de descontinuidade em relação à permanência em nossa sociedade das formas de pensar elaboradas na Colônia. Ao mesmo tempo em que Gildo Marçal Brandão afirma a necessidade de o estudioso da história das ideias estar atento às generalizações apressadas dos referidos processos que poderiam redundar em falsas sínteses, chama a atenção para a recorrente postura de alguns intérpretes que começam as suas análises a partir do zero, desconsiderando as discussões teóricas realizadas no passado.

Para além das questões colocadas por Gildo Marçal Brandão em sua tentativa de identificar as diferentes linhagens do pensamento político brasileiro, é conveniente retomar os questionamentos feitos por Raymundo Faoro (2007) no livro *Existe um pensamento político brasileiro?* e por Christian E. C. Lynch (2013), no seu artigo *Por que pensamento e não teoria?*

Raymundo Faoro (2007) considera fundamental pontuar o caráter autônomo do pensamento político. Segundo a sua perspectiva, o pensamento político “[...] não é filosofia, nem ciência, nem ideologia” (FAORO, 2007, p. 35), mas pode manifestar-se a partir de uma destas formas. Sua especificidade é a sua íntima relação com a ação incorporada na própria atividade política. Diferentemente das ideologias e da filosofia política (*lógos*) que são “saberes formulados” e que “corporificam um princípio político”, o pensamento político se “[...] desenvolve sobre o campo da própria política” (FAORO, 2007, p. 37).

A construção de um verdadeiro pensamento político se origina da atividade real imbricada com a ação, mas não separa a ação política do *lógos*: “[...] se há um pensamento político brasileiro, há um quadro cultural autônomo, moldado sobre uma realidade social capaz de gerá-lo ou de com ele se soldar” (FAORO, 2007, p. 9). Christian Lynch (2013), ao debater questões referentes ao pensamento político-social brasileiro, aponta a existência de vários impasses contidos neste campo de estudos. Porém, concentra os seus esforços no debate conceitual ao analisar os motivos pelos quais o estudioso emprega o termo *pensamento* às reflexões produzidas no Brasil em detrimento do termo *teoria*. Lynch nos apresenta duas justificativas que usualmente são utilizadas para fundamentar essa diferenciação, e propõe uma terceira via de interpretação que poderia explicar o referido fenômeno de maneira conceitual.

A primeira delas identifica a filosofia política e a teoria como campos que produzem conhecimento sobre as questões perenes. Por outro lado, as reflexões produzidas pelo pensamento social e político se ocupam do estudo das questões contingentes e particulares. A segunda justificativa opera dupla separação entre a filosofia e a teoria: 1) Como a primeira justificativa associa filosofia e teoria à produção do conhecimento acerca das questões universais, de caráter mais elaborado e sistemático; 2) De outra maneira, o pensamento social e político está vinculado à produção de um conhecimento de validade nacional.

Os países centrais possuiriam um conjunto de grandes autores – os “clássicos” que produziriam teoria – e aqueles autores menos reconhecidos que elaborariam o pensamento. No entanto, a terceira justificativa, da qual Christian Lynch é partidário, atribui ao pensamento social condição de reflexões de “segunda linha”, desenvolvidas por autores supostamente menores originários de culturas colonizadas e portadoras do subdesenvolvimento, como no caso brasileiro.

A percepção difusa do tempo (atrasado) em que o país se encontraria, decorrente do lugar (periférico) por eles ocupado no mundo. Essa percepção secular, por parte das elites ibero-americanas, de se acharem excluídas de um “centro” do mundo, mais importante e superior, localizado no Atlântico Norte, repercutiu diretamente na definição de suas identidades nacionais depois da independência (LYNCH, 2013, p. 734).

Nestas condições, os territórios que foram colonizados pelos europeus estariam impossibilitados de produzirem um pensamento original que representasse a formação peculiar de teorias políticas que expressassem os processos históricos concretos da sociedade brasileira.

O máximo a que se poderiam permitir era acreditar que o inventário da produção intelectual nacional pudesse ser descrito no plano de uma ‘história de ideias marcada pela sua dimensão prática, pela sua contingência e pela sua validade limitada ao plano do local’ (LYNCH, 2013, p. 737).

Conforme diz o professor de filosofia brasileiro João Cruz Costa (1904-1978), absorvemos esta crença e a reproduzimos continuamente, acrescentando que “[...] na história de nossa inteligência aparece ainda outro curioso traço: a mais completa e desequilibrada admiração por tudo que é estrangeiro – talvez uma espécie de ‘complexo de inferioridade’” (COSTA, 1967, p. 8). Roberto Schwarz (2014), no texto *Nacional por Subtração*, insere-se nesta discussão ao problematizar algumas particularidades características da constituição filosófica e política brasileira, a saber: “[...] o caráter imitativo de nossa vida cultural”. Esse “caráter imitativo” impediria a formação de uma cultura nacional e autônoma.

A resposta a esta questão não é unívoca, mas diversa. De um lado, há a crença de que a rejeição dos elementos metropolitanos nos colocaria no caminho da autonomia cultural, pois “O progresso resultaria de uma espécie de reconquista, ou melhor, da expulsão dos invasores” (SCHWARZ, 2014, p. 84).

Rechaçado o imperialismo, neutralizada as formas mercantis e industriais de cultura que lhe correspondiam, e afastada a parte antinacional da burguesia, aliada do primeiro, estaria tudo pronto para que desabrochasse a cultura



verdadeira, *descaracterizada pelos elementos anteriores, entendidos como corpo estranho* (SCHWARZ, 2014, p. 84).

Deste processo de exclusão do que não é nativo – identificado por Roberto Schwarz como subtração – floresceria a cultura verdadeiramente nacional. No entanto, após a influência cultural e política lusitana, emergiu uma diversidade de outras culturas localizadas na América do Norte e na Europa que inspirou a cultura política nacional, causando desconforto entre alguns intelectuais brasileiros e as ideias provenientes dos modelos exógenos, transplantados para a interpretação da formação histórica, social e política do Brasil. De outro lado, em consonância com a nova perspectiva globalista, a luta nacionalista por uma “cultura genuína” perderia importância. Ambos os caminhos são errôneos, segundo a interpretação de Roberto Schwarz:

Digamos que a fatalidade da imitação cultural se prende a um conjunto particular de constrangimentos históricos em relação ao qual a crítica de corte filosófico abstrato, como a essa que nos referimos, parece impotente (SCHWARZ, 2014, p. 89).

Da metade do século XIX ao primeiro decênio do século XX, Sílvio Romero (1851-1914) indicara o caminho teórico que posteriormente Roberto Schwarz mobilizará para refletir sobre a temática da “cultura genuína” e da cópia de teorias estrangeiras, responsáveis pela cisão social entre a elite letrada – promotora do fenômeno da cópia em nosso país – e a massa da população, que permanece inculta. Esta tese rejeitava a ideia de que a mestiçagem brasileira seria causadora da incapacidade de gerar um pensamento original: “Se a causa da tendência brasileira para a cópia é racial, por que só a elite terá copiado?” (SCHWARZ, 2014, p. 95). Definitivamente, a matéria principal não seria a racial, mas de classe: “Noutras palavras, o sentimento aflitivo da civilização imitada não é produzido pela imitação, presente em qualquer caso, mas pela estrutura social do país, que confere à cultura uma posição insustentável” (SCHWARZ, 2014, p. 100).

O debate a respeito da existência de um quadro cultural autônomo colocada por Raymundo Faoro e o questionamento da nossa capacidade de produzir um pensamento original, problematizado por Christian Lynch e Roberto Schwarz, constituem-se em temas de pesquisas em diversos autores, que circundam a ideia de formação cultural, institucional, nacional e política, entre outros. Estas discussões teóricas serão incorporadas nos estudos contemporâneos sobre o nacionalismo e a modernização, e tais temas serão averiguados no próximo item cujo

objetivo central será analisar as particularidades intelectuais e políticas do pensamento de Nelson Werneck Sodré no contexto intelectual da sua época.

## **2.1 O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO EM DEBATE: A FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL NO BRASIL**

A obra *Introdução à Revolução Brasileira*, publicada em 1958, integra o período de maturidade do pensamento de Nelson Werneck Sodré. De acordo com a metodologia contextualista de Quentin Skinner, é preciso questionar – para posteriormente situar – para qual sociedade o texto foi originalmente escrito, assim como quais as questões que ele pretendia responder. O processo de construção das respostas para estes questionamentos resulta na edificação de um quadro das principais ideias políticas que eram debatidas no período histórico específico, abrangendo não só a obra em estudo, mas um conjunto de textos produzidos na mesma época que compartilhavam o mesmo contexto linguístico.

As referidas proposições de Quentin Skinner permitem refletir sobre as discussões relativas ao nacionalismo e à modernização, temas recorrentes no pensamento de Nelson Werneck Sodré e que eram debatidos amiúde na década dos 50 entre intelectuais e políticos de diferentes matizes ideológicos. Ao acionar os conceitos de nacionalismo e modernização, é indispensável questionar como foram instrumentalizados politicamente naquele período e qual o conteúdo teórico atribuído a esses conceitos. Por isso, antes de verificarmos as discussões concernentes ao nacionalismo e à modernização, retomaremos o debate do início do século XIX sobre a “formação da nação” que esteve presente nos escritos jurídicos, econômicos e literários dos mais diferentes intelectuais que abordavam diversos contextos deste processo de formação.

Nelson Werneck Sodré reitera em *História da Literatura Brasileira* (1995) que a revolução no Brasil se deu por etapas. O período que compreende os anos de 1930 a 1945 representa uma delas. Ainda que a principal obra analisada neste estudo seja *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), é fundamental descrever a contextualização do período anterior, posto que sua compreensão possibilitou os acontecimentos e processos do período subsequente, identificado por Sodré como revolucionário.

Os intelectuais nas últimas décadas do século XIX e início do século XX se dedicaram a pensar a formação da sociedade brasileira nas suas mais diferentes dimensões: culturais, econômicas, históricas e políticas. Na contemporaneidade, aqueles intelectuais são nomeados intérpretes do Brasil. Ricupero (2011, p. 21) identifica este período “[...] entre a Proclamação da República, em 1889, e o desenvolvimento mais pleno da universidade, a partir da década de

trinta do século XX”. Renato Ortiz (2013) sintetiza este processo de busca pelo conhecimento da realidade e a composição da identidade nacional como um momento de construção das *Imagens do Brasil*, e Octávio Ianni (2002), em seu artigo *Tipos e Mitos do pensamento brasileiro*, como uma “nação em busca de um conceito”:

Assim, a história aparece como uma coleção de figuras e figurações, ou tipos e mitos, relativos a indivíduos e coletividades, a situações e contextos marcantes, a momentos da geo-história que se registram metafórica ou alegoricamente. Esclarecem ou ordenam o que se apresenta complexo, contraditório, difícil, como é habitualmente a realidade histórico-social, em suas formas de sociabilidade e em seus jogos de forças sociais (IANNI, 2002, p. 7).

A formulação destes tipos e mitos para a explicação de uma formação social é comum em diferentes áreas do conhecimento, como na “[...] história, geografia, antropologia, sociologia, ciência política, psicologia, teatro, romance, poesia e outras linguagens” (IANNI, 2002, p. 7). No Brasil, a associação dessas discussões com a esfera da produção literária foi produtiva e antecede o período em estudo. De maneira específica, o sociólogo e crítico literário Antonio Candido, em sua obra *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1975), indica que a formação da literatura em nosso país foi consequência da cisão entre as manifestações literárias e a literatura.

Um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes numa fase. Estes denominadores são, além de características internas, (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns aos outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade (CANDIDO, 1975, p. 23, 24).

Para Antonio Candido, ao ocorrer a integração do pensamento de diferentes autores que formam a continuidade literária, sistematiza-se uma tradição. No Brasil, este processo se desenvolveu entre as últimas décadas do século XVIII e o início do século XIX, que marca o

início do romantismo. Antonio Candido não afirma a inexistência de obras e autores importantes em períodos anteriores, porém atuavam individualmente no cenário literário.

O indianismo foi um exemplo desta forma de manifestação cultural. Esse recorte é usual nos estudos de crítica literária e marca uma produção supostamente voltada para a análise da realidade brasileira, contribuindo para a formação nacional. Antonio Candido ponderou ser um recorte válido, pois demarca “a tomada de consciência” dos autores quanto ao seu “papel”, inserindo “[...] a atividade literária como parte do esforço de construção de um país livre” (CANDIDO, 1975, p. 26). Entretanto alertou que existem implicações resultantes dessa forma de engajamento social da literatura.

Esta espécie de nacionalismo aplicado ao universo artístico – que ligam os autores a esta espécie de “missão” com a realidade circundante – colocou os literatos diante de uma situação em que a relação da dimensão universal (no campo da abstração e da criatividade) com a dimensão nacional (dos elementos contingentes) das obras estivessem sempre sendo recolocados. O crítico literário precisaria então considerar esta constante relação entre o geral e o particular, “[...] não só averiguando o sentido de um contexto cultural, mas procurando estudar cada autor na sua integridade estética” (CANDIDO, 1975, p. 30).

João Cruz Costa, em seu livro *Contribuição à história das ideias no Brasil; o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórico nacional* [1956] (1967), refletiu igualmente sobre a formação da nossa nacionalidade. Todavia, enquadrou o fenômeno da imitação como algo comum e legítimo entre as nações do continente americano, herdeiras de uma colonização recente.

Em certo sentido, Sodré concorda com o enunciado de João Cruz Costa: apesar da independência política, os pensadores brasileiros permaneceram por longo tempo intelectualmente colonizados. Mesmo quando o país alcançou certa autonomia política, nossos quadros culturais continuaram a ser considerados produções menores perante a cultura europeia. Se inicialmente as doutrinas e sistemas filosóficos foram introduzidos no Brasil de maneira abstrata, seria necessário frisar que “[...] o pensamento é sempre produto da atividade de um povo” (COSTA, 1967, p. 4). Portanto, importa compreender as adaptações que os intelectuais brasileiros realizam com as doutrinas e sistemas filosóficos que aportam no Brasil.

O sociólogo francês Daniel Pécaut (1935-presente), na obra *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação* (1990), analisa as doutrinas e formas de pensar as relações culturais, políticas e sociais no Brasil. O autor estabelece uma divisão entre duas gerações: uma, representada por intelectuais das décadas de 1920 a 1940, que corresponde ao período das discussões relacionadas à formação social e cultural brasileira; a outra, por intelectuais que

aturam no cenário nacional entre os anos de 1954 a 1964, com as discussões circundando as questões da modernização, desenvolvimento e nacionalismo. Pécaut atribui a essas duas gerações a elaboração de uma cultura política no Brasil:

Com o intervalo de trinta anos, duas gerações de intelectuais brasileiros manifestaram a convicção de que lhes competia uma responsabilidade essencial na construção da nação. Influenciando opiniões e governantes, ambas atingiram uma evidência especial extraordinária e contribuíram efetivamente para impor novas representações do político (PÉCAUT, 1990, p. 14).

A pesquisa concernente aos intelectuais brasileiros daqueles dois períodos do século XX, empreendida por Pécaut (1990, p. 18), está centrada em três aspectos. O primeiro “[...] relaciona-se a maneira de definir a posição social dos intelectuais”; o segundo “[...] diz respeito às representações do fenômeno político” e o terceiro “[...] relaciona-se às articulações entre o campo intelectual e a esfera pública”. A apreensão destes aspectos empreendidos tem por objetivo compreender as suas estratégias políticas,

[...] [que] só serão inteligíveis na mediada em que soubermos a partir de qual ângulo estavam acostumados a falar; que visões de político apresentavam para justificar suas intenções concretas; e de que concepções da política intelectual se consideravam portadores (PÉCAUT, 1990, p. 18).

Ao analisar o pensamento dos intelectuais dos anos 20, Pécaut pondera que é possível identificar que aqueles intelectuais arrogavam a si a missão de construir a nação. Pécaut, com base em Miceli (1979), especifica que a intelectualidade deste período se colocava na posição de elite dirigente. Tal postura se justificava a partir da premissa de que, diante da inexistência de uma sociedade civil, caberia ao Estado, sob o comando dos intelectuais, assumir o poder cultural e político-institucional.

O processo a partir do qual estes intelectuais passam a ocupar o aparelho do Estado está intimamente relacionado à situação de decadência material das elites oligárquicas, que impulsionou a busca por novas posições de poder e status. Estes, ainda que incrustados naquele aparelho estatal, negam a dimensão própria da política, pois eram “[...] herdeiros do positivismo e do evolucionismo” (PÉCAUT, 1990, p. 57). Concebiam “[...] a teorização da política como competência”, em que “a arte de governar relaciona-se com o saber científico”. Aqueles intelectuais se consideravam “como categoria socialmente sem vínculos” (PÉCAUT, 1990, p. 30-32).

Não obstante houvesse especificidades entre o pensamento destes diferentes intelectuais, hoje comumente nomeados no meio acadêmico como pertencentes à tradição do pensamento autoritário brasileiro, Pécaut (1990) sustenta que tais teóricos, no conjunto, diante do fato de não poderem contar com um campo intelectual autônomo, utilizavam-se da atividade política para legitimar as suas ideias elitistas, embasadas na necessidade da organização da nação de cima para baixo, pela via institucional. Ao produzirem narrativas acerca do pensamento produzido no referido período, buscavam “[...] promover a solidariedade entre indivíduos e grupos sociais, dando-lhes o sentimento intersubjetivo de pertencer a uma comunidade política” (BOTELHO, 2008, p. 17).

Porém, é no interior desta geração de 1922 que ocorreram importantes acontecimentos políticos: o Movimento Tenentista, cujo marco foi a Revolta de Copacabana; a fundação do PCB, e a Semana da Arte Moderna. Estes eventos assinalam mudanças profundas na sociedade brasileira, como afirma Nelson Werneck Sodré (1995): “o Brasil de 22 precisava ser estudado”.

Apesar de propugnar que aqueles acontecimentos não teriam ligação entre si, Sodré os interpreta como reflexos de um mesmo processo de transformações culturais econômicas, políticas e sociais, que estavam em curso e demarcavam a etapa inicial da revolução burguesa no país. Este estado de coisas impulsionou novas formas de engajamento cultural e político ao formar o quadro de uma intelectualidade engajada. No entanto, engajadas em “modalidades muito diversas e, às vezes, em campos opostos” (PÉCAUT, 1990, p. 60). Ao encontro dessas proposições Ridenti afirma:

No Brasil e em outros países da América Latina, muitos viam no republicanismo, no positivismo, no anarquismo, no sindicalismo revolucionário, nas várias vertentes do socialismo e em seguida no comunismo, mas também na maçonaria e até em religiões com pretendida cientificidade, como o espiritismo, maneiras de se contrapor a ordem estabelecida e de buscar um lugar ao sol na sociedade renovada. Essas correntes de pensamento e de organização social – por vezes incorporada ecleticamente pelos agentes sociais - expressavam o descontentamento crescente com uma ordem política que não correspondia à modernização em curso (RIDENTI, 2010, p. 18-19).

Dentre estas diferentes formas de engajamento – ou diversas formas de “brasilidade” – surge uma alinhada às ideias e aos movimentos políticos de esquerda, supostos condutores da “brasilidade revolucionária”. Conforme Ridenti,

Ela envolveria o compartilhamento de ideias e sentimentos de que estava em andamento uma revolução, e cujo devir artistas e intelectuais teriam

um papel expressivo, pela necessidade de conhecer o Brasil e de aproximar-se de seu povo (RIDENTI, 2010, p. 10).

A sociedade brasileira estava imersa em um processo histórico de reorientação da sua ordenação social, com novos atores intelectuais e políticos disputando os espaços de poder. As elites agrárias, representadas pela burguesia agrário-comercial, perderam poder intelectual e político diante da conformação de uma nova sociedade, organizada pelos padrões de racionalidade capitalista e que impulsionou a estruturação da organização das classes sociais, dentre elas a nascente burguesia industrial, que ofereceu condições objetivas para a concretização da Revolução de 1930. As causas que conduziram ao declínio do modelo agrário foram a ampliação das forças produtivas nacionais e a eclosão dos movimentos políticos capitaneados pelas populações urbanas (IANNI, 1965):

Criaram-se, assim, as condições pré-revolucionárias que propiciaram a ascensão da burguesia industrial. Por isso é que a Aliança Liberal (o movimento que realizou a Revolução de 1930) congregou industriais, elementos da burguesia financeira, grupos de profissionais liberais, membros da classe média, pequena burguesia, proletariado e grupos militares. É que em graus diversos, e com projetos distintos, todos estavam empenhados no processo de democratização do país, o que envolvia a destruição da estrutura rígida produzida com a civilização agrária orientada para o exterior (IANNI, 1965, p. 32-33).

Essa aliança de setores que representavam as diferentes classes sociais em gestação, traduzia as forças sociais vinculadas às necessidades da sociedade urbana e industrial. Após a vitória da revolução, Getúlio Vargas governou objetivando buscando atender aos interesses destes diferentes grupos, resultando em frágil e instável equilíbrio entre as forças sociais e políticas do período. O protagonismo histórico estava consubstanciado nas burguesias industriais e financeiras, que estavam “[...] jogando com a classe operária em formação e a classe média ambígua, consolidou-se no poder” (IANNI, 1965, p. 23).

Ao possuírem projetos políticos e sociais distintos, principalmente no período do Estado Novo (1937-1945), estas forças sociais permaneceriam em conflito: por um lado, o engajamento de parte dos intelectuais e outros setores ao integralismo, por outro, no engajamento na Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em 1935 sob a influência dos princípios defendidos pelo PCB que, como afirma Pécaut (1990), definiram formas específicas de politização. O fato é que a burguesia industrial, diante da incapacidade de encampar sozinha a reestruturação da sociedade brasileira daquele período, apoiou-se recorrentemente na classe média, nos setores militares e no proletariado urbano, formando a ideologia do nacionalismo. Segundo Ianni,

E é nesse contexto que surge e se desenvolve o nacionalismo. Este movimento político é uma das manifestações mais abertas da burguesia industrial nacional em ascensão. Como não teve forças suficientes para afirmar-se sozinha e impor as suas decisões às outras classes e aos outros grupos burgueses, ela foi obrigada a formular uma ideologia e um movimento orientados no sentido da preservação dos recursos e dos produtos do trabalho nacional. Através do nacionalismo é que se realizaram algumas das mais importantes batalhas políticas a partir de 30, e especialmente nos últimos anos, sob o pretexto de preservar as minas e os recursos naturais para o “povo brasileiro”, em benefício do qual deveriam ser explorados, a burguesia nacional manipulou em escala variável as classes assalariadas, fazendo-as identificar taticamente o interesse destas com os dela (IANNI, 1965, p. 27-28).

A discussão da elaboração da ideologia nacionalista transcendeu a prática política dos anos 30 e 40 ao nortear aquela prática em momentos históricos subsequentes, adentrando a segunda geração de intelectuais dos anos de 1954 a 1964 (PÉCAUT, 1990). Em comparação à geração anterior de intelectuais preocupados em promover a organização nacional, os intelectuais das décadas dos 50 e 60 focaram na necessidade de construção da identidade nacional constituída por instituições fundadas nas particularidades da realidade nacional.

A geração dos anos subsequentes a 1945 concentrou os seus debates nas questões da modernização, do nacionalismo e da democratização. O consenso da necessidade do debate sobre essas questões advinha da derrota da Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial. No contexto nacional, o final da mencionada guerra ocasionou a derrocada da ditadura do Estado Novo pela ampla frente democrática que se constituiu através da união dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Porém, após a garantia da reabertura democrática, ocorreu a cisão dos grupos políticos que compunham a frente ampla, evidenciando os diferentes posicionamentos ideológicos e a recolocação das disputas por poder. Um dos elementos centrais do período era o caráter secundário que o tema democracia passou a ter diante do nacionalismo. Assim, para Pécaut,

Foi o nacionalismo que forneceu, de fato, a trama da vida política, um nacionalismo sem nenhuma relação, à primeira vista, com o período de 25-40. Ninguém mais duvidava da existência de uma nação brasileira, e não era mais preciso buscar seus sinais no “caráter” ou no “temperamento” da população, nem apelar ao Estado para forjar a sociedade. A nação estava ali, constituída entorno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia a dia contra as nações dominantes. O sentimento de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional (PÉCAUT, 1990, p. 99).



Nesta geração de intelectuais, o ideário nacionalista dominante se construirá associado à “busca pelo povo” e à luta contra o imperialismo ao se identificar como nacional-popular. Pécaut (1990) aponta dois acontecimentos, a campanha *O petróleo é nosso* e o suicídio de Vargas (1954), que tiveram grande capacidade de aglutinar forças políticas que constituíam o ideário nacionalista. Ao recuperar as reflexões de Francisco Weffort (1972), que identificou na ideologia nacionalista um novo idioma em construção, Pécaut interpretou essa linguagem ao analisar três conjuntos de elementos. O primeiro “[...] será considerar alguns centros de produção desse idioma-ideologia: instituições, movimentos e partidos”; quanto ao segundo, “[...] observar como se realizam os deslocamentos, e até mesmo as rupturas, dentro das relações de equivalência que sustentam o imaginário político”; já o terceiro, “[...] será analisar as continuidades em relação ao nacionalismo dos anos 30” (PÉCAUT, 1990, p. 106).

Pécaut identifica como lócus de irradiação deste “idioma-ideologia” o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os marxistas nacionalistas e a esquerda católica. Os intelectuais do ISEB estavam imbuídos do espírito de elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional que assumiu diferentes conformações ao longo do tempo. O ISEB “[...] alcançou tal projeção nos meios intelectuais que se tornou o símbolo da síntese nacional-desenvolvimentista, antes de tornar-se o símbolo da síntese nacional-populista e, depois, da síntese nacional-marxista” (PÉCAUT, 1990, p. 107).

O nacional desenvolvimentismo representa a primeira fase do ISEB (1955-1957), quando não houve rupturas teóricas significativas com o projeto político da geração de 1930, pois ambos os projetos objetivavam a unidade nacional transfigurada na noção de povo. O intelectual seria o intérprete do nosso peculiar processo de modernização, destoando das discussões realizadas na segunda e terceira fases do ISEB, nas quais ocorrerá a diferenciação do papel do tecnocrata e do intelectual, cuja atividade deveria ser revestida de caráter revolucionário, fato que demarca nova relação teórica com a questão da ideologia, pois os intelectuais deste período tomaram posição política e assumiram a condição do engajamento militante.

Essa reorientação possibilitou a aproximação do ISEB com outros espaços e instituições, como os Centros Populares de Cultura (CPC) e o Partido Comunista (PC). Se as gerações de 1930 e 1960 eram consideradas distintas nos seus posicionamentos teóricos e políticos, na análise de Pécaut (1990)

[...] as duas gerações manifestam a mesma fé no evolucionismo, de um lado, e no poder das ideias do outro. [...] O que era sucessão de estágios do espírito

humano torna-se a sucessão das etapas do desenvolvimento econômico [...] o mesmo ocorre com a crença na racionalidade una e indivisível: num caso, expressa-se pela regulação do social; no outro, pelo planejamento; e é, na sua acepção, no encontro dessas duas gerações de intelectualidades, apesar de sabermos que há entre elas continuidades e rupturas, que encontramos os elementos constitutivos de uma cultura política brasileira. Sua análise nos permite entender as disputas de poder da época, a divisão em classes sociais, a conformação ideológica partidária e de movimentos sociais. O que possibilita, após construído o contexto, situar também o pensamento e a atuação de atores sociais e políticos do período (PÉCAUT, 1990, p. 91).

O pensamento de Nelson Werneck Sodré foi elaborado ao longo dessas duas gerações. As discussões empreendidas acerca do pensamento de João Cruz Costa, a partir da obra *Contribuição à História das ideias no Brasil* de 1956 (1967) e de Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira* de 1959 (1975), evidenciam que estes intelectuais estabeleceram uma íntima relação, respectivamente, entre as esferas da filosofia e da literatura e a formação da nacionalidade. Esse debate estava posto em algumas das primeiras obras de Sodré, como *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*, publicada em 1938, *Orientações do Pensamento brasileiro* em 1942 e *Formação da sociedade brasileira* em 1944.

A obra *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*<sup>21</sup> sofreu várias reformulações ao longo das diferentes edições. As duas primeiras, publicadas em 1938 e 1940, foram alvo de duras críticas. As principais deficiências apontadas referem-se à falta de rigor em relação às notas e referências, e a precária articulação entre a história da literatura e a dimensão econômica. A partir da terceira edição em 1960, esta obra foi reelaborada ao ponto de o próprio Sodré afirmar: “[...] na terceira edição, refiz integralmente o livro” (SODRÉ, 1970, p. 156). Neste processo de autocrítica, o autor admite que seu intento foi elaborar uma história da literatura a partir do materialismo histórico dialético. Contudo, a maioria dos críticos da primeira edição não identificaram tal relação. Isso se deu, afirma o próprio Sodré, porque o “[...] autor não conhecia deste [*refere-se ao materialismo histórico dialético*] o mínimo necessário para o estudo dessa natureza” (SODRÉ, 1970, p. 154). Situação diferente verificou-se a partir da publicação da terceira edição, mais de duas décadas depois. Conforme Netto,

---

<sup>21</sup> O subtítulo desta obra foi alterado de “seus fundamentos materiais” para “seus fundamentos econômicos”. A alteração se deu por conta da tentativa de fugir à censura da ditadura do Estado Novo que se contrapunha a toda e qualquer manifestação artística de cunho visto como esquerdista (SODRÉ, 1970, p. 145).

Realmente, o projeto da história da literatura brasileira que Werneck Sodré começou a perseguir em 1938 só se realizou em 1960; somente então, essa história, explicitamente reivindicada como materialista [...] pôde ser elaborada, em virtude seja do indispensável amadurecimento do autor, seja das condições nas quais trabalhava. É de recordar que até a terceira edição de História da literatura brasileira o autor não pôde contar com nenhum aporte significativo provindos de estudos nacionais; eram mínimas as contribuições marxistas dadas à luz (por exemplo, os esforços pioneiros, mas assistemáticos, de Astrojildo Pereira), e quase inexistente o ensaísmo histórico-crítico apoiado em sólida fundamentação teórica (observe-se que *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*, de Antonio Candido, é obra publicada praticamente quando Werneck Sodré está concluindo a nova versão da *História da Literatura brasileira*). Com efeito, foi ao longo dos anos 1960 e 1970 que floresceram, na cultura brasileira, vertentes histórico-críticas das quais ele pode beneficiar-se para aprofundar e consolidar aquele projeto (NETTO, 2008, p. 181).

Ainda que o ganho qualitativo da obra seja visível ao longo das suas edições devido ao amadurecimento das discussões no âmbito da teoria marxista e do ensaísmo crítico, como exposto por José Paulo Netto (2008), o elemento que se faz presente na obra desde sua primeira publicação é a intrínseca relação existente entre os processos históricos, sociais e políticos e a produção literária. De forma que a elaboração de uma literatura realmente nacional só pode florescer, na perspectiva de Sodré, a partir deste voltar-se para si, para o interior da sua própria cultura, para o seu próprio povo, pois “[...] a literatura é nacional quando dela participam essas camadas sociais, e a expressão literária só alcança plena caracterização quando o povo dela participa (...)” (YAZBECK, 2008).

A obra *Orientações do pensamento brasileiro*<sup>22</sup>, publicada em 1942, retrata a mesma preocupação com a elaboração de uma cultura nacional. Nesta, Sodré analisou a trajetória intelectual de oito autores: “Quatro apresentam reflexões sobre o significado das trajetórias intelectuais de ensaístas da política e da cultura brasileira (Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Fernando de Azevedo [...])” e os demais “[...] sobre o percurso e a obra de escritores da literatura nacional (Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado e Lúcio Cardoso)” (PINTO, 2008, p. 292). O objetivo de Sodré era identificar em tais análises um novo momento de construção do projeto nacional. A semana da arte moderna de 1922 havia aberto o caminho para o progressivo abandono da mentalidade baseada na transplantação e na imitação,

---

<sup>22</sup> Como o próprio autor afirma em *Memórias de um escritor* (1970) esta obra não teve uma boa acolhida. Ela não foi reeditada. É possível encontrar alguns exemplares físicos em bibliotecas de universidades, inclusive na UNESP, porém o contexto pandêmico impossibilitou o acesso à mesma.

e o contexto que estava vivendo, em meio ao projeto do Estado Novo, representava um passo adiante. De acordo com Pinto,

Ao apresentar um mapeamento da “orientação do pensamento brasileiro” que lhe era contemporâneo, o autor mostrava também seu ideário político. Constatava que aquele era um momento nacional de suma importância porque o país livrara-se do mal provocado por suas deformações de uma mentalidade política e intelectual pautada tão-só na “cultura da imitação”, na transplantação acrítica de ideias e modelos políticos que pouco ou quase nada tinham de compatíveis com aquilo que se entendia ser a verdadeira realidade histórica nacional. De acordo com ele, essa situação alienada da cultura e da política sofria, com o momento do Estado Novo, mudanças substantivas (PINTO, 2008, p. 293).

Ao perseguir a formação da nacionalidade como critério essencial, poder-se-ia dizer até mesmo como critério “correto” para a análise da realidade social do país, Sodré fez uma certa defesa do projeto político do Estado Novo. Talvez esteja relacionado a essa sua postura o fato desta obra não ter sido reeditada. Posteriormente, em suas memórias fará uma “*mea culpa*” ao reconhecer que tenha “[...] prestigiado com a minha pena um regime de força” (SODRÉ, 1970, p. 124), atribuindo mais uma vez tal fato a uma postura alienada. Mas, reitera que a sua defesa do regime se deu exclusivamente devido a crença de que o projeto de Getúlio Vargas vinha ao encontro dos seus anseios nacionalistas. Elói Pontes, que trabalhava no jornal *O Globo*, publicou uma crítica acerca deste livro, e Sodré (1970) afirma que o principal questionamento que aparece na crítica é se realmente existe um pensamento brasileiro. Questão que permanece controversa, haja vista a sua constante retomada por autores da atualidade, como por exemplo, Raimundo Faoro (2007) em seu texto *Existe um pensamento político brasileiro?*, publicado em 1994.

A obra *Formação da sociedade brasileira*<sup>23</sup>, de 1944, recoloca algumas questões já discutidas ao longo de *Orientações do pensamento brasileiro*. Dentre elas, o momento singular para o desenvolvimento das ideias que passa a contar não mais somente com o compromisso social da literatura para com a realidade nacional, mas também a consolidação das discussões no âmbito do pensamento ensaísta.

A adoção da perspectiva teórica de orientação marxista, a crítica aos teóricos que produziram um pensamento alienado, pois não elaborado com base na realidade social e política

---

<sup>23</sup> As discussões feitas nesta obra foram reelaboradas e aprofundadas por Nelson Werneck Sodré e publicadas em 1962 com um novo título: *Formação histórica do Brasil*. Esta nova versão é resultado de um longo período de estudos do autor acerca da teoria marxista, resultando, portanto, na aplicação mais rigorosa desta teoria à realidade brasileira (GAIO, 2008, p. 114).

nacional, possibilitam situar o pensamento de Nelson Werneck Sodré no campo denominado por Brandão (2010) de “pensamento radical de classe média”; por Pécaut (1990) como “intelectualidade engajada” e Ridenti (2010), como “brasilidade revolucionária”. São essas mediações que permitem situar Sodré no campo intelectual e político brasileiro. A defesa do nacionalismo que Pécaut (1990), recuperando Weffort (1972), nominou como “idioma-ideologia” do período, mantém-se central nos diferentes momentos da elaboração do seu pensamento, assim como dos diferentes centros de produção e irradiação de ideias e práticas políticas dos quais fez parte, como o ISEB e o PCB.

## 2.2 O NACIONALISMO NO PENSAMENTO DE NELSON WERNECK SODRÉ

Regina Hippolito (2011) afirma que foi a convite de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) que Nelson Werneck Sodré começou a fazer parte do grupo de intelectuais de Itatiaia, liderado por Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos (1923-2018), e que originou em 1953 o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), o qual, a partir de 1955, constituiu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Nelson Werneck Sodré era membro fundador do ISEB, onde encontrou ambiente propício para o desenvolvimento das suas atividades intelectuais e docentes. O elemento aglutinador presente no pensamento dos intelectuais do ISEB era a defesa do nacionalismo: “O instituto foi um dos núcleos mais importantes na elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista, que atingiu seu apogeu no governo do presidente Juscelino Kubitschek” (HIPPOLITO, 2011, p. 206).

A necessidade da Revolução Nacional, entendida como processo de superação da alienação cultural e da promoção da autonomia econômica do país, tornou-se as principais teses isebianas. Mas, embora fizessem a defesa de uma causa comum, este ambiente proporcionou o contato de Sodré com intelectuais de posições ideológicas distintas. Toledo (2001, p. 43), ao dividir a atuação do ISEB em dois momentos, afirma que o primeiro pode ser identificado como “nacional-desenvolvimentista (1956-1960)”, sendo composto, por um lado, pelos “nacionalistas progressistas” como o próprio Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto (1909-1997) e, por outro, o “nacionalismo de orientação burguesa”, esposado por Roland Corbisier (1914-2005), Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. E, um segundo momento:

Das reformas sociais (1961-1964) quando se destacou a militância política do ISEB em defesa das reformas de base e da legalidade democrática [...]. Foi

um momento de politização/esquerdização da instituição e crítica do nacional-desenvolvimentismo. A divisão dentro da instituição agora se dava entre a esquerda radical e a esquerda moderada. O ISEB já não mais contava com intelectuais vinculados à liderança de Hélio Jaguaribe (afastado da instituição). De um lado estava a esquerda moderada (representada por Nelson Werneck Sodré) versus a esquerda radical (representada por jovens acad micos como Wanderley Guilherme dos Santos e Carlos Estevam Martins, além de Vieira Pinto) (TOLEDO, 2001, p. 43).

Neste sentido, existem especificidades no pensamento de cada um destes intelectuais que são resultantes da forma em que se inseriram neste debate. As discussões feitas em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* (1960) serão analisadas com o intuito de identificar o nacionalismo defendido por Nelson Werneck Sodré. Como contraponto, será abordada a perspectiva de Hélio Jaguaribe desenvolvida em sua obra *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958).

*Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* (1960) de Nelson Werneck Sodré   um texto que foi apresentado originalmente ao público como aula inaugural para o curso regular do ISEB, em 1959. O autor afirma que o tema de sua exposição, o nacionalismo, merece destaque por se constituir como fenômeno que resultou em um “divisor de águas” na realidade brasileira pela sua generalidade e profundidade. Hélio Jaguaribe (1958) também compreendia o nacionalismo como movimento ideológico que mais teve capilaridade obtendo ampla repercussão no Brasil, pois “[...] as tendências que o representam ou que nele se apoiam superam as divisões partidárias, a distinção entre os blocos do governo e da oposição e até mesmo os conflitos de classe” (JAGUARIBE, 1958, p. 11), ao ponto de existir somente os “nacionalistas” e os “entreguistas”, denominação de cunho pejorativo atribuída àqueles que não eram nacionalistas.

Na perspectiva de Sodré, o nacionalismo desponta como fenômeno de libertação do colonialismo cultural, material e político. Na esfera política, “[...] o nacionalismo representa o ideal democrático, s  esposado pelas classes em ascensão, que necessitam de liberdade [...]. Precisam, mais do que tudo, de apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial da posição nacionalista” (SODRÉ, 1960, p. 31). No que se refere   paixão política que os adeptos do nacionalismo dedicam a este fenômeno, Sodré não a considerava fraqueza; ao contrário, representaria a sua foz, pois a pujança do referido fenômeno estava na sua capacidade de mobilizar diferentes fozas sociais, tornando-se popular: “[...] s    nacional o que   popular” (SODRÉ, 1960, p. 32).

No entanto, essa grande capacidade de aglutinar fozas, que Sodré exaltou como paixão política dos adeptos do nacionalismo,   entendida por Hélio Jaguaribe como uma dualidade

problemática, já que resulta no que “[...] o nacionalismo brasileiro constitui uma ideologia vaga, e sem formulação teórica e carregada de contradições” (JAGUARIBE, 1958, p. 12).

São nacionalistas, no Brasil, correntes de extrema direita, ligadas, no passado, aos movimentos de propensão fascista, e correntes de extrema esquerda, como o Partido Comunista. São nacionalistas os defensores da socialização dos meios de produção e os partidários da iniciativa privada. Além disso, o fato de que o nacionalismo se caracterize mais como a negação de certas políticas do que como a afirmação de outras o leva a confundir-se com reivindicações específicas e o reduz a um plano essencialmente tópico (JAGUARIBE, 1958, p. 12).

Todo pensamento construído para refletir sobre o nacionalismo é, em última instância, um projeto político para a sociedade. Perante o quadro em que se desenvolveu o nacionalismo no Brasil – que “surgiu antes de sua própria teoria [...] [e] tornou-se sua própria força operante antes de haver organizado sua força de ação” (JAGUARIBE, 1958, p. 13) –, Jaguaribe propugna ser indispensável esclarecer o seu significado para conceber o projeto de nação que lhe é subjacente.

Segundo Nelson Werneck Sodré, o nacionalismo no Brasil deve ser estudado, tendo como base três fases distintas, que representam marcos institucionais da nossa formação histórica: a Independência (1822), a República (1889) e a Revolução Brasileira (Revolução de 1930). Estes três marcos representam em seu pensamento um conflito permanente entre as velhas e as novas forças sociais que emergem do momento de transformações profundas da realidade nacional. O nacionalismo é representativo, segundo a sua perspectiva, do que há de novo germinando no Brasil. Por consequência, Sodré aponta que “[...] os que, ante o nacionalismo, que agora empolga o nosso país, se colocam na atitude irônica, cética ou negativista, denunciam o rompimento com a realidade, o desprezo, pelo concreto, a aversão ao objetivo - ‘perderam o fio da história’” (SODRÉ, 1960, p. 11).

A independência política, embora tenha sido um marco importante para a constituição da nação, não representou inicialmente mudanças significativas na correlação das forças sociais, pois a classe latifundiária ainda monopolizava os poderes econômico e político. A diferença é que houve um rompimento em relação ao monopólio comercial de Portugal sobre o Brasil. Neste sentido, fica claro que esse processo se deu muito por influência e interesse da Revolução Industrial que estava em curso. Foi somente com o desenvolvimento da atividade mineradora que este estado de coisas começou a se alterar, quando houve a cisão entre os interesses da metrópole e da classe dominante da colônia, verificando-se no período o aumento da classe média que desenvolverá atividades mais ligadas ao meio urbano.

Após a Independência, a Monarquia Constitucional Parlamentar estruturou a organização do poder institucional no Brasil, encabeçando o grupo que tinha a “[...] ânsia de manter tudo o que era colonial, não sendo colônia” (SODRÉ, 1960, p. 22). Todavia, no final do século XIX, a organização monárquica e as relações de trabalho escravistas não eram mais compatíveis com o rumo modernizador tomado pela sociedade brasileira, estabelecendo-se nova correlação de forças sociais que incluía a classe média na disputa para alcançar o poder político.

A Primeira República (1889-1930), segunda fase elencada por Sodré, é representada pelo movimento conciliatório que ora forma alianças, ora estabelece a cisão dos elementos pertencentes à classe proprietária e à classe média, da qual faz parte parcela dos militares. A Revolução Brasileira, estabelecida como terceira fase, iniciou-se na Revolução de 1930, momento em que foram estabelecidas condições inéditas na correlação de forças sociais, pois para além do enfraquecimento das classes latifundiárias tradicionalmente dominantes e do fortalecimento da classe média, entrou em cena a classe trabalhadora, que começava a participar da vida política, impulsionando um profundo processo de transformações.

O amadurecimento proporcionado pelo novo cenário em que vivemos, quando as classes definem precisamente os seus campos e mobilizam-se para a defesa dos seus interesses, intervindo na escolha eleitoral e na composição das forças e na constituição do poder, configura o espetáculo de tomada de consciência a que vamos assistindo. É nesse espetáculo que aparece, como uma singularidade para os desatentos, com profundas razões para os pesquisadores, o problema do nacionalismo (SODRÉ, 1960, p. 30).

Para Nelson Werneck Sodré, o nacionalismo é um fenômeno abrangente porque representa a luta de uma nação em desenvolvimento contra forças externas que historicamente impediam aquele processo de desenvolvimento.

A análise de Hélio Jaguaribe acerca do nacionalismo parte da retomada dos diferentes estudos que buscavam definir o que é nação. Segundo este autor, tais estudos se dividiam entre os objetivistas e os subjetivistas. Esses temas não eram excludentes entre si, devendo-se considerar as condições geográficas e histórico-sociais fundantes do processo de formação da nacionalidade. Seriam precursores deste processo a nação em sentido histórico – que compartilha certa unidade de raça, de cultura e território – e a nação em sentido político, que se constitui no projeto de integração nacional ao garantir a sua continuidade “[...] mediante a organização e consolidação da aparelhagem institucional adequada” (JAGUARIBE, 1958, p. 26).



O nacionalismo, entendido em seu sentido mais amplo e essencial, constitui, precisamente, essa aspiração fundadora e preservadora da nacionalidade. É precedido pelo fenômeno histórico-social da nação, em sentido histórico, e das condições de fase e de época que impõem a necessidade da integração nacional. A pura vontade política cria estados, mas não forma nações. É o nacionalismo, todavia, que, dadas aquelas condições e por ela suscitado, se constitui em projeto fundador e preservador da nação (JAGUARIBE, 1958, p. 21).

Porém, nesse momento histórico, presenciamos a existência de duas espécies distintas de nacionalismos: 1) O nacionalismo integrador que corresponde ao processo de legitimação via política da nacionalidade historicamente construída, pelo qual as nações europeias e a norte-americana passaram no século XVIII e que, mais recentemente, experimentamos enquanto nação latino-americana; 2) O nacionalismo imperialista, fase do final dos anos 50 em que as nações europeias e a norte-americana adquirem a percepção de que o Estado-Nação não mais oferece sustentabilidade às suas aspirações econômicas e culturais.

O contato entre estas diferentes nações que continham projetos de nacionalismos ocasionam conflitos: “Verifica-se em velhas nações, cujo nacionalismo se amortecera na tranquilidade do hábito, um recrudescimento do sentimento nacional, propenso a adquirir caráter agressivo” (JAGUARIBE, 1958, p. 22), resultando em uma “[...] propensão a considerar desfavoravelmente o nacionalismo das nações mais jovens, que somente hoje se constituem ou se consolidam, vindo sempre nesse nacionalismo ameaça à paz mundial ou infiltração do comunismo” (JAGUARIBE, 1958, p. 22).

Hélio Jaguaribe considerava o nacionalismo enquanto projeto que possuía objetivo específico. Inserindo o nacionalismo brasileiro neste quadro, como poderíamos interpretá-lo? A primeira característica a ressaltar é a grande distância entre a formação da nação brasileira em sentido histórico e a construção da nação no sentido político que ocorreria de forma mais homogênea somente nas últimas décadas do século XIX<sup>24</sup>. Essa demora na efetivação do projeto político de nação se ancorava no fato de que a elite econômica dirigente brasileira manteve relações comerciais estreitas com as nações do capitalismo central – que Jaguaribe denomina cosmopolitas – em detrimento do desenvolvimento do mercado interno. Foi somente após a Primeira Guerra Mundial que surgiram setores dedicados à produção para o mercado interno.

---

<sup>24</sup> A discussão feita anteriormente sobre a “ideia de formação” é representativa desta afirmação de Jaguaribe, pois existiram diferentes movimentos nacionalistas, como por exemplo o cultural, que está ligado ao modernismo, e se expressa na produção literária produzida na época. Só posteriormente surgirão outros nacionalismos, como: o econômico e o político.

O nacionalismo, pelos motivos expostos, é uma aspiração que corresponde, de um lado, ao setor mais dinâmico da burguesia, empenhado na revolução industrial. De outro, ao proletariado, cuja capacidade de consumo se expande com o grau de industrialização. Ademais, são de tendências nacionalistas os quadros técnicos e administrativos e a intelligentsia da classe média, vinculados, simultaneamente, ao processo de desenvolvimento e a consolidação interna e externa do Estado. O cosmopolitismo, ao contrário, é a posição para a qual propendem a burguesia latifúndio-mercantil – setor dirigente da burguesia nas condições semicoloniais e subdesenvolvidas do império e da República velha – e a ampla parcela da classe média que constitui setor terciário relativamente parasitário [...] (JAGUARIBE, 1958, p. 35).

Na composição destes grupos, é possível identificar uma divisão de classes nos níveis da mentalidade e da cultura. Os nacionalistas representavam os mais altos níveis de cultura, enquanto os cosmopolitas os níveis médios. Mas, opera-se uma divisão no conteúdo delas. Ambas são apresentadas criticamente por Jaguaribe, pois os nacionalistas, embora confiantes das potencialidades do país, não visualizavam as suas limitações, levando-os “a erigir a própria condição em ideologia”; por sua vez, os cosmopolitas, conscientes de tais limitações, eram capitaneados por um “[...] complexo de inferioridade que esteriliza o sentimento nacional (JAGUARIBE, 1958, p. 35).

O nacionalismo no Brasil é visto por Jaguaribe como um movimento que se erigiu sob contradições culturais, econômicas, políticas e sociais, resultantes da heterogeneidade das forças sociais que o compõe e da insuficiente formulação dos seus objetivos. Este fenômeno surgiu no Brasil no momento em que se almejava a superação da condição de subdesenvolvimento originário na nossa condição semicolonial para atingirmos nível superior de desenvolvimento e emancipação econômica e social.

No plano social, as classes sociais se inserem de diferentes maneiras no projeto nacionalista. A classe trabalhadora não tomou consciência da sua própria condição de classe e as lutas que empreendiam muitas vezes seriam cooptadas por “demagogos” da política. A classe média, obstada a sua inserção no processo produtivo, tornou-se dependente da tutela do Estado que, a exemplo da classe dominante constituída pela grande burguesia industrial, objetivavam perpetuar os seus privilégios econômicos e políticos.

Esse processo tem reflexos na cultura, revelados no conflito entre os adeptos do “nativismo” e os partidários de “elementos culturais ocidentais”, que resultou no processo de transplantação que comprometia a criação de uma cultura nacional com certa originalidade. Estas contradições inviabilizaram o projeto político de elaboração e manutenção da unidade nacional.

O nacionalismo integrador [...] é um projeto fundador e preservador da nação, mediante sua unificação político-jurídica. A tal projeto se opõem, todavia, o clientelismo e o cartorialismo vigentes, subordinando a atuação do Estado ao atendimento das clientelas (JAGUARIBE, 1958, p. 44).

Na economia, emergiu a ideia que o subdesenvolvimento nacional deriva da subcapitalização. Entretanto, o nacionalismo seria contrário aos investimentos efetuados pelo capital estrangeiro no país. Aí reside uma importante distinção entre o pensamento de Sodré e Jaguaribe. Embora a tese da necessidade da revolução nacional tenha sido tema central no ISEB, “[...] significando a ruptura da estrutura colonial e a afirmação do desenvolvimento capitalista” (OLIVEIRA FILHO, 2011, p. 246), e isso influenciou o pensamento de ambos, existem outras mediações que influenciaram a elaboração teórica destes intelectuais. Nelson Werneck Sodré assumiu esta tese, tratando-a em várias de suas obras, inclusive em *Introdução à Revolução Brasileira*. Mas, para além das temáticas internas ao ISEB, ele foi influenciado pelo pensamento marxista, ocupando lugar ideológico singular entre os isebianos.

Para Sodré, era necessário superar o passado colonial ao denunciar a imprescindibilidade da superação dessa formação cultural e econômica de caráter dependente, que resultou na emergência de uma cultura alienada. Para isso, era de fundamental importância romper com o capital estrangeiro. Jaguaribe, ao contrário, acreditava que seria necessário reajustar o nacionalismo à sua finalidade principal, que era o desenvolvimentismo. Para ele, o projeto nacionalista estava pautado em um “nacionalismo de fins” e não “nacionalismo de meios” (JAGUARIBE, 1958, p. 53). Elege, então, o desenvolvimento como objetivo último ao reconhecer em suas análises que o capital estrangeiro é um importante meio capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico do país.

Daí não se deve concluir, sem dúvida, que convenha ao país rejeitar o concurso dos capitais estrangeiros. Muito ao contrário, como adiante se verá, esses capitais, além das vantagens já assinaladas, constituem, para o país, entre outras coisas, e desde que convenientemente regulados, um fator de equilíbrio e de incremento de sua capacidade de importação [...]. Trata-se de considerá-lo como valioso fator auxiliar (JAGUARIBE, 1958, p. 204-205).

Ajustado o nacionalismo a sua finalidade principal, que era o desenvolvimento, segundo Jaguaribe, haveria o engajamento das classes sociais – excetuando-se as frações ligadas à

estrutura semicolonial<sup>25</sup> – em alavancar o processo de desenvolvimento do país. Porém, as classes sociais possuem interesses específicos relacionados aos seus interesses situacionais. Hélio Jaguaribe intenta localizar o nacionalismo no campo das ideologias: o nacionalismo deveria ser autêntico ao estabelecer contato político e social efetivo com a comunidade geral, “[...] que permitam o melhor aproveitamento das condições naturais da comunidade, em função dos valores predominantes na civilização a que pertence” (JAGUARIBE, 1958, p. 49).

No Brasil, após 1930, originou-se consonância entre “[...] a linha de maior representatividade ideológica [...] [e] a linha de maior autenticidade histórica” (JAGUARIBE, 1958, p. 50). Jaguaribe desenvolve o seu argumento evidenciando que em nosso país as lutas e os conflitos ocorrem antes no interior de cada classe social específica, entre os seus setores atrasados e os dinâmicos, do que entre as classes: “[...] não são, por isso, luta de classes, mas de estrutura faseológica” (JAGUARIBE, 1958, p. 50). Nesse sentido,

Exemplificando, observaremos que os setores dinâmicos tanto na burguesia quanto na classe média e no proletariado, se encontram, igualmente, vinculados, à promoção do desenvolvimento. O desenvolvimento proporciona à burguesia a carreira capitalista e empresarial que não lhe era possibilitada pela estrutura semicolonial antiga. À classe média, com o desenvolvimento, encontra a oportunidade, de que antes não dispunha, de inserir-se no processo produtivo, constituindo os quadros de administradores e técnicos que tripularão os novos empreendimentos. E o proletariado, com o desenvolvimento, se defronta com um aumento de demanda de trabalho e com sua crescente diferenciação e qualificações, que lhe asseguram novos e melhores empregos, com aumento de seus salários reais e de seu padrão de vida (JAGUARIBE, 1958, p. 63).

Essa postura tomada por Jaguaribe o aproximou dos intelectuais vistos como entreguistas<sup>26</sup>, já que a abertura para o capital estrangeiro significava dar aval para as relações imperialistas. Atribuir a direção do processo de desenvolvimento à burguesia industrial estabelecia distanciamentos em relação ao pensamento de Sodré, posto que este autor via as classes médias (ou, pelo menos, algumas de suas frações) como capazes de, em um primeiro momento, protagonizar o processo revolucionário e, posteriormente, instrumentalizar as classes trabalhadoras.

---

<sup>25</sup> Representados pelas oligarquias rurais e setores da burguesia e da classe média aliados aos interesses do capital estrangeiro.

<sup>26</sup> “Se, portanto, de acordo com o conteúdo de seu nacionalismo, Jaguaribe era identificado automaticamente como ‘entreguista’, fora do contexto isebiano, seu pensamento apresentava diferenças nada desprezíveis em relação ao pensamento conservador em geral que precisam, no mínimo, ser pontuadas” (LOVATTO, 1997, p. 75).

Em ambas as perspectivas, a luta de classe não aparece como fator imperativo. O que se impõe como tarefa urgente é a luta das camadas progressistas (favoráveis ao desenvolvimento e industrialização) contra as forças retrógradas. De fato, “[...] à semelhança dos isebianos, Sodré rejeitava de forma inapelável a luta de classes naquele momento. O nacionalismo deveria conjugar os interesses das classes progressistas” (OLIVEIRA FILHO, 2011, p. 253). Contudo, diferentemente de Jaguaribe, que aposta, como exposto por Lovatto (1997), em um estado forte e autoritário conduzido pela burguesia industrial, Sodré afirma que a questão do nacionalismo é apenas um momento de um processo que é mais amplo. Nesta equação, “[...] primeiro seria resolvida a questão nacional para, depois, ter início a luta de classes” (VIANNA, 2011, p. 267), deixando claro que secundarizá-la naquele momento era uma necessidade imposta pelas condições histórico-materiais do período.

### 3 A REVOLUÇÃO NO PENSAMENTO DE NELSON WERNECK SODRÉ

A Revolução de 30 é identificada como a primeira etapa de um processo revolucionário que estava em curso na sociedade brasileira. O surgimento de novos atores sociais, recrutados na classe média, na burguesia industrial e na embrionária classe operária, representou mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais. Nelson Werneck Sodré se debruçou sob esse, e sob os eventos das décadas subsequentes, para interpretar esse processo revolucionário. Subjacente a esta análise sobre as características particulares assumidas pela revolução, está o projeto de sociedade concebido pelo autor. A metodologia do contextualismo social de Neal e Ellen Wood possibilita identificar qual é o *ideal humano* que compõe o projeto de sociedade inerente ao pensamento de Nelson Werneck Sodré.

Igualmente, as proposições do contextualismo linguístico de Quentin Skinner permitem a breve reconstrução do contexto intelectual que se estende da década dos 50 até a metade da década dos 70 no Brasil. Nelson Werneck Sodré publicou *Introdução à Revolução Brasileira* em 1958; Caio Prado Júnior publicou *A Revolução Brasileira* em 1966 (1987); e *A Revolução Burguesa no Brasil*, do cientista social Florestan Fernandes (1920-1995), foi publicada em 1975<sup>27</sup>.

Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes não podem ser enquadrados como autores “menores” ou secundários do período, pois são considerados, em suas respectivas áreas de pesquisa, como autores clássicos. Portanto, se enquadram àquelas obras que Gildo Marçal Brandão constata a importância do seu estudo, pois produziram pensamentos que são representativos para a época e adquirem relevância metodológica nesta tese.

Os títulos das três obras elencadas têm em comum a palavra “revolução”. Podemos considerar que os três autores convergiram teoricamente na análise de um suposto processo “revolucionário” em curso no Brasil. Porém, a despeito da proximidade histórica das publicações, da adoção do estilo ensaístico e do fato de compartilharem alguns aspectos teóricos de orientação marxista, as análises das três obras revelam muitas divergências. Como explicar que três intelectuais “marxistas”, ao pesquisarem as determinações históricas particulares de um “processo revolucionário”, localizado no mesmo período histórico, produziram obras que

---

<sup>27</sup> É importante ressaltar que esta obra de Florestan Fernandes foi publicada em 1975, mas ele inicia a escrita na década de 1960.

compreendem diferenças significativas, principalmente na identificação dos seus sujeitos políticos e sociais?

### **3.1 O CARÁTER DA REVOLUÇÃO: COMPOSIÇÃO DAS FORÇAS PROGRESSISTAS**

Caio Prado Júnior apontava como agentes propulsores do processo revolucionário a aliança que deveria ser estabelecida entre os trabalhadores rurais e o proletariado urbano. Florestan Fernandes, por outro lado, identificou os fazendeiros do café e os imigrantes como os portadores de uma nova racionalidade material e política. Por sua vez, Sodré interpretou que o potencial revolucionário estava fundado nas classes médias, principalmente, na fração militar que as compunham, visto que a burguesia industrial e o proletariado ainda se encontravam em processo de desenvolvimento. Estes três intelectuais ocuparam inicialmente diferentes lugares na estrutura social, decorrentes das suas origens de classe social, construindo diferentes trajetórias de inserção no debate político e nas relações que mantiveram com as instituições acadêmicas e políticas.

Nelson Werneck Sodré, de origem pequeno burguesa, escreveu a sua obra ao mesmo tempo que exercia a carreira militar, fato que promoveu tensões entre as dimensões da sua vida intelectual e profissional. Para além do Exército e da publicação regular em importantes periódicos do país, participou ativamente, como assinalamos, de outra importante instituição, o ISEB.

Caio Prado Júnior era herdeiro da aristocracia brasileira ligada à cafeicultura. Aos 21 anos, formou-se em direito (1928). Três anos após a sua filiação ao PCB, ingressou no curso de Geografia e História da USP (1934). Neste momento, escolheu abandonar os interesses econômicos e políticos da sua classe de origem ao se aproximar da classe operária. A adoção desta postura, somada a sua filiação ao PCB, partido pelo qual foi eleito deputado em 1947, rendeu-lhe algumas prisões, como as ocorridas em 1936 e 1948, impossibilitando-o de realizar o sonho de ser professor universitário.

Diferentemente de Caio Prado Júnior, que se deparou, ou, pelo menos, tomou consciência das contradições de classe apenas quando adulto, Florestan Fernandes as vivenciou desde o seu nascimento. Filho de empregada doméstica e pai desconhecido, nasceu na cidade de São Paulo em 1920. A vida de menino pobre foi marcada por grandes dificuldades, desde os riscos de vida sofridos devido à subnutrição até a inserção precoce no mundo do trabalho, aos 6 anos (CERQUEIRA, 2013). Dentre os três, foi o único que fez carreira no universo

acadêmico, tornando-se professor da Universidade de São Paulo (USP). Florestan Fernandes iniciou a sua trajetória acadêmica com a intenção de constituir no Brasil um estudo científico da sociologia. É possível identificar na obra *A Revolução Burguesa no Brasil* uma interpretação do conturbado período de convulsões sociais e políticas do início dos anos 60. Ao buscar retrospectivamente os fundamentos sociais deste processo, Florestan Fernandes identificou no imigrante e no fazendeiro de café os seus agentes históricos. O autor afirma que identificar esses agentes é, ao mesmo tempo, identificar a etapa em que se iniciou o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. A assimilação deste novo processo civilizatório na sociedade brasileira é caracterizada como Revolução Burguesa.

Florestan Fernandes, ao contrário de Caio Prado Júnior (1987), não partilhava da ideia de que a burguesia existiu no Brasil desde os primeiros momentos da colonização em que se desenvolveu a exploração dos latifúndios para exportação. A associação do grande proprietário de terras com o burguês seria incompatível, pois o latifundiário colonial mantinha relação de submissão em relação à metrópole portuguesa, manifestada pela sua posição marginal que lhe garantia ínfimos lucros, propiciando a preservação e o fortalecimento do sistema colonial.

No entanto, a despeito do seu passado colonial, é errôneo o conceito de que a Revolução Burguesa não ocorreu no Brasil. O autor chamou a atenção para as mudanças advindas do processo da Independência (1822), que foi a primeira grande revolução política e social ocorrida no país. O rompimento com o estatuto colonial e a independência política são as mudanças imediatas desse processo. Segundo Florestan Fernandes,

Essas transformações marcam a transição para a era da sociedade nacional. Uma nação não aparece e se completa de uma hora para a outra. Ela se constitui lentamente, por vezes sob convulsões profundas, numa trajetória de zigue-zagues. Isso sucedeu no Brasil, mas de maneira a converter essa transição, do ponto de vista econômico, no período de consolidação do capitalismo. Esse processo abrange duas fases: 1º) a ruptura da homogeneidade da “aristocracia agrária”; 2º) o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional (FERNANDES, 1981, p. 27).

Em um primeiro momento, estes novos agentes econômicos são representados pelos artesãos e negociantes. A burguesia industrial ainda não estava constituída enquanto classe social, já que permanecia sufocada pela permanência do Império e das relações de trabalho baseadas na escravidão. Esses obstáculos foram removidos somente seis décadas depois com a Abolição da Escravidão (1888) e com a Proclamação da República (1889). Essas mudanças políticas, associadas às ações desses novos agentes sociais, resultaram na reorganização da



sociedade e da economia sob uma nova ordem legal, que estimulava o crescimento do mercado interno.

Os padrões capitalistas se introduziram, através dela, de forma compacta e autêntica, na esfera das transações comerciais; converteram-se em dimensão real e efetiva do comportamento dos agentes econômicos, afetando tanto os conteúdos quanto a organização de suas personalidades. O “elemento burguês” do setor novo da economia brasileira nasce diretamente de sua influência profunda, que implantou todo um complexo cultural fundamental da civilização capitalista no seio da sociedade brasileira (FERNANDES, 1981, p. 95).

Este “elemento burguês” é o agente social responsável pela mudança social que desembocaria no “processo revolucionário”. Então, por que Florestan Fernandes o apresenta com ressalvas? Diferentemente do que ocorreu em países centrais, onde o desenvolvimento da Revolução Burguesa foi obra de protagonistas históricos que, de forma homóloga, desempenhavam as funções de promover a ruptura com o passado – e, concomitantemente, criar novas estruturas econômicas nas Américas –, o desenvolvimento do capitalismo nacional moderno foi obra de dois agentes sociais que não possuíam objetivos sociais bem definidos e homogêneos.

Na perspectiva de Florestan Fernandes, essa associação unia dois polos opostos da sociedade, já que o fazendeiro de café representava o senhor rural. Neste primeiro momento, não era um agente que buscava ruptura com o passado, ao contrário do imigrante, que chegava ao Brasil como portador da racionalidade e do modo de vida burguês. A princípio, o fazendeiro de café e o imigrante representavam agentes sociais com interesses opostos, porém Florestan Fernandes os definem como “construtores do Brasil moderno” porque, devido às pressões do mercado externo sobre os custos sociais da grande lavoura, os fazendeiros de café foram pressionados a investir as suas riquezas no espaço urbano e, posteriormente, renunciar ao status senhorial. Estas mudanças histórico-sociais influenciaram estes fazendeiros que

No começo do processo, renegava o “elemento burguês” do seu status para afirmar-se como aristocracia agrária, monopolizar o poder e organizar um Estado nacional independente. No fim do mesmo processo (ou seja, no último quartel do século XIX e, em particular, na década de 80), ele se viu compelido a repudiar o próprio status senhorial, para salvar-se através do “elemento burguês” de sua situação (FERNANDES, 1981, p. 105).

Devido a essas especificidades da burguesia nacional, não só por parte dos elementos representados pelo fazendeiro de café, mas também por aqueles representados pelos imigrantes

que, em alguns momentos, se alinhavam aos interesses das oligarquias, é que Florestan Fernandes afirma que o poder político daquela burguesia é débil. O pacto feito com as oligarquias resultou na eliminação do ímpeto revolucionário e inovador próprio da burguesia industrial. Como resultado, desenvolveu-se uma burguesia industrial que representava a si própria, excluindo as demais frações da população. Diversamente de algumas burguesias europeias, no Brasil, a dominação burguesa de classe atuou na esfera política ao formar o Estado tutelar, excluindo a criação de instituições políticas capazes de suplantar radicalmente a estrutura colonial. Com o seu campo de atuação reduzido, a burguesia industrial tornou-se conservadora.

Ao definir como revolução burguesa um conjunto de transformações nas esferas econômicas, políticas, sociais e tecnológicas, Florestan Fernandes acreditava não ser possível negar que o Brasil passou por este processo civilizatório moderno. No entanto, o próprio autor fez o seguinte questionamento: “[...] qual é o alcance da revolução social advinda com a Revolução Burguesa no Brasil?” Ao traçar o caminho que lhe possibilita identificar os agentes sociais capazes de cumprir essa tarefa revolucionária, deparou-se com o fazendeiro do café e o imigrante. Tais agentes sociais cumprem a sua tarefa de forma parcial, já que são representantes de uma burguesia com características peculiares que impedem a mudança social, pelo fato de não se constituírem em forças sociais com capacidade política para se imporem enquanto classe dominante independente, conseguindo apenas tornar-se aliada ora das oligarquias internas ora do capital externo.

Por outras vias teóricas, Caio Prado Júnior (1987) fará sua análise a respeito da revolução brasileira principalmente através da crítica à teoria da Revolução Brasileira produzida pelo PCB e alguns dos seus teóricos, dentre eles, Nelson Werneck Sodré. Assim, o pensamento de Prado Júnior acerca desta questão será desenvolvido conjuntamente com as discussões de Sodré. *Introdução à Revolução brasileira (1958)* será analisada como a principal obra em que Sodré evidencia o seu conceito de revolução brasileira.

A primeira edição, resultante da compilação de um conjunto de conferências proferidas entre os anos de 1954 e 1956, foi publicada em 1958. Nas edições subsequentes, é possível verificar que o autor suprime partes e acrescenta outras. Essa prática revisionista é uma importante característica da obra de Sodré, por isso, a análise da sua obra deve considerar as diferentes nuances que podem representar as reorientações teóricas do seu pensamento no decorrer da sua produção intelectual. Contudo, o que não se altera de uma edição para a outra é a sua definição de revolução. No primeiro tópico, intitulado *Advertência*, o autor afirma que:

Como Revolução Brasileira entendemos o processo de transformação, que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. Tal processo que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda hoje se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país. Discriminando as origens das forças interessadas no processo nacional, e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro (SODRÉ, 1958, p. 2).

Todos os capítulos da obra almejam, assim, por meio de uma ampla análise da constituição da sociedade brasileira, reconstruir o contexto social que fundamenta o referido processo revolucionário. A volta ao passado, desde o Brasil Colônia, se dá devido ao objetivo do autor de apresentar os entraves seculares ao desenvolvimento do Brasil, exposto acima como “o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro”. Além disso, Sodré analisou as origens históricas da classe média, da burguesia industrial e do proletariado no Brasil, que representam as forças progressistas “interessadas no progresso nacional” (SODRÉ, 1958).

Trilhando o caminho sugerido pelo próprio autor, adotaremos, como estratégia de análise da referida obra, a tentativa de responder as seguintes questões: 1) Quais são os elementos considerados por Nelson Werneck Sodré como entraves para o desenvolvimento do país?; 2) Como se deu a constituição das classes, ou frações de classe, entendidas como promotoras do processo revolucionário? e 3) Como Sodré fundamenta o nacionalismo e a busca pela manutenção e consolidação da democracia como bases ideológicas do processo revolucionário? Estas questões serão debatidas na correlação com outra questão fundamental: a tradição de pensamento que permeia seus escritos.

No primeiro capítulo da obra *Introdução à Revolução Brasileira*, intitulado *Evolução da sociedade: As classes sociais no Brasil*, Sodré constrói um panorama em que apresenta os fundamentos do processo de colonização do Brasil, os quais se apoiaram historicamente na atividade agrícola baseada na grande propriedade e na utilização de mão de obra escrava associada ao imperialismo (investimento do capital externo). Tais aspectos constituem os principais entraves ao desenvolvimento industrial da sociedade brasileira, pois são vistos responsáveis pelo seu imobilismo das forças econômicas e sociais capazes de promover a revolução no Brasil.

Sodré descreve a organização social do latifúndio fundado nas relações de trabalho escravista e procura identificar os primeiros indícios da formação da classe média com base no trabalho livre. Neste sentido, o capítulo que trata da *Evolução da sociedade* serve de discussão central a partir da qual estes temas serão expostos. A interface deste capítulo com os demais da

primeira edição aborda, respectivamente, a *Evolução da Economia*; a *Evolução da cultura*; a *Evolução Militar* e a *Evolução racial*.

Entre as primeiras palavras de Nelson Werneck Sodré, no primeiro capítulo, está a afirmação de que “[...] os traços definidores da sociedade lusa do século XVI, traços que, modificados ou não, serão os da sociedade colonial brasileira do I século” (SODRÉ, 1958, p. 12). Assim, problematizar o período colonial brasileiro é colocar sob análise os principais agentes sociais colonizadores do Brasil, os portugueses. Ocorre, nesse período, o início da Revolução Comercial e das grandes navegações que marcaram a ascensão da burguesia mercantil na Europa e a liquidação da sociedade feudal. Portugal assumiu posição de destaque nas navegações<sup>28</sup> e na sua precoce formação nacional e repartição de classes. Assim, segundo Sodré,

A capacidade para montar a fria e sólida empresa comercial, que surge com as grandes navegações, demonstrada pelo reino lusitano corresponde, pois, ao papel que, em sua sociedade, já desempenhava o grupo mercantil. Portugal estava inteiramente incorporado à Idade Moderna, uma vez que, mercê de sua estrutura econômica, a sociedade lusa evoluía, de forma a que nela já não preponderassem as relações peculiares ao mundo feudal. Ao contrário, naquela sociedade, a burguesia conquistara uma posição importante. O reino peninsular participava, assim, e ativamente, e com um grande papel, do acelerado desenvolvimento do capitalismo comercial que caracterizou precisamente a primeira fase da Idade Moderna (SODRÉ, 1958, p. 8).

A burguesia de Portugal possuía traços bem definidos neste período, porém não reflete na forma da colonização empregada na América lusitana. Após a fase proto-histórica – definida por Nelson Werneck Sodré como o período da feitoria em que se comercializava apenas o pau-brasil –, institui-se a fase histórica, marcada pelo início da colonização primordialmente agrícola ancorado no trabalho compulsório dos indígenas e africanos, a qual se constituía em atividade relativamente nova para a metrópole portuguesa<sup>29</sup>. Portanto, a primazia que a terra adquire em nosso território é algo novo para os colonizadores portugueses, o que resulta em grandes mudanças nas relações de classe e na constituição de uma forma distinta de capitalismo, o capitalismo colonial mercantilista.

---

<sup>28</sup> Sodré (1958) cita a crônica de Azurara, como referência ao célebre cronista português Gomes Eanes de Azurara, no sentido de afirmar que Portugal vinha alcançando posição de destaque mesmo antes das grandes navegações. A referida crônica é utilizada para referendar tal argumento, pois ela é um documento que retrata o momento que o reino português conquista em 1415 o Ceuta, cidade islâmica no Norte da África.

<sup>29</sup> Portugal não possuía uma agricultura estável e em ascensão, diferentemente de outras regiões da Europa que desde o Período Carolíngio no qual, segundo a tese do historiador belga Henri Pirenne, os islâmicos passaram a dominar determinadas áreas do mediterrâneo o que ocasionou uma retração das atividades comerciais e, por consequência, um processo de reagrarização (BARROS, 2013).

Ainda no período proto-histórico, há indícios de uma repartição em classes. O indígena era responsável pela derrubada, pelo transporte e pelo carregamento do pau-brasil, sendo o primeiro elemento que poderíamos denominar de “trabalhador”. No entanto, seria somente no início da colonização<sup>30</sup> que as classes sociais tomariam corpo, pois a primazia adquirida pela terra entre os bens econômicos definia a posição de classe dos agentes históricos: “[...] conforme sejam ou não sejam proprietários da terra é que, inicialmente, serão distinguidos os elementos das diversas classes” (SODRÉ, 1958, p. 17).

Conquanto o referido período histórico tenha sido marcado pelo mercantilismo capitaneado pela burguesia, o desenvolvimento da atividade agrícola no Brasil constituiu um patriarcado rural, “[...] fazendo com que, numa sociedade nova, tenha cabimento o termo nobreza” (SODRÉ, 1958, p. 17). Os portugueses que iniciaram o processo de colonização eram oriundos do grupo denominado donatários, composto pela pequena burguesia e pelos degredados. A estes indivíduos foi concedido pelo rei de Portugal o direito sobre a terra com base no sistema de Capitanias Hereditárias, que posteriormente poderiam sofrer uma nova repartição em áreas menores, denominadas Sesmarias. Esta forma de repartição e ocupação das terras ofereceu base e legitimidade para o estabelecimento do latifúndio.

Associado ao latifúndio monocultor, foi implantado na colônia o trabalho do escravizado, sendo esta equação representativa dos fundamentos econômicos do Brasil colônia por quase quatro séculos<sup>31</sup>. Neste período, “[...] praticamente nada existe – não existe espaço para o trabalho livre, não existe coisa pública, não existe povo, e não pode existir, pois, classe média. E nem existe, de outra parte, qualquer elemento caracterizadamente pertencente à burguesia” (SODRÉ, 1958, p. 22).

Somente no século XVIII, com a atividade mineradora, foi possível vislumbrar algumas alterações na formatação desse quadro colonial quanto à composição de grupos e classes sociais. Mesmo com as grandes remessas de riquezas enviadas para a coroa portuguesa, a atividade mineradora promoveu o desenvolvimento de importantes processos econômicos, geográficos e políticos: o impulsionamento da colonização para o interior do país; o surgimento de um esboço de mercado interno que se organizou com o objetivo de atender as necessidades

---

<sup>30</sup> Essa fase histórica ocorreu de maneira tardia, já que era mais interessante para a metrópole portuguesa dar continuidade ao comércio com o oriente onde já existia o sistema de comércio estabelecido do que criar um sistema de exploração em sua colônia.

<sup>31</sup> Autores como Cardim, Gandavo, Brandônio, Gabriel Soares de Souza são citados por Sodré (1958) como intelectuais que se dedicaram aos estudos do I século do Brasil, os quais abordaram a questão da economia canavieira enquanto formadora de um quadro autárquico.

básicas destes trabalhadores; e no tensionamento da relação existente entre a classe dominante local – que não estava satisfeita com o percentual recebido das transações oriundas destas atividades – e a classe dominante da metrópole, que ficava com a maior parte dos lucros. Essa situação resultou no estabelecimento de uma relação antagônica entre esses dois grupos, estimulando movimentos em prol da autonomia, que foram paulatinamente promovendo esta cisão. A atividade mineradora acabou possibilitando, embora de maneira residual, a participação dos elementos locais na incipiente atividade comercial que sinaliza para o surgimento da classe média. De acordo com Sodré,

No fim do III século, o espetáculo da inconfidência Baiana, com a participação de artífices, indica, de maneira eloquente, a existência de atividades livres, de atividades urbanas, de atividades comerciais, quebrando a fisionomia antiga, tornada tradicional pela longa duração, quando a sociedade se desnivelava bruscamente do senhor ao escravo. Esboçam-se os traços de uma classe média, a cuja evidência e principalmente a cuja representação política a dos senhores opõe todos os obstáculos, e ainda de uma classe trabalhadora que está muito distanciada do elemento servil (SODRÉ, 1958, p. 28).

A classe média surgiu como resultado do desenvolvimento das atividades do comércio interno, em que o desenvolvimento urbano passou a exercer função importante, verificando-se o aumento da divisão do trabalho e o surgimento de novas profissões. É importante frisar que essas atividades são essencialmente urbanas, desvinculadas da terra e baseadas no trabalho livre. Estes elementos novos surgiram no interior do novo quadro de desenvolvimento capitalista representado pela Revolução Industrial, em que predominavam a busca por novos mercados e o questionamento do monopólio comercial das metrópoles sobre as colônias.

No âmbito nacional, essas correlações de forças impulsionaram o processo de Independência política do Brasil que, após estabelecida, exigiu a constituição do aparelhamento político e administrativo do novo Estado independente. Nelson Werneck Sodré afirma que a instalação dos cursos jurídicos e sociais em São Paulo, Olinda e Recife, após a Assembleia Constituinte de 1823, possibilitou a formação de quadros administrativos e políticos ligados à classe de proprietários territoriais que detinham a primazia econômica na sociedade brasileira, mas que muitas dessas ocupações foram também desempenhadas por elementos recrutados no interior das classes médias.

Ao longo das décadas seguintes, esse conjunto de mudanças – desenvolvimento do capitalismo industrial, aumento da divisão do trabalho que possibilitou o surgimento de novas profissões e a estruturação das classes médias – impulsionou de forma gradual a extinção de um dos principais entraves ao desenvolvimento da sociedade brasileira, o trabalho servil. O

capital que era investido no tráfico negreiro ficou disponível para novos investimentos nas atividades urbanas, repercutindo na ampliação do mercado de trabalho, de forma que o trabalho livre começa a ganhar contornos mais sólidos. Esse processo não impactou somente nas áreas urbanas, pois, com a mão de obra servil cada vez mais reduzida, as atividades agrícolas também precisaram desenvolver novas formas de relações de trabalho.

O caráter capitalista que vai assumindo, pouco a pouco, a atividade agrícola ligada ao café contrasta, cada vez mais fortemente, com o caráter tradicional da lavoura brasileira, configurado nas zonas em que o desenvolvimento e a acumulação de riqueza decaíram do ritmo antigo. A lavoura de café tentará, em seguida, - o que a lavoura de açúcar não tem condições para tentar, - o sistema da parceria e, ensaiará o regime misto de trabalho, o livre e o escravo (SODRÉ, 1958, p. 36-37).

A cultura do café, mesmo desenvolvida na base do latifúndio – outro importante entrave ao desenvolvimento do país –, trouxe grandes transformações para a sociedade brasileira. Para além das novas relações de trabalho, o café brasileiro se tornou mercadoria de grande importância no mercado externo, capaz de, pela primeira vez, gerar superavit na balança comercial. A produção cafeeira influenciou, na segunda metade do século XIX, o processo de introdução de novas técnicas em diferentes setores como, por exemplo, nas áreas dos transportes, navegação, produção, comunicação e no aparelhamento bancário. Estas alterações afetaram diretamente as classes que desenvolviam suas atividades nas áreas urbanas que, por sua vez, impulsionaram o crescimento do mercado interno.

Nelson Werneck Sodré reconhece que, no último quartel do século XIX – período em que ocorreu a liquidação final do entrave representado pelo trabalho servil –, pode-se verificar a presença de uma burguesia no Brasil, embora ainda indefinida, já que por vezes esteve alinhada aos interesses das oligarquias rurais. Esta conciliação é justificada pelas transformações econômicas e sociais limitadas aos interesses daquele sistema.

Do ponto de vista da hierarquia social, a abolição fixaria com uma clareza gritante os contrastes antigos, em vez de atenuá-los. Continuava a existir uma classe proprietária, detendo a terra em suas mãos. Desenvolvia-se vagarosamente a burguesia, particularmente graças ao crescimento das relações comerciais, mais importante as externas do que as internas, buscando definir-se e representar-se na vida política, mas sem forças para levar a uma caracterizada definição e a uma representação correspondente a esse esforço. Crescia numericamente a classe que fornecia o trabalho, sem nenhuma possibilidade de influir na transformação social e política, enfraquecendo-se, ao contrário, como formidável acumulação de mão de obra disponível, sem correspondência com a procura existente. A degradação ética do trabalho agravava-se, assim, com sua degradação econômica (SODRÉ, 1958, p. 40).

A análise de Sodré evidencia que os momentos de transição da nossa história, como o processo de independência e a abolição da escravidão, não resultaram em grandes transformações na posição tradicional de classes. O autor completa a sua análise ao trazer para o conjunto desses grandes momentos a Proclamação da República. Nesse período, verificou-se a existência de inquietações de alguns grupos, sendo possível identificar maior flexibilidade na representação política das classes, mas que não foram suficientes para realizar mudanças estruturais no quadro social brasileiro. Por outro lado, a sociedade vivenciava um intenso desenvolvimento material com a cultura cafeeira, visto que o seu grande volume de produção colocou o Brasil pela primeira vez no quadro internacional da acumulação capitalista.

Concomitante e associado aos capitais gerados por esta produção, ocorria o crescimento demográfico vegetativo da população local e o aumento da presença de imigrantes que traziam novas necessidades que repercutiram na ampliação do mercado interno. A produção industrial alcançou pela primeira vez posição econômica relevante, ainda que oscilante, pois os capitais investidos na referida produção advêm dos ganhos da produção agrícola que sofrem influências do mercado externo. Outro elemento de grande importância são as sucessivas injeções de capital externo, oriundo da contratação de empréstimos, em sua maior parte investidos na exploração de serviços públicos. Essa receptividade ao investimento externo se justifica pela herança colonial da nossa estrutura econômica:

Verificada, por um lado, a permanência, em quase completa inteireza, da estrutura da propriedade territorial, fundamente ancorada no tempo e sólida apesar de todas as transformações já sofridas pelo país, e de outro lado o vulto e a importância dos investimentos estrangeiros em atividades fundamentais do campo econômico, não será difícil compreender a impossibilidade prática apresentada ao desenvolvimento de uma burguesia nacional impulsionadora dos empreendimentos capazes de alterar a fisionomia colonial do Brasil [...]. O resultado de tal conjugação de fatores não poderia, de forma alguma, ser outro senão o da impossibilidade de exploração da riqueza nacional, existente ou latente, em benefício dos próprios brasileiros (SODRÉ, 1958, p. 45).

Assim, fica evidente a força exercida pela herança da estrutura colonial na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a primeira metade do século XX marca o período em que as classes média e proletária, que haviam germinado no século anterior, estruturaram-se e começam a marcar posição dentro das estruturas de poder da sociedade brasileira. A classe média passa a desempenhar diferentes funções no quadro das atividades urbanas, desde “[...] o pequeno comércio, profissões novas, [...] o exército, o clero o funcionalismo” (SODRÉ, 1958, p. 46). Nesse momento, a classe operária passa a ser influenciada por importantes



acontecimentos que possibilitaram o fortalecimento da sua unidade e politização. Um deles, decorrente dos reflexos da Revolução Russa de 1917, influenciou a fundação em 1922 do Partido Comunista do Brasil e o crescimento das atividades industriais que redundou no crescimento do operariado urbano.

Em relação à classe média, o quadro econômico lhe era favorável, pois pela primeira vez no Brasil a produção industrial excedeu em valor a produção agrícola. Isso demonstra que o parque manufatureiro nacional se desenvolveu e alcançou certa estabilidade, formando o mercado interno e oferecendo condições para o surgimento de uma pequena burguesia. Este é um grande momento para a classe média no âmbito econômico e na vida política. Com o advento da República, Nelson Werneck Sodré afirma que a classe média chegou a participar do poder por meio dos elementos militares ao citar como exemplo o governo do marechal Floriano Vieira Peixoto (1891-1894). No entanto, logo após este governo, as oligarquias voltaram a dominar a cena política, e as classes médias se inserem na luta pelo poder, traduzidos, por exemplo, nos “movimentos de rebeldia militar que culminaram com a arrancada da coluna Prestes” (SODRÉ, 1958, p. 49) e na constituição da Aliança Liberal e do Movimento Tenentista.

Para além da atuação das classes médias e do proletariado, Sodré afirma ainda que se soma a estas forças progressistas uma importante fração da burguesia industrial denominada nacionalista. Surgida devido à necessidade, imposta pela Segunda Guerra Mundial, de atender ao mercado interno, a burguesia industrial estaria supostamente comprometida com os interesses da nação e distanciada das relações internacionais imperialistas. Para Sodré, este cenário “[...] significa, em suma, que existem agora, no nosso país, os fundamentos econômicos e uma repartição em diferentes classes suficientes para permitir aquele processo de renovação a que já se convencionou chamar Revolução Brasileira” (SODRÉ, 1958, p. 51-52).

Caio Prado Júnior (1987) questiona dois elementos centrais desta discussão empreendida por Sodré. Um deles refere-se a discussão da relação de servidão que está presente em seu pensamento que vai além das resultantes da escravidão, que se refere a existência no Brasil de relações feudais. Na primeira<sup>32</sup> edição da obra *Introdução à Revolução Brasileira*, de maneira específica, essa hipótese é rechaçada por Nelson Werneck Sodré.

---

<sup>32</sup> A partir da segunda edição em que novos capítulos passam a compor a obra é possível identificar uma contradição sobre a vigência ou não de relações feudais no Brasil. No primeiro capítulo, ele segue o argumento desenvolvido na primeira edição. Porém, nos capítulos que foram acrescentados (discussão que foi desenvolvida posteriormente) ele afirma a existência de restos feudais na sociedade brasileira.

Verificaremos a inconsistência de qualquer argumento que leve à constatação da vigência de relações feudais na estrutura econômica e social da colônia. A semelhança, meramente formal aliás, entre dispositivos legais e aplicados ao sistema com que se iniciou entre nós, praticamente, a colonização e instituições ou regras caracterizadamente feudais não constituiria base suficiente para admitir como tendo vigência real aquelas instituições ou regras, numa região e numa época em que se revestiriam de fisionomia anti-histórica evidente. [...].

Surgiram mesmo em nosso tempo, a esse respeito, especiosas e inconsequentes controvérsias, como aquela, para só citar uma, que se levantou a respeito da vigência, entre nós, de formas feudais de produção, pretensamente consignadas nos direitos que cabiam aos donatários em seus forais e títulos de doação. Está claro que não poderiam ter vigorado aquelas formas feudais no conjunto de uma economia de traços evidentemente capitalistas. Na fase a que nos referimos agora nenhuma dúvida poderia mais subsistir (SODRÉ, 1958, p. 12, 78-79).

Porém, é possível identificar um posicionamento diferente nas obras *Formação Histórica do Brasil* [1962] (1968), *História da Burguesia Brasileira* (1964) e *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil* (1990), nas quais deixa explícito que, devido ao desenvolvimento desigual das regiões do país, ocorreu a convivência entre diferentes modos de produção, dentre eles o feudalismo. Caio Prado Júnior (1987) afirma que essa perspectiva de que havia no Brasil “restos feudais” é resultado de análises equivocadas. A primeira crítica se refere à suposta tentativa dos teóricos marxistas de adequar de forma mecanicista a realidade particular do Brasil à teoria marxista. Ou seja, em vez de analisar as condições econômicas sociais e políticas do país, parte-se para a análise de um sistema teórico abstrato, construído a partir da realidade europeia.

O apego a esse esquema que coloca a humanidade em uma marcha de sucessivos estágios acaba por identificar no Brasil características do modo de produção feudal, que segundo Caio Prado Júnior, não tem correspondência com a realidade histórica concreta do país. As relações de trabalho, como a parceria, a meia e a terça, identificadas com as existentes no modo de produção feudal seriam, no Brasil, remanescentes das relações de trabalho escravo e não “restos feudais”. Caio Prado Júnior nega a existência de camponeses no Brasil, ou, pelo menos, a vê como residual:

O trabalhador livre de hoje se encontra, tanto quanto seu antecessor escravo, inteiramente submetido na sua atividade produtiva à direção do proprietário que é o verdadeiro e *único ocupante* propriamente da terra e empresário da produção, na qual o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário, e não se liga a ela senão por esse esforço que cede ao seu empregador. Não se trata assim, na acepção própria da palavra, de um “camponês” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 47).

A diferença fundamental apontada é que o camponês nas sociedades de raízes feudais lutava pela livre utilização e exploração da terra. Portanto, possuía uma relação mais autônoma ao produzirem a sua própria subsistência. No caso brasileiro, os trabalhadores rurais – escravos ou seus descendentes emancipados - estavam submetidos aos donos da terra, pois recebiam remuneração pelo seu trabalho, fosse em dinheiro ou produtos. Assim, segundo Caio Prado Júnior (1987), os trabalhadores rurais no Brasil não lutam em um primeiro momento pela posse da terra, mas almejam melhores condições de trabalho e emprego. Não perceber este elemento central foi para Caio Prado Júnior o equívoco dos teóricos marxistas que acabaram atribuindo aos trabalhadores um ímpeto revolucionário que não lhes era inerente.

Outro grande equívoco refere-se à constituição do que ficou conhecido como a “burguesia nacional”. Os teóricos que afirmaram a existência desta fração da burguesia fazem uma cisão: por um lado, os latifundiários – pseudos senhores feudais – e a burguesia retrógrada, ambos associados ao imperialismo; por outro lado, o setor progressista da burguesia aliada ao campesinato e ao operariado urbano, que representariam a chamada burguesia nacional. Para Caio Prado Júnior, desde a época da colônia mantém-se no Brasil relações imperialistas. Portanto, não consegue visualizar a constituição de duas burguesias totalmente distintas, onde uma representa os interesses externos e a outra os nacionais.

Os capitais e as iniciativas estrangeiros e nacionais se foram combinando e interpenetrando de tal forma, que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de “contaminação” imperialista sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma “burguesia nacional” anti-imperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 73).

Caio Prado Júnior acredita que essas duas supostas frações da burguesia na verdade se associam e constituem a classe financeira, que sempre foi a politicamente dominante em nosso país. Assim, a burguesia urbana nasce dessa articulação com as atividades agrárias. Identifica-se a utilização de recursos advindos do capital estrangeiro nos mais diferentes setores dos serviços públicos urbanos e nos empreendimentos industriais. Caio Prado Júnior evidencia que é difícil conceber a existência de um setor na burguesia brasileira que seja anti-imperialista, que reúna forças capazes de lhe fazer enfrentamento. O autor acredita que foi atribuído a burguesia características míticas, criada com o objetivo de justificar as referidas teorias preconcebidas.

O que de fato existe no Brasil capaz de dividir a burguesia é a atuação do governo no sentido de favorecer interesses particulares. Este processo em que uma categoria da burguesia

se alimenta diretamente da ação estatal e iniciativas públicas, denominado de capitalismo burocrático, em grande medida se coloca como representante dos interesses gerais do país numa aparente relação de solidariedade para com os trabalhadores, mas que na verdade age em prol de seus próprios interesses: “O capitalismo burocrático pode assim permitir-se atitudes de aparente solidariedade com os trabalhadores, sem se expor diretamente e comprometer seus interesses” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 25). Isso resultou na equivocada identificação desta categoria da burguesia como sendo a progressista. Tal identificação a colocou numa posição de antagonismo com outros setores da burguesia, classe essa que na sua totalidade, e principalmente nos países de capitalismo central, tem como característica a liberdade econômica. Essa sua roupagem construída a partir do capitalismo democrático é um dos fatores que a definem como uma burguesia muito peculiar e destituída de força revolucionária.

Consumou-se com isso a unificação dessas forças com o capital burocrático, o que de um lado fortaleceu apreciavelmente um setor da burguesia tanto ou mais reacionário que seu concorrente (pelo menos e certamente muito mais perigoso porque embaçado e disfarçado); e de outro lado, embaraçou e perturbou o processo de polarização das forças efetivamente revolucionárias, que se viram envolvidas em alianças espúrias que as comprometeram gravemente, lhes tolhem a liberdade de movimentos, e dificultam a determinação de uma linha programática firme, coerente e independente para a ação política revolucionária (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 128).

Caio Prado Júnior aponta que a referida burguesia nacional – que Nelson Werneck Sodré, dentre outros intelectuais, acionaram como um dos agentes de vanguarda da revolução – é a fração da burguesia que opera a partir do capitalismo burocrático e que nada tem de progressista. Assim, para Caio Prado Júnior (1987), é preciso analisar a realidade concreta da sociedade brasileira, objetivando identificar quais são as suas principais contradições inerentes às classes sociais, pois é a partir daquela identificação que seria possível localizar o verdadeiro agente da mudança.

Partindo desse pressuposto, Caio Prado Júnior afirma que é preciso voltar o olhar para os trabalhadores do campo, onde estavam mais arraigadas as heranças coloniais. Se faz urgente melhorar a condição material de vida desses trabalhadores, dando-lhes condições mais dignas de trabalho e emprego. Era preciso, portanto, tirá-los da condição de miserabilidade e incluí-los na vida social, política e econômica. Para isso, Caio Prado Júnior apontava como elemento central do processo revolucionário uma aliança entre os trabalhadores rurais e o proletariado urbano.

Problematizada a repartição de classes que ofereceram as bases dos fundamentos econômicos e sociais para a revolução brasileira, Nelson Werneck Sodré aponta dois fatores capazes de acelerar este processo: o regime democrático e o nacionalismo, sendo este visto como solução para a superação das relações imperialistas. Citando novamente o texto que dá início à sua obra, intitulado como *Advertência*, o autor diz que:

[...] procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica das nossas riquezas, de outro lado (SODRÉ, 1958, p. 2).

Para tanto, é imprescindível analisarmos os demais capítulos da primeira edição, intitulados *Evolução da economia: Formação da economia nacional; Evolução da cultura: Elaboração da cultura nacional; Evolução Militar: Formação do Exército Nacional e Evolução racial: a miscigenação e a sociedade*. Os títulos dos capítulos destacam a palavra “evolução”, iniciando a análise ainda no Brasil Colônia. E os subtítulos nos indicam que essa “evolução” nos levaria à construção ou elaboração das particularidades da nacionalidade brasileira nos referidos âmbitos.

No segundo capítulo, *Evolução da economia: Formação da economia nacional*, o autor chama a atenção para a necessidade de “[...] um profundo movimento de recuperação nacional [...] [a partir de] um completo e objetivo conhecimento do próprio país” (SODRÉ, 1958, p. 55). Para Sodré, a história tem adquirido muita importância neste processo de autoconhecimento do que somos e quais caminhos precisamos tomar enquanto nação. A importância desta área de conhecimento para o encadeamento dos acontecimentos da estrutura econômica do país fica evidente a partir das análises dos estudos produzidos nesta área:

De um lado, vemos que, agora, não se ocupam de tais estudos indivíduos isolados apenas, para eles atraídos mais por questão de pendor pessoal e desinteressado, mas instituições, entidades públicas e privadas, grupos associações, que lhes dão realce e atenção pela necessidade em que se encontram todos de buscar orientações objetivas na aparente confusão de nossos dias. De outro lado, verificamos as transformações que sofreram as mencionadas pesquisas e estudos, ensaios e interpretações, com o passar do tempo, evoluindo de simples e quase sempre seca e cronológica exposição dos fatos, ou da elementar informação numérica e estatística, para as interpretações críticas em que se confere um coeficiente de importância a cada um dos fatores em jogo, ao mesmo tempo em que mostra a íntima ligação a que estão todos sujeitos (SODRÉ, 1958, p. 56).

Para além da história da civilização que se preocupa com a dimensão política da história, Nelson Werneck Sodré defende a necessidade da constituição da história econômica com seus métodos e técnicas próprias. No que diz respeito à história econômica do Brasil, o autor propõe uma divisão em quatro fases distintas: a primeira identificada como Economia Colonial (1550-1750); a segunda como Integração na Economia Mundial (1750-1850); e a terceira como Elaboração da Economia Nacional e, a quarta e última fase, a Estruturação da Economia Nacional, iniciada em 1920 e que se constitui na fase que ainda vigorava no período em que o autor escrevera a sua obra.

Assim como no primeiro capítulo, o autor fundamentou as diferentes fases a partir do resgate das relações econômicas desde o Brasil colonial. As reflexões produzidas nas duas primeiras fases correspondem ao período histórico em que, primeiramente, se estabeleceram os fundamentos do trabalho servil, visto como um dos entraves ao desenvolvimento nacional e, posteriormente, à composição de um novo quadro que permite a sua superação. As duas últimas fases centram-se na contradição da economia nacional que vive um intenso processo de desenvolvimento do mercado interno, subsidiado por sucessivos empréstimos e investimentos advindos do capital estrangeiro. Tais relações contribuem para a manutenção do país nessa frágil e desvantajosa condição econômica ainda pautada na lógica colonial.

No quadro geral da economia brasileira de hoje, o espetáculo essencial consiste na luta que se estabelece entre as duas forças em presença: de um lado, as que estão ligadas à economia nacional já estruturada e em momento decisivo de seu desenvolvimento, a indústria que fornece o mercado interno e que, independente das entidades congêneres estrangeiras, delas sofrem a concorrência e as pressões consequentes; os pequenos proprietários rurais, que não encontram horizonte para desenvolver e aproveitar os recursos de suas terras; os elementos ligados a atividade correlatas e aqueles que vivem justamente da prosperidade dos mesmos; o comércio que tem o seu campo no mercado interno, colocando produtos nacionais; alguns setores agrícolas fundamente feridos e lesados pela concorrência externa no campo internacional; - de outro lado, aquelas que estão ligadas ao capitalismo imperialista: a dos grandes proprietários rurais ligados à exportação, os setores industriais dependentes ou acorrentados às empresas estrangeiras estabelecidas no país, os grupos mercantis dependentes da importação de produtos acabados (SODRÉ, 1958, p. 105).

O autor ressalta que, até então, nenhuma fonte de riqueza nacional escapou às influências do capitalismo imperialista, desde as atividades da agricultura até as atividades mineradoras e industriais. Não obstante, Nelson Werneck Sodré indica que a atividade petrolífera alcançou algumas vantagens, pois seu desenvolvimento ocorreu no período em que o capitalismo nacional estava bem estruturado: a fundação da Petrobrás em 1953 é um bom

indicativo dessa tomada de posição em prol de uma produção autônoma. Mas, progressivamente, o capitalismo imperialista foi se recuperando economicamente das perdas sofridas com a Segunda Guerra Mundial e voltou a fazer grande pressão, recolocando a economia nacional na condição preponderante de produtora de alimentos e matérias-primas para exportação: “O colonialismo econômico, realmente mais nocivo, mais rígido, mais inexorável do que o colonialismo político, não sofre pausas por si mesmo e nem adota transigências” (SODRÉ, 1958, p.108). Assim, segundo Nelson Werneck Sodré, se compõe o quadro econômico no qual tem-se a luta entre a economia nacional que já está estruturada e as ingerências do poder do capitalismo imperialista. O autor compreende que a solução para este impasse é o fortalecimento dos elementos nacionais nos âmbitos culturais, econômicos, sociais e políticos.

Na discussão empreendida no terceiro capítulo, *Evolução da cultura: Elaboração da cultura nacional*, Sodré realiza um questionamento acerca de como elaborar o que é nacional em nosso país, tendo como horizonte os diferentes elementos culturais que compõem a nação. Para a análise dessa questão, estabelecemos uma interface com o quinto capítulo, *Evolução racial: a miscigenação e a sociedade*, pois, neste capítulo, Nelson Werneck Sodré discute como a relação entre as diferentes “raças” em nosso país foi analisada e faz uma crítica às perspectivas teóricas que viam na presença do indígena e do negro a causa de nossa suposta debilidade ou inferioridade. Nelson Werneck Sodré defende que o povo brasileiro e a sua cultura foram constituídos a partir de um longo período de miscigenação entre os indígenas (nativos), os brancos (colonizadores europeus) e os negros (africanos escravizados), portanto, para situar essa questão é preciso analisar como esses elementos “[...] se comportaram uns em relação aos outros, qual a posição que lhes foi concedida no espaço social, como foi essa posição alterada progressivamente” (SODRÉ, 1958, p. 239).

O elemento branco, representado pelo colonizador europeu, chega ao Brasil ocupando as posições de proprietário e de mando. Primeiramente, exerce poder sobre os indígenas, que resistem ao domínio e são dizimados; posteriormente, sobre os africanos que foram escravizados e se tornaram a principal mão de obra empregada nas atividades rurais. Neste sentido, o autor evidencia que a questão racial não pode ser isolada das relações de classe, já que a suposta inferioridade dos elementos africanos, indígenas e miscigenados é proveniente das suas ocupações históricas na estrutura de produção material.

Nelson Werneck Sodré propõe um estudo histórico-sociológico da cultura brasileira para evidenciar como o processo de constituição da elite brasileira foi influenciada pela ideologia colonialista. De início, o autor lança a crítica sobre o processo de constituição da

própria sociologia, pois, apesar de surgir tendo o social como objeto de estudo, a sua pretensão de autonomia no campo científico acaba por torná-la abstrata e estranha à realidade concreta<sup>33</sup>. Em verdade, a sociologia estaria mais vinculada a questões superficiais do que aos problemas fundamentais da nação. Neste sentido, o conceito de cultura formulado pela sociologia no Brasil sofrerá do mesmo problema.

Dentro de tão grave falseamento é que foi intencionalmente colocado o conceito de cultura, passando a conter, com enorme amplitude e aparente complexidade, tradições, costumes, regras e normas de comportamento, crenças e exterioridades, toda uma série de valores que permitisse à sociologia desbordar e esquecer os problemas fundamentais da sociedade, para especializar-se em suas manifestações superficiais. O conteúdo amplo, e por isso mesmo vago e impreciso, do conceito de cultura permite e sanciona tais desvios, levando à constituição de padrões inteiramente abstratos, derivados quase sempre de exterioridades formais, e conduzindo à mera ginástica de erudição, a uma vulgar simbologia destituída de profundidade (SODRÉ, 1958, p. 114).

No âmbito nacional, a produção de interpretações a respeito da sociedade brasileira que deram origem a explicações abstratas pouco relacionadas com a realidade resulta do fato de que o ensino, a religião, as artes, as ideias políticas e as letras, campos que são primordiais para problematizarmos a dimensão cultural da nossa sociedade, foram inicialmente dominados por missionários jesuítas. Coube aos jesuítas, que compunham a minoria letrada, a fundação e o ensino nas primeiras instituições educacionais. O púlpito era o espaço não só para a pregação religiosa, mas local de discussão política e outros assuntos pertinentes à sociabilidade.

A classe proprietária contribuiu para este processo de abstração e distanciamento da realidade nacional, devido a sua dependência econômica e cultural em relação a outras nações. O fenômeno da transplantação cultural é resultado deste processo e se constitui em um problema com o qual lidamos desde a Independência, quando nos deparamos com a necessidade de construção da nação.

É possível também datar dessa época o aparecimento dos pontos de vista opostos: num deles colocavam-se os que só encontravam solução para o Brasil na cópia pura e simples de modelos externos – modelos institucionais, modelos jurídicos, modelos ideológicos; no outro, os que invectivavam essa

---

<sup>33</sup> Lukács é citado nesta parte do texto para ratificar o argumento de Sodré acerca do caráter abstrato que sociologia adota, que é resultante da sua desvinculação com os problemas da sociedade (não faz referência a uma obra em específico).



posição de subalternidade, pretendendo uma visão objetiva e realista para os problemas brasileiros (SODRÉ, 1958, p. 131).

Nelson Werneck Sodré afirma que ambas as perspectivas pertenciam ao campo do idealismo por estarem desvinculadas da realidade, gerando evidente cisão entre as camadas superiores e inferiores. No âmbito da literatura, este fenômeno se repetia: as produções literárias seguiam os modelos exteriores, sem ressonância com o ambiente nacional. Da análise acerca do processo de transplantação, Nelson Werneck Sodré aponta como um erro de análise da maioria dos autores o fato de a entenderem como uma opção, quando na verdade era o único caminho possível dentro de uma estrutura de base colonial. Conforme sua afirmação, “[...] só a eliminação dos restos de colonialismo que permanecem na estrutura brasileira permitirá criações originais, nacionais, em todos os campos [...]” (SODRÉ, 1958, p. 134).

Mesmo o indianismo, corrente literária do romantismo, que surgiu como uma expressão autônoma, se constituiu em torno das bases do colonialismo. A valorização do índio enquanto elemento nativo se deu somente três décadas após a Independência. Antes disso, o que se observava por parte do colonizador era uma relação de extermínio em relação a esta população. Porém, a permanência, mesmo após a Independência, da grande propriedade e do trabalho servil excluía definitivamente a possibilidade de exaltação do elemento africano.

Neste contexto, o romantismo brasileiro, corrente literária que, por excelência, marca a ascensão burguesa, adota o indianismo como expressão do nativismo crítico do colonizador e que se transforma na expressão máxima de nossa produção literária direcionada exclusivamente à classe dominante: “Não foi mera coincidência, ainda, que Alencar, a figura máxima do indianismo, o fundador do romance brasileiro, tivesse sido escravocrata [...]. Tais leitores pertenciam à classe dotada de entendimento intelectual, à classe que dominava a sociedade” (SODRÉ, 1958, p. 129).

Sodré (1958) segue afirmando que o conceito de raça pura, muitas vezes acionado por intelectuais e políticos ao longo da história, não tem ressonância na realidade concreta. Em verdade, ocorrem cruzamentos entre diferentes povos que, por terem a mesma pigmentação de pele, não geram alterações em seu aspecto externo; e cruzamentos entre povos de pigmentação de pele diferentes, como é o caso do Brasil, no qual as alterações externas são visíveis, carregando o que Nelson Werneck Sodré chamou de “herança de rótulo” e que traz consigo os seus elementos sociais subjacentes. Em nosso país, a miscigenação entre o elemento branco e negro, em larga medida, o branco representado pelo colonizador na figura do homem branco, e o negro, pelo escravo africano, resultavam no nascimento de filhos miscigenados, os quais não

eram reconhecidos como filhos legítimos e não tinham direitos sobre a herança. Diante disto, Nelson Werneck Sodré diz que “[...] afirmar, pois, que a miscigenação suavizou as relações de raça e de classe no Brasil é uma falsidade transparente sem nenhuma significação objetiva” (SODRÉ, 1958, p. 245). Tais crenças geram mitos e preconceitos a respeito das relações raciais no país, o que evidencia a eficácia que ainda tem entre nós a ideologia colonialista, a qual busca justificar as posições dos diferentes elementos dentro da sociedade a partir do seu pertencimento étnico. Esta ideologia elaborada pelas classes dominantes dos países centrais teve boa receptividade pelas classes dominantes das colônias. A posição do Procurador do Estado do Maranhão, Manuel Guedes Aranha, ratifica essa afirmação.

No quadro de tal ideologia, o Brasil será um país de negros, - um vasto império negro, escreverá um deles bem mais adiante, - em que o branco não se poderá adaptar, incapaz de realizar qualquer tarefa amais adiantada, condenado a permanecer em estágio atrasado de civilização, relegado a segundo plano no conjunto das nações. Guedes Aranha escreveu em 1654 (SODRÉ, 1958, p. 246-247).

O administrador colonial português Manuel Guedes Aranha fez estas afirmações no século XVII. No entanto, Nelson Werneck Sodré evidencia que, nos séculos seguintes, é possível verificar posicionamentos diferentes acerca do negro, mas nada muito substancial. No século XIX, por exemplo, vimos ascender perspectivas como a de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), que apresenta, em seus romances, um novo olhar sobre o africano escravizado. Porém, esse olhar poderia ser traduzido como “espécie de piedade pelos cativos” (Sodré, 1958). Igualmente, a visão indianista do escritor e político José de Alencar (1829-1877) negava que a cultura do elemento africano tenha sido importante para a formação cultural do povo brasileiro. Já as análises sobre a relação entre senhores e escravos, produzidas pelo romancista Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1909), evidenciam um conteúdo já influenciado pelo novo quadro social que estava se constituindo e que desaguou na Abolição da escravidão e na Proclamação da República.

Nelson Werneck Sodré acompanhou as transformações que se evidenciavam neste período de transição de uma sociedade patriarcal para uma sociedade burguesa. Mas a pergunta que o autor se faz é:

Em que ficou alterado o conjunto de tais preconceitos, realmente? Vimos que eles surgiram da ideologia do colonialismo, como transitaram para a posição de piedade, comum, a partir da segunda metade do século XIX, desaguando na posição de justiça, que coroa a Abolição. Guedes Aranha acha justo e humano escravizar o negro; Macedo, Alencar e outros acham justo, mas não

acham humano; os abolicionistas não acham justo nem humano. Até aí, entretanto, nenhum deles defendeu a ideia de que o negro e o branco fossem iguais e que a distinção entre eles representa apenas um problema social (SODRÉ, 1958, p. 252-253).

A partir do período em que a ciência do século XIX perde legitimidade, a questão da raça passa a ser revista e as análises deixam de pautarem-se na hierarquização das raças. Mas, há ainda resquícios de falseamento em algumas interpretações. Segundo Sodré, alguns debates sobre a questão do negro se dão entorno da ideia de que este elemento é pitoresco, exótico, numa clara relação de afirmação e realce da brancura, o que, em sua perspectiva, é problemático, pois ele acredita que a autenticidade brasileira deveria residir justamente na valorização cultural e social do negro.

Após o terceiro capítulo há uma mudança na estrutura da referida obra. Na primeira edição, o quarto capítulo trata da *Evolução militar: formação do exército nacional*, enquanto o quinto capítulo trata da questão racial. Porém, na segunda edição, publicada em 1963, a discussão sobre o Exército é suprimida, tendo sido ampliada e publicada em 1965 de forma autônoma, sob o título de *História Militar do Brasil*. Além disso, houve também o acréscimo de dois novos capítulos: *Evolução Política*, composto pelo texto *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, que foi tema de uma conferência proferida no ISEB em 1959, e a partir do qual foi realizada a discussão acerca do nacionalismo em seu pensamento; e o último capítulo, *Evolução popular*, com base na discussão do texto *Quem é o povo no Brasil?*, que já havia sido publicado em 1962 nos Cadernos do Povo Brasileiro. A partir da terceira edição, publicada em 1967, portanto após o início da Ditadura Militar, soma-se à essa estrutura da segunda edição um novo capítulo intitulado *Perspectivas*. Neste capítulo o autor já explicita de maneira introdutória a discussão da revolução e os elementos que supostamente a sustentavam sob outra ótica. A análise deste capítulo será feita posteriormente.

No quarto capítulo, *Evolução militar: formação do exército nacional*, o último a ser problematizado, o autor analisa a referida instituição a partir de três fases distintas: a fase colonial, a fase autônoma e a fase nacional, buscando delinear o suposto caráter democrático a partir do qual o Exército brasileiro se constituiu. Dessa forma, passa a evidenciar a importância do papel político da instituição, presente em diferentes momentos da história do país, deixando claro que o referido papel se diferencia de vinculação partidária, com a qual a força militar não deve se envolver.

A abordagem feita por Sodré (1958) acerca da fase colonial tem por objetivo demonstrar como surgiram as forças de caráter militar em nosso país. Primeiramente, elas surgem para

assegurar a posse da terra, tomando uma atitude de ataque em relação aos indígenas, que se constituíam na ameaça interna, e de caráter defensivo em relação às ameaças externas, como por exemplo, a presença holandesa. Sobre os indígenas, os colonizadores tinham a superioridade técnica em relação às armas utilizadas e, também, se aproveitavam dos conflitos existentes entre as tribos, opondo-as umas às outras, e fazendo com que algumas delas se tornassem parte de suas tropas. Estas, neste período, eram organizadas no âmbito particular, já que o poder público estava quase totalmente ausente da organização das forças militares. O Regimento de 1548 obrigava os donatários e os sesmeiros a transformarem sua propriedade praticamente em uma fortaleza, onde o poder era medido a partir da quantidade de homens que os senhores tinham sob suas ordens. Diferentemente, às ameaças externas, para além da formação das forças próprias, houve também investimentos de recursos por parte do poder público, que constituem as primeiras tropas regulares da colônia.

O fato é que as forças militares irregulares adquirem muita importância ao longo desta fase histórica, em que o bandeirante é um grande exemplo disso.

São grandes forças militares irregulares que executam múltiplas tarefas: primeiro, expandir a posse territorial e assegurar a sua defesa; segundo, capturar o braço destinado ao trabalho escravo; terceiro, concorrer na defesa da costa, junto a forças regulares ou sozinha; quarto, exercer tarefa policial, no resguardo dos interesses do grande proprietário, como no caso do assalto aos negros aquilombados (SODRÉ, 1958, p. 152).

Como afirma o autor, organizaram-se em nossas terras verdadeiras milícias. Essa dimensão que o âmbito privado detinha se expandiu ao longo da organização política e administrativa do país. Eram poucos os cargos providos pelo rei, um conjunto maior deles pelos donatários e outros cabiam aos sesmeiros. No entanto, muitos deles eram ocupados via nomeação, pelos “homens de bem”, termo que, Nelson Werneck Sodré deixa claro, identificava todos os homens, exceto aqueles que não eram proprietários e exploradores do trabalho alheio. Por outro lado, a tropa era composta por trabalhadores sejam eles escravos ou livres, e assim se davam a repartição em classes. Essa constante situação de guerra transformou as fazendas em verdadeiros fortes, o que fez Gilberto Freyre (1900-1987), em sua obra *Casa-Grande e Senzala* (1933), comparar nossa zona rural com uma “sociedade semifeudal”.

A Guerra Holandesa, que culminou na expulsão destes do Brasil, embora estivessem mais bem equipados e possuíssem táticas militares organizadas, foi identificada por Nelson Werneck Sodré como uma evidência de como “o povo brasileiro sabia defender sua terra” (SODRÉ, 1958, p. 160). Após este episódio, influenciado também pelo desenvolvimento das

atividades mineradoras e pelas lutas existentes na região sul do país, inicia-se a ampliação do poder público, assim como também as organizações militares regulares que foram direcionadas mais para os conflitos sulinos.

Foi somente após a vinda da família real para o Brasil, em 1808, que passamos a ter uma organização militar mais estável e permanente. Em 1814, foi criada a Academia Real Militar, que lança os fundamentos do ensino militar. No entanto, com a volta da corte para Portugal, D. Pedro I criou organizações militares diretamente dependentes de sua vontade, já que a forma como estavam organizadas atravancava a autonomia nacional. Ele criou os militares mercenários, que diferentemente da reforma anterior, na qual o recrutamento se dava entre os portugueses, agora foram recrutados estrangeiros, que, na opinião de Nelson Werneck Sodré, se constituiu em uma anomalia em relação ao processo de surgimento de um Exército de caráter nacional. Devido a isso, inicia-se uma reestruturação militar que vai resultar, em 1831, no surgimento da Guarda Nacional.

Com a autonomia, que representa a tomada de poder, diretamente, pelos senhores de terra, surgia a necessidade de atender ao problema militar. Nem serviam, no caso, as *Milícias*, nem o mercenário, nem a tropa regular da metrópole. As ordenanças não tinham consistência e estrutura permanente, ou flexibilidade e poder para acudir às ameaças. O período das Regências, na transição para um regime mais estável, assiste ao lançamento das bases da Guarda Nacional (SODRÉ, 1958, p. 171).

Extinguindo as ordenanças e substituindo as Guardas Municipais, a Guarda Nacional “[...] representava uma criação específica do regime dominado pelos latifundiários. Sua subordinação às Câmaras Municipais, aos juízes de paz, às listas eleitorais, denuncia características nítidas de classe [...]” (SODRÉ, 1958, p. 174).

Este período é marcado por grandes agitações e revoltas. A Guarda Nacional, definida como força auxiliar do Exército, foi um instrumento militar criado para garantir o poderio e os privilégios da classe dos latifundiários. Observa-se que o Exército, a força de linha, que constituía a tropa regular, passa a ser neutralizada. O decreto de 1832 definiu que os militares não teriam foro privilegiado no caso de crime político e, em 1833, foi dissolvida a Sociedade Militar, por ser vista como perigosa uma vez que estava à frente de lutas da época.

No entanto, na medida em que os senhores de terras tradicionais perdiam espaço nas atividades econômicas e, por consequência, nas atividades políticas, a Guarda Nacional também passa a declinar, enquanto o exército passa a se estruturar. O poder público proporciona a possibilidade de seu aparelhamento e a criação da Escola Militar, para a formação dos militares,

embora eles continuassem a ocupar uma posição que não lhes rendiam destaque. Diz Sodré (1958, p. 180): “O Exército ocupava um lugar absolutamente destituído de significação. Não se constituía em elemento de força em que se apoiava o domínio da classe que governava o país”.

Portanto, o Exército se constitui apartado da influência da classe dominante. Ele se gesta no interior da classe média e, para Sodré, esta peculiaridade de nossa formação é de grande importância para a constituição do seu caráter democrático. Sobre como se dava o recrutamento de seus oficiais, o autor afirma:

[...] a transformação da força militar permanente e central numa espécie de casta, distinguindo-se do resto inclusive pelo lado econômico. Muito ao contrário, o militar é funcionário de segunda ordem, esquecido, mal pago e sem nenhum destaque (...). O recrutamento da oficialidade, por isso mesmo, nas forças terrestres, fica mais ou menos à vontade, quando não totalmente à vontade. E ela será formada nas camadas, sempre em desenvolvimento, a que a estrutura da produção concede um lugar reduzido, insignificante. É na camada livre, mas não proprietária que será recrutada aquela oficialidade, - na classe média que esboça a sua posição (SODRÉ, 1958, p. 180-181).

Embora a classe média entre nós não tenha surgido como força econômica, ela se constituiu como uma grande força política por meio do Exército, visto pelo autor com um novo poder. Além de recrutar seus elementos na classe média, o Exército possuía ainda a Escola Militar que os formavam em uma evidente contraposição das faculdades jurídicas da aristocracia rural.

O episódio da Guerra do Paraguai foi importante para a estabilidade e coesão do Exército. Devido ao longo período desse conflito, foi necessário ampliar o recrutamento tanto entre a classe média quanto entre as classes inferiores e, até mesmo, os escravos. Proporcionando, posteriormente, que esses elementos galgassem novas patentes no oficialato, isso contribuiu para a construção de uma nova mentalidade no Exército. A partir desse momento, os chefes militares passaram a participar de maneira mais efetiva da política brasileira, o que lhes rendeu uma nova posição no quadro da vida nacional. Terminada a guerra com o Paraguai, novas questões surgiam, como a liberdade dos sexagenários, reforma da lei eleitoral, a da liberdade do ventre livre, causas estas que foram defendidas por elementos ligados ao exército nacional, alinhando, portanto, seus interesses com questões que também estavam na ordem do dia para os industriais, negociantes e a classe média civil.

Essa postura do Exército, que se coloca numa relação de conflito com os interesses dos latifundiários, constituiu o que ficou conhecido como a questão militar que teve como base uma ocorrência na escola de tiro de Campo Grande, quando um sujeito que era abolicionista fora

recebido com honras pelos militares. Soma-se a isso as manifestações do Clube Militar, contrários ao emprego de tropas para capturar escravos foragidos. Estes posicionamentos por parte do Exército se estenderam até o momento em que desembocou na crise de 15 de novembro de 1889, que resultou na Proclamação da República.

No instante em que uma de suas parcelas, a militar, poderosa pela sua própria organização, encontrava aliança fortuita ou natural em algum grupo diverso, - como aconteceu com a abolição, que interessava à lavoura cafeeira, visto o que o trabalho servil nela, chegara a um ponto em que representava estorvo, - as manifestações eram concludentes e vitoriosas [...]. A classe média, a que os modernos estudiosos apreciam denominar de pequena burguesia, entretanto, de que o Exército era uma das mais nítidas expressões já começava a participar dos acontecimentos, já acusa a sua presença (SODRÉ, 1958, p. 186).

Embora o poder das oligarquias regionais estivesse ainda muito presente, Nelson Werneck Sodré chama a atenção para o fato de que não havia a possibilidade de o país retornar para o quadro antigo em que os latifundiários dominavam sem empecilhos. O Brasil vivia um processo de crescimento no qual, ao lado desta classe que detinha tradicionalmente o poder, surgiam outras classes como a pequena burguesia e o proletariado, que estavam ganhando corpo e representatividade.

Em meio ao conjunto de inquietações e revoltas, resultantes do conflito entre as diferentes forças citadas acima, Sodré pontua um acontecimento, o Civilismo, que opera uma separação entre os elementos do exército e os demais elementos da classe média. Esta cisão ocorre no governo Marechal Deodoro da Fonseca, entre os anos de 1889 e 1891, por causa das posturas tomadas pelo presidente que iam contra os interesses das classes médias e, conseqüentemente, contra os fundamentos que haviam orientado a construção do seu projeto de governo. Mesmo que tenha se observado posteriormente um redirecionamento no sentido de reaproximação com a posição que sua classe indicava, a paralisia das velhas oligarquias eram temporárias e voltavam a atacar as novas classes que estavam surgindo. Isso se deve também ao fato de que o fazendeiro, muitas vezes, passa a investir em diferentes áreas, transformando-se também no industriário e até no banqueiro. Diz Sodré (1958, p. 192): “Daí os pronunciamentos políticos do grupo industrial virem sempre confusos, fortemente, indelevelmente eivados da contribuição territorial, submetidos, ainda e por largo tempo, aos interesses agrícolas”.

A Política dos Governadores, que representou a retomada de poder pelas oligarquias rurais, resultou também, por consequência, na tentativa de enfraquecimento do Exército e sua

participação na vida política com a criação de polícias estaduais. Tais oligarquias buscavam impedir as manifestações políticas das classes pequeno-burguesas, porém, não obtiveram êxito, já que a Revolução de 1930 ocorreu com esta fração da classe média representada pelos militares, como uma das mais ativas no processo. Segundo Sodré, “[...] ali encontraria a classe média a sua possibilidade de manifestação. Fechado todos os outros, sem projeção nos quadros administrativos sem possibilidades nos choques eleitorais, seria através de motins militares” (SODRÉ, 1958, p. 195).

Nelson Werneck Sodré evidencia que no Brasil se formou uma força militar muito diversa, com características próprias. Nos países de desenvolvimento do capitalismo clássico, a formação do Exército Nacional se dá por influência da Revolução Burguesa, momento em que uma nova classe passa a dominar no âmbito econômico e político. No Brasil, onde se desenvolveu o capitalismo colonial, a força militar surge desvinculada das classes dominantes, devido ao fato de não termos ainda vivenciado este processo revolucionário, criando, assim, empecilhos para a constituição do Exército Nacional.

Foi somente na terceira década do século XX que a burguesia nacional passa a ter existência no Brasil. A força militar que floresceu em meio a esta classe assume o papel de seu porta-voz na vida política. O proletariado também ganha corpo, tornando-se mais representativo e atuante. O surgimento e o fortalecimento de tais grupos impõem uma nova repartição de forças com os latifundiários e a alta burguesia mercantil, classes que tradicionalmente monopolizavam o poder no país. Este estado de coisas resultou, segundo Nelson Werneck Sodré, nas

Condições para a elaboração de um processo a que se convencionou chamar Revolução Brasileira, processo em que os latifundiários e elementos da alta burguesia se colocam de um lado, e a burguesia nacional, a pequena burguesia e o proletariado se colocam de outro. Sem condições para efetivar a revolução burguesa, encetaremos cada vez com mais profundidade, a etapa de uma alteração de que participam os mencionados elementos, e que é específica do quadro brasileiro. Dentro dessa etapa é que surgem as condições para a elaboração do exército nacional (SODRÉ, 1958, p. 199).

Por fim, Nelson Werneck Sodré considera relevante identificar qual a importância ou influência do imperialismo para o quadro interno do país e como ele reflete na estrutura do Exército e na sua composição enquanto elemento democrático. Desde que o capitalismo alcançou a sua fase imperialista, também conhecida como monopolista, o Brasil foi envolto por tais relações. No entanto, esta intervenção estrangeira em nosso país, tanto através de empréstimos quanto de investimentos, se intensificou a partir da segunda metade do século XIX. De maneira específica, a influência norte-americana se dá a partir da Guerra com o



Paraguai e prossegue crescendo em importância em relação aos outros imperialismos na medida em que, no cenário nacional, a República vai se desenvolvendo e, no cenário externo, há o término da Primeira Guerra Mundial. As relações comerciais desenvolvidas a partir da lógica monopolista possibilitam aos países de capitalismo central controlar os países sob o seu domínio e, conseqüentemente, neutralizar os supostos “inimigos”. Foi o que ocorreu com os países da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Neste período, surgem importantes manifestações políticas, como o fascismo e o nazismo, que influenciaram de maneira profunda o Ocidente.

Diante da incapacidade do movimento tenentista em se aproximar das classes menos favorecidas, o que contribuiu para o seu declínio, surge durante o governo provisório de Getúlio Vargas a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em um contexto em que era necessário escolher um novo Congresso e um novo presidente, as lutas políticas se acirraram e a ANL surgiu como uma frente de oposição à classe dos latifundiários, que

Via-se agora ameaçada, no interior, pela aliança entre o proletariado e a classe média, ajudados pela burguesia nacional, ainda tímida em seus pronunciamentos políticos. Não foi por acaso, pois, que surgiu, entre nós, um movimento de caráter fascista, pretensamente colorido de nacionalismo, fundado em estranha e confusa mistura de ideias, mas concretamente assentado na associação entre o imperialismo e os latifundiários ajudados pela burguesia mercantil (SODRÉ, 1958, p. 217).

O Exército, enquanto fração da classe média, também foi chamado a representar a Aliança Nacional Libertadora. A efetivação deste apoio colocaria os latifundiários e os grupos mercantis que apoiavam o imperialismo em uma situação muito delicada. A reação destes setores, aproveitando-se da instabilidade da classe média, foi lançar a ANL na ilegalidade ao associá-la ao comunismo. Tais acontecimentos marcam o início de um grande período de repressão no país que resulta na cisão dos elementos e grupos interessados na emancipação nacional. Estava em gérmen o Golpe de 1937 e a composição do Estado Novo. Pautado em uma orientação nacionalista, este governo buscou a unificação dos poderes, tentando deslegitimar o poder das oligarquias estaduais.

No Estado Novo, o Governo Vargas buscou aproximação com a classe trabalhadora, obtendo grande êxito. Fazia parte de seus quadros também a classe média, continuando a ter o Exército como seu representante em diversas situações. E, pela primeira vez, se instituiu uma fiscalização rigorosa em relação ao recrutamento para a carreira militar. O objetivo era “[...] vedar o ingresso naquelas escolas de elementos possivelmente refratários ao novo tratamento,

especialmente os filhos de estrangeiros, os de origem judaica, os mestiços e os negros, os acatólicos, os filhos de pais divorciados ou desquitados” (SODRÉ, 1958, p. 220). Essa grande repressão, que se instituía no processo de recrutamento, revela que a campanha anticomunismo havia tido receptividade na classe média, e por consequência, no Exército, que representava uma de suas frações.

Nelson Werneck Sodré afirma que a ideologia deste período ditatorial do Governo Vargas foi composta pela prática policialesca, pelas tendências trabalhistas e pelas medidas nacionalistas. Isso promoveu transformações no âmbito econômico e político, que agradaram os latifundiários, apesar de não atuar diretamente junto aos anseios de tal classe. E, ainda, promoveu uma aproximação desta com a classe média.

O início da Segunda Guerra Mundial altera o quadro internacional das relações de poder, refletindo também no nosso quadro interno. As forças envolvidas no conflito promovem uma repartição das nações, e o Brasil, que se reaproximara dos Estados Unidos, automaticamente se distancia das relações comerciais e políticas que mantinha com a Alemanha. Conseqüentemente, promove o enfraquecimento da política instituída pelo Estado Novo, principalmente, das suas ações policialescas; concomitantemente, a sua vertente trabalhista e nacionalista se fortaleciam como a saída mais viável ao lado da democracia no pós-guerra.

Neste ínterim, houve o fortalecimento da produção industrial, chegando a superar os números da produção agrícola, revelando uma nova sociedade na qual o poder dos grandes proprietários havia finalmente se enfraquecido, ao mesmo tempo que as novas forças sociais conseguiam representação política. Este enfraquecimento não significou a eliminação da herança colonial, percebida na produção industrial que se estruturava com base em um operariado que se formara, em grande medida, a partir dos elementos vindos do campo, através do êxodo rural, espaço este que trazia consigo o atraso econômico e cultural.

Sobre a retomada da perspectiva democrática, Nelson Werneck Sodré evidencia que teríamos alguns percalços. A Guerra Fria, por exemplo, permitiria o fortalecimento das forças imperialistas com os elementos internos, representados pelos latifundiários e pela burguesia mercantil, setores interessados na manutenção da sociedade sem alterações estruturais no campo econômico e político, portanto, interessados em barrar o surgimento ou restabelecimento das instituições democráticas. Neste contexto é que Sodré afirma que se delineará uma singular dualidade no interior do Exército, que se evidencia a partir do golpe de cúpula em 29 de outubro de 1945. A partir daí se verificará a

[...] existência de uma oficialidade de tendência democrática inequívoca, profundamente interessada na solução nacionalista dos problemas nacionais, de uma parte, e a existência de um grupo de mando, rigorosamente selecionado, de outro, que, de posse das posições-chave, simulava falar em nome da instituição e, mais do que isso, agir em nome dela. A fase que medeia entre o golpe de 1945 e as eleições de 1950 assinala, desse modo, o franco predomínio, da segunda facção (SODRÉ, 1958, p. 223).

A primeira parte, de tendências democráticas, só encontrou espaço para se manifestar dentro do Clube Militar. Um de seus líderes, eleito em 1950, o General Newton Estillac Leal impulsionou de forma marcante o nacionalismo. A campanha em torno da exploração do petróleo pelos brasileiros é bem representativa deste momento.

Em relação às eleições presidenciais, os grupos ligados aos interesses imperialistas tentaram orquestrar novo golpe, mas não obtém êxito pois Getúlio Vargas volta ao poder. No entanto, não consegue resistir as forças que lhes são contrárias. Como se expressou Sodré (1958), Vargas “[...] deixou um testamento político cujas condenações claríssimas põem a nu a brutalidade da agressão imperialista [...] [e que] as forças articuladas contra a democracia brasileira cuidam ter afastado o último obstáculo” (SODRÉ, 1958, p. 224). Sodré finaliza a primeira edição desta obra com o trágico episódio que resulta na morte de Getúlio Vargas. Os desdobramentos dos acontecimentos que culminarão no Golpe Militar de 1964 confirma que tanto as forças internas antidemocráticas quanto o imperialismo permaneceram vivos na política e na economia brasileira.

### **3.2 AS BASES DO IDEAL HUMANO PROGRESSISTA NO PENSAMENTO DE SODRÉ**

A totalidade da obra *Introdução à Revolução Brasileira* pode ser analisada a partir de dois momentos históricos distintos: o primeiro refere-se a conjuntura em que o autor escreve, final da década de 1950, identificada por ele mesmo como um período com grande potencial revolucionário; o segundo, marcado por um retrospecto que ele faz da sociedade brasileira desde o período colonial, identificando os motivos pelos quais a referida revolução não tenha ocorrido em período anterior.

A interpretação da referida obra foi organizada a partir de dois conjuntos de questões. O primeiro deles, pautado nos questionamentos acerca de quais foram os elementos vistos como entraves ao desenvolvimento da revolução brasileira, identificados pelo autor como as heranças da sociedade colonial (que se traduz na equação latifúndio e trabalho servil somando-se às relações imperialistas). Já o segundo conjunto de questões problematiza o que o autor

denominou como fundamentos mínimos deste processo, representados pela “[...] manutenção e ampliação do regime democrático” e “[...] a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica de nossas riquezas” (SODRÉ, 1958, p. 2).

De maneira associada às discussões feitas nos dois primeiros capítulos – estruturados, respectivamente, a partir da contextualização social do autor e do contexto intelectual de produção da obra em análise –, buscaremos problematizar agora as especificidades da tradição de pensamento que permeia a sua escrita. Será delineado também o ideal humano subjacente ao seu projeto de sociedade, tendo como base os atores sociais que ele identificou como responsáveis pelo processo revolucionário, aos quais atribui o adjetivo de progressistas.

A afirmação de Nelson Werneck Sodré, que diz que “[...] se nos fixarmos no conceito fundamental de que a sociedade se divide em classes, de acordo com a forma por que entre essas classes se reparte a posse ou o direito à posse dos bens econômicos” (SODRÉ, 1958, p. 5), nos permite inferir que o conceito central a partir do qual ele analisa os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira é o de classe social. A utilização desta categoria como central em suas reflexões indica a filiação do seu pensamento a tradição marxista.

Antes de adentrarmos nas tentativas de explicação do sentido atribuído ao termo evolução na referida obra de Nelson Werneck Sodré, é importante resgatar a controvérsia vivida por este termo no Brasil. O conjunto de trabalhos que compõem a obra *A recepção do Darwinismo no Brasil* (2003) pode nos trazer luz para este debate.

Henrique Lins de Barros (2003) afirma no prefácio que a obra de Charles Darwin (1809-1882), *A origem das espécies*, publicada em 1859, tratava da teoria da evolução e causou grande impacto na sociedade Ocidental tanto no campo científico quanto no filosófico e religioso. Para o nosso campo de estudo, é relevante levantar as implicações resultantes da imputação desta teoria para o meio cultural e social que favoreceram a elaboração de teorias como o Evolucionismo Cultural e o Darwinismo Social. Tais teorias tornam-se muito influentes no Brasil nas últimas décadas do século XIX, pois foram amplamente utilizadas pelas elites como justificativa ideológica para o seu projeto de desenvolvimento do país que buscava superar nosso atraso econômico, social e cultural. Porém, tanto Regina Cândido Ellero Gualtieri (2003), que abordou o *Evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro* (1876-1915), quanto Heloísa Maria Bertol Domingues e Magali Romero Sá (2003), em *Controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX*, afirmam que o termo “evolução” foi muito bem recebido no Brasil, mas que, no entanto, não foram respeitadas as peculiaridades existentes entre estes diferentes evolucionismos.

Domingues e Sá (2003) chamam a atenção para o fato de que o darwinismo tem sido confundido com todo e qualquer evolucionismo no Brasil, o que prejudicou o desenvolvimento da teoria darwiniana em nosso país. O que presenciamos aqui foi o que Gualtieri (2003) denominou de rearranjos teóricos, pois, embora o Darwinismo Social esteja ancorado na poligenia (o homem dividido em espécies diferentes), sua aplicação em nosso país se combina com a visão monogenista (visão unitária da humanidade) do evolucionismo cultural. Adotou-se, em muitos momentos, o conceito de evolução de maneira genérica, muitas vezes como justificativa ideológica para a elaboração da teoria racial no país, o que fortalecia a já existente hierarquia social entre brancos e negros.

Embora a recepção das teorias evolucionistas no Brasil tenha ganhado estes contornos, a utilização do termo evolução por Nelson Werneck Sodré, em sua obra *Introdução à Revolução Brasileira*, não comunga com esta perspectiva, pois o autor afirma que no Brasil “[...] os problemas de classe, entre nós, ficam confundidos com os problemas de raça” (SODRÉ, 1958, p. 63). Neste sentido, as “[...] relações de raça jamais podem isolar-se de relações de classe” (SODRÉ, 1958, p. 242), indicando que o preconceito racial é resultante do lugar que o negro sempre ocupou na estrutura de produção material.

Em diferentes momentos do texto o autor reforça a crítica às ideias em voga na época, que atribuíam ao elemento negro ou mestiço, vistos como inferiores, a responsabilidade pelo atraso da nossa sociedade. Sodré atribui a estas perspectivas o estatuto de lenda ou mito da preguiça brasileira (SODRÉ, 1958, p. 71, 93-95). Ao priorizar as relações de classe como ponto de partida para os estudos das relações raciais e, indo além, ao afirmar que a elaboração de uma cultura verdadeiramente nacional só ocorrerá a partir da valorização do negro e sua contribuição nos cruzamentos, Nelson Werneck Sodré afasta-se definitivamente da perspectiva evolucionista que resultou na hierarquização de raças.

Outro questionamento que surge relaciona-se à influência das ideias positivistas em seu pensamento. Como exposto no primeiro capítulo, toda a formação de Nelson Werneck Sodré, a partir dos 13 anos de idade, se deu em instituições educacionais militares, nas quais o positivismo se fez muito presente. De maneira geral, sobre a influência desta doutrina no Brasil, Pécaut (1990) afirma:

É claro que a influência positivista não aparece aí por acaso; uma influência que não implicava – longe disso – uma fidelidade estrita à doutrina de Augusto Comte. Aliás, desde os anos 1880, o sucesso dessa doutrina se deveu muito menos aos seus discípulos ortodoxos – com os agrupados na igreja positivista do Rio de Janeiro - do que aos seus propagandistas mais livres, que lhe deram repercussão na Escola Militar e nas escolas de engenharia, e aos políticos do

Rio Grande do Sul, que nela foram buscar inspiração (PÉCAUT, 1990, p. 34-35).

Benjamin Constant se encaixa no que Pécaut nominou de propagandista livre ou, nas palavras de Costa (1967), um pensador heterodoxo. Ele foi um dos responsáveis pela propagação do positivismo no interior da Escola Militar, pois

[...] ainda no Ministério da Guerra, Benjamin Constant empreendera uma reforma do ensino militar, introduzindo nele as cadeiras de biologia, de sociologia e de moral, de maneira a complementar, dizia, o preparo científico dos futuros oficiais do nosso Exército (COSTA, 1967, p. 254).

Diferentemente dos positivistas ortodoxos do Rio de Janeiro, que interpretavam à risca o pensamento de Auguste Comte, até mesmo no aspecto religioso de sua doutrina, o capitão Benjamin Constant também se reconhecia como positivista, tendo a ciência em alta conta. Porém, na contramão de outros segmentos dessa doutrina, era abolicionista e republicano. Benjamin Constant contribuiu para o desencadeamento deste processo no país, e suas ações no âmbito do ensino iam ao encontro daqueles que defendiam uma formação mais abrangente e acadêmica. A sua reforma primava pela formação do “soldado cidadão”, perspectiva cuja interpretação acerca da obediência e subordinação do militar era repensada, assim como também a sua atuação política. Segundo Meirelles,

Benjamin Constant, professor na Escola Militar, haveria de formar gerações de futuros oficiais do Exército. Ele que, como capitão, havia participado da Guerra do Paraguai e externado em cartas a seus familiares, notadamente a sua esposa e seu sogro, os conflitos que teria com o estilo do seu comandante, o futuro Duque de Caxias. Posição que levaria para sempre. Caxias defendia a obediência total do subordinado à chefia militar, as posições de Constant, entendendo o “soldado cidadão”, compreendia os limites da subordinação - ultrapassados esses limites, o soldado, como cidadão, poderia furtar-se ao cumprimento da ordem (MEIRELLES, 2018, p. 142-143).

Essa prerrogativa, de que “Benjamin Constant levantara a questão do cidadão militar, na qual opinava que o limite da obediência do militar está na sua consciência de cidadão” (MEIRELLES, 2018, p. 187), influenciou várias gerações no interior do Exército, inclusive a que encabeçou os movimentos de rebeldia que culminou no Tenentismo. Outra vertente positivista que ficou conhecida como “castilhistas”, referência ao político gaúcho Júlio Castilhos, desenvolveu-se sob a premissa da necessidade de um governo centralizador e não representativo.

Mas além da negação da representatividade, implicava, no mínimo, três princípios: o questionamento do individualismo, o caráter científico do poder e a superioridade do bem comum sobre os interesses particulares, todos os três a serviço de uma organização explicitamente autoritária da sociedade. O positivismo de Castilhos antecipava, em todos esses pontos, as teses dos pensadores autoritários (PÉCAUT, 1990, p. 60-61).

Embora o projeto comteano da reforma moral não tenha tido muita ressonância na vertente castilhista do positivismo, a defesa da ordem era constantemente acionada. Mas, a qual ordem se referiam? Diz Pécaut (1990, p. p. 61): “Restava a ditadura e o conservadorismo, sob a forma de uma escolha imutável em favor da ordem”. Tal perspectiva comporá as bases mestras da política desenvolvida por Getúlio Vargas quando galgou a presidência da república por meio da Revolução de 1930. O que tem o pensamento de Nelson Werneck Sodré com essas diferentes vertentes do positivismo que se desenvolveram no Brasil?

Como afirma o brasilianista Thomas Skidmore (2010), em diferentes momentos da história do Brasil, como na Proclamação da República, a Revolução de 1930, na constituição do Estado Novo em 1937, no processo de redemocratização em 1945 e, podemos acrescentar, na Ditadura Militar de 1964, as Forças Armadas assumiram o “papel de árbitro da política nacional”. Nestes diferentes momentos, grupos políticos com posições ideológicas distintas se uniam entorno de um ideário comum, e a Aliança Liberal formada em 1929, que apoiava a candidatura de Getúlio Vargas, foi um exemplo dessa conjugação de forças opositoras.

Há que fazer uma divisão básica entre os revolucionários e os não revolucionários que apoiavam a mudança de poder. Embora nem mesmo os revolucionários, como grupo, tivessem um programa claro, podem-se distinguir duas grandes posições. Primeiro, havia os constitucionalistas liberais, que queriam por em prática os clássicos ideais liberais - eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis [...]. No início da era Vargas, a posição constitucionalista liberal foi representada, acima de tudo, pelo Partido Democrático de São Paulo, organizado em 1926 e contrário ao candidato presidencial (Júlio Prestes, que fora governador de São Paulo), em 1930. Segundo, havia os semi-autoritários nacionalistas, cuja principal preocupação era a “regeneração nacional” e a modernização [...]. Os principais proponentes dessa posição em 1930 eram os jovens militares intransigentes (tenentes), que tinham participado de uma série de malogradas revoltas em 1922, e 1924 no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul (SKIDMORE, 2010, p. 41-42).

Por terem posicionamentos divergentes, há uma cisão entre estes grupos após o desencadeamento das lutas revolucionárias. No entanto, as perspectivas ideológicas presentes neles direcionarão a política ao longo da década de 1930 e, também, nas décadas subsequentes. É neste período que Nelson Werneck Sodré produzirá grande parte de sua obra que estará filiada

a esta perspectiva nacionalista, que continuou tendo grande penetração na fração de esquerda do Exército e que representava também o projeto do PCB.

A identificação que Sodré (1958) faz dos agentes da revolução está intimamente relacionada com este contexto e com a tradição de esquerda disseminada pelo Partido Comunista Brasileiro. Influenciado pelas discussões da Internacional Comunista, o PCB lançou em março de 1958 a *Declaração sobre a política do PCB*, na qual afirmava que “[...] a revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática” (PCB, 1958, s/p), que se realizaria a partir da composição de uma frente ampla:

Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa entorno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional e da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes (PCB, 1958, s/p).

Neste contexto, essa frente ampla que faria o enfrentamento ao imperialismo era denominada como forças progressistas. Porém, não há uma definição do que seria “progressista”, como se o significado já estivesse dado.

É necessário ressaltar que os termos e conceitos possuem história. Oliveira (2015), em seu trabalho *O “progresso” e a significação da sociedade em alguns dos primeiros dicionários monolíngues brasileiros*, problematiza o sentido empregado ao termo progresso e seus cognatos, dentre eles progressista, em diferentes períodos históricos da sociedade brasileira. Sua análise se dá a partir de três dicionários: o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1938 a 1967); Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa (1942-1943); e da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras (1966), organizados, respectivamente, por Hildebrando Lima e Gustavo Barroso, Laudelino Freire e Antenor Nascentes. O período de análise recortado por Oliveira coaduna com o mesmo período das discussões empreendidas por Sodré.



No estudo do Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa<sup>34</sup>, Oliveira (2015) aponta que o termo progressista aparece na primeira e segunda edição (1938-1939) como “partidário do progresso”, “que é favorável ao progresso” (OLIVEIRA, 2015, p. 160), remetendo seu sentido, portanto, ao conceito de progresso, o qual tem como acepções: “movimento ou marcha para a frente”, “desenvolvimento”, “aumento”, “adiantamento em sentido favorável” (OLIVEIRA, 2015, p. 160). Já na terceira e quinta edição (1942-1944) há alterações e progresso passa a ser definido como:

A observação das alterações ocorridas no verbete progresso possibilita compreender essa reconfiguração que é estabelecida com a inserção das seguintes acepções: “(sociol.) acumulação de aquisições materiais e de conhecimentos objetivos no quadro de uma cultura”; “fenômeno que tem como condição as transformações da vida social, e consiste num aumento de significado e alcance da experiência humana”. Antes dessas acepções há a marcação “sociol.” que se refere às duas acepções e indica que elas estão relacionadas ao quadro de estudos sociológicos. Progresso passa então a significar como termo de uma disciplina e, nesse sentido, torna mais evidente sua relação com o movimento da sociedade tal como interpretado no quadro de uma disciplina de análise social. As “transformações da vida social” indicadas apontam para aquisições materiais e culturais. Essa é a primeira vez em que está havendo uma remissão ao social e à própria ciência do social. Essa remissão é de grande importância para nossa análise, pois traz sentidos diretamente relacionados à nossa proposta de observar como as palavras significam a sociedade de maneira ampla e generalizada (OLIVEIRA, 2015, p. 161-162).

Enquanto a definição anterior era mais genérica, a definição destas edições inscreve o significado da palavra no interior de um campo de estudo específico, a sociologia, evidenciando a imbricação entre a realidade social e os usos que fazemos e os sentidos atribuídos a linguagem. Oliveira (2015, p.162) retoma ainda o fato de que esta definição, além de indicar mudança, traz para o debate também progresso enquanto continuação ao afirmar que ele se dá através de “acumulação de aquisições materiais”. Já na nona edição deste dicionário, é acrescentado ao termo progressista a filiação aos princípios disseminados pelo padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843):

Esse enunciado introduz um memorável político e nos diz que o sentido de ser progressista no Brasil está atrelado aos sentidos produzidos ainda durante o período regencial, e relacionado aos princípios do positivismo desenvolvido por Augusto Comte e seguido por Padre Feijó, regente entre 1835 e 1837 (OLIVEIRA, 2015, p. 164).

---

<sup>34</sup> A análise feita pela autora engloba desde a 1ª edição até a 11ª, com exceção apenas da 4ª e da 8ª edição.

O Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa (1942-43) também associa progresso a transformações em um sentido positivo. E, acrescenta na interpretação uma correlação entre progresso e civilização, a partir da qual infere que “o progresso como uma característica das ‘sociedades civilizadas’ e que sejam dotadas de ‘instituições políticas’; indica também, o sentido de progresso como ligado à ‘perfeição’ e à ‘felicidade’” (OLIVEIRA, 2015, p. 170). Encontra-se sentido semelhante no Dicionário da Língua Portuguesa (1966), em que progressista é definido como “amigo do progresso [...]”. Desse modo, não se trata de “uma posição como favorável, mas de um sentimento que aponta para o progresso como benéfico” (OLIVEIRA, 2015, p. 172).

A recuperação dos significados atribuídos ao termo progresso pela autora, e progressista para este trabalho em específico, se fundamenta no fato de que:

Interessa-nos compreender nesses dicionários monolíngues brasileiros como o sentido de uma palavra pode ser parafrástico e ser polissêmico, repetir e deslocar. Pensar este movimento contraditório traz para a análise, por exemplo, a possibilidade de compreender como a sociedade brasileira se significa na relação entre o progresso como movimento favorável, transformação positiva, ou como transformação negativa, ou ainda como continuação (OLIVEIRA, 2015, p. 159).

Assim, qual é o significado atribuído por Sodré ao termo progressista? Onde deveremos buscar esse sentido? A noção de povo, discussão empreendida no capítulo intitulado *Evolução Popular: quem é o povo no Brasil?*, que passa a compor a obra *Introdução à Revolução Brasileira* a partir da segunda edição, nos ajuda a elucidar algumas nuances da sua visão acerca dos agentes da revolução e o seu caráter progressista. O fato de reunir grupos, camadas ou classes sociais aparentemente tão antagônicos, como elementos do proletariado, dos trabalhadores rurais, da classe média e pequena burguesia e a dita burguesia nacional, sob o rótulo de agentes da revolução, fundamenta-se no fato de que, para Sodré (1978, p. 191), “povo é o conjunto das classes sociais, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”.

O objetivo central da análise de Sodré (1978) é definir o conceito de povo realinhando-o à realidade, retirando-o da condição de abstração que fora lançado devido aos múltiplos e genéricos usos do qual foi objeto. Seguindo sua lógica “evolutiva” de pensar os conceitos, categorias e o surgimento das diferentes camadas e classes sociais, ele retoma os diferentes momentos da nossa história para evidenciar que, em cada uma delas, povo teve significados específicos em relação a sua composição de forças e agentes.

Nelson Werneck Sodré (1978) afirma que a análise do período colonial não é relevante para a definição de povo, e para isso elege três diferentes fases que se constituem como centrais: a Independência em 1822; a Proclamação da República em 1889, os quais identifica como períodos progressistas e, por fim, o Período da Revolução Brasileira, visto como período revolucionário. Tais análises são conduzidas pelo autor a partir da resposta a seguinte questão: “quais as classes que se empenharam na solução objetiva das tarefas progressistas e revolucionárias em cada um destes períodos?” (SODRÉ, 1978, p. 197).

A Independência é vista por Sodré como a grande tarefa progressista que nosso país precisou realizar na primeira metade do século XIX. Devido a fatores externos, como os movimentos em prol da quebra do monopólio comercial das metrópoles sobre as colônias, e a fatores internos, como o conflito de interesses entre a classe dominante da metrópole e a classe dominante interna constituída pelos grandes proprietários, o povo “[...] em tal fase, é representado pelo conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva daquela tarefa, o povo brasileiro abrange, então, todas as classes camadas e grupos da sociedade brasileira” (SODRÉ, 1978, p. 199). Todavia, após instituídas as transformações, os grandes proprietários se afastaram desta coalização de forças e assumiram o papel de classe dominante, tanto econômica quanto politicamente. No processo que culminou com a Proclamação da República, diferentemente, a classe dominante se compunha de grupos muito mais heterogêneos. Havia aqueles que queriam a permanência do trabalho servil, composto pela classe latifundiária que não tinha interesse na Proclamação da República, e a nascente burguesia que almejava o estabelecimento do trabalho assalariado, que se associaram às demais forças das classes médias, pequena burguesia e proletariado em prol da liquidação do império, e essa união de forças compunha o povo naquele período.

Por fim, Sodré problematiza quem era o povo no período da revolução brasileira. Elege como sua tarefa a luta contra os latifundiários e a alta burguesia que representam o pacto com as forças imperialistas. Todavia, a nova correlação de forças que se apresenta no momento, resultantes do desenvolvimento e fortalecimento das classes médias, proletárias e, até mesmo das camadas rurais, gera grande pressão e intensas lutas por direitos.

O avultamento do problema democrático deriva de que a manutenção das liberdades democráticas permite o esclarecimento político, e o esclarecimento político permite a tomada de consciência pelo povo, e a tomada de consciência pelo povo permite a execução das tarefas progressistas que a fase histórica exige. Manter as liberdades democráticas, significa, pois, inevitavelmente, ter de enfrentar aquelas tarefas e resolvê-las, segundo a correlação de forças, quando as forças populares são muito mais poderosas do que as que estão

interessadas na manutenção de uma estrutura condenada (SODRÉ, 1978, p. 207).

Neste sentido, a grande tarefa das forças progressistas neste momento revolucionário é eliminar as forças retrógradas que estão associada ao imperialismo. Portanto, pertence ao povo todas as frações de classe que estão lutando pela manutenção da ordem democrática e pelos interesses nacionais. E o que define esse processo como revolucionário, estabelecendo uma diferença com os demais vistos como progressista, deve-se ao fato de que “[...] a classe dominante minoritária, ou a associação de classes dominantes minoritárias – no caso, principalmente latifundiários e parte da alta burguesia – não será substituída por uma nova classe dominante minoritária, mas por todo o conjunto que compreende o povo” (SODRÉ, 1978, p. 210). Diante disso, buscaremos problematizar a seguinte questão: o que viria a ser esse tipo humano progressista na visão de Sodré?

Como afirma Neal Wood (1978), a composição do ideal humano de um teórico é resultado da imbricação entre sua teoria e o ser social na qual foi nutrida. Nesse sentido, o ideal humano de Sodré se constrói a partir das escolhas feitas pelo teórico diante das situações e conflitos da sua época, o que, por sua vez, está profundamente relacionado com os seus valores. Valores estes que, para além da normatização da vida individual, projeta uma concepção mais abrangente acerca de como deveriam ser organizados os arranjos societários e também quais são as qualidades que devem ter os sujeitos que conduzirão a prática política. Partimos do pressuposto de que o que estamos chamando de Ideal humano progressista se constitui a partir de uma síntese, pois não representa uma classe social em específico, mas sim diferentes frações de classe que compõem o que Sodré define como povo e que possuem uma característica em comum, adjetivada de progressistas.

Ao longo da sua vida e obra, é possível identificar elementos importantes que irão compondo o seu Ideal humano progressista. Ser intelectualizado aparece como elemento central. Em diferentes momentos, Sodré faz duras críticas às instituições educacionais do Exército, tanto ao Colégio e a Escola Militar quanto à Escola Superior de Guerra, por terem uma forte postura anti-intelectual. A adoção destas posturas não era exclusividade do Exército, pois estava presente na sociedade brasileira como um todo, o que denotava, segundo Sodré, o nosso grande atraso material e cultural. A defesa dessa perspectiva deixa transparecer, como expôs no capítulo *Perspectivas* que passa a compor a obra *Introdução à Revolução Brasileira* a partir da terceira edição em 1967, a influência do racionalismo iluminista em seu pensamento.

No entanto, que este sujeito não seja alienado é possível inferir das suas afirmações que não ser alienado é tomar conhecimento da realidade nacional e tomar partido diante dela. No início da sua carreira enquanto crítico literário, por vezes buscou fazer a crítica literária dissociada da crítica política, buscando ficar no terreno da imparcialidade, postura que interpretou como ilusão ingênua em *Memórias de um escritor*. Na crítica que elabora acerca da obra de Jaime R. Pereira sobre o integralismo, ele concluiu: “pretendia julgar o fenômeno pelos documentos. Um livro era um documento. Ia julgá-lo com isenção, esquecido de que, assim, estava julgando uma política e, conseqüentemente, assumindo uma posição política, uma responsabilidade política” (SODRÉ, 1970, p. 75). Essa leitura feita retrospectivamente sobre a postura tomada neste episódio denota que seu pensamento foi reelaborado, evidenciando uma conjugação entre posturas éticas e morais com a sua produção teórica e a prática política.

Sempre me desagradou confundir a vida comum e privada com a vida pública; sempre me pareceu que o escritor se comunica com os demais pela sua obra, que é a sua atividade pública; o que lhe pertence como vida particular, não deve ser desvendado e, em regra, carece mesmo de interesse para os outros. Hoje, vinte anos depois, entretanto, não tenho como guardar o modo como me via (SODRÉ, 1967, p. 246).

A dimensão política se constitui, portanto, em um importante elemento para a composição deste ideal humano progressista. Porém, é importante pontuar que Sodré diferencia a prática política guiada pelo misticismo e a guiada pela ciência. Quais as diferenças entre essas duas formas de fazer política e o que elas nos dizem acerca da construção do ideal humano progressista que estamos atribuindo a este intelectual?

Esse político adjetivado como místico por Sodré surge em sua análise ao problematizar a prática política dos sujeitos que estavam imersos nas lutas que ocorriam no interior do Clube Militar. No que diz respeito às principais características que o compõe, este autor afirma:

O sentido místico da política – que pode até engrandecer algumas ações e fixá-las na História – valoriza extraordinariamente posições e decisões individuais ou de minorias, que se pretendem superiores às condições do meio e do tempo, dotadas de força para modificá-las. Coloca em primeiro plano, por outro lado, o sentido heroico do comportamento, a capacidade do sacrifício e até o pendor para o martírio; é muito sensível à projeção dos atos e das decisões, ao ruído que provocam, ao escândalo que levam. Visa certas formas de recompensa que individualizam valores: o aplauso, a capacidade de deflagrar tempestades. Contenta-se com o resultado imediato, colocando em destaque a função precursora, a dos que veem primeiro a “terra prometida”, o “paraíso social”. (SODRÉ, 1967, p. 367).

Posturas individuais ou de minorias que representam interesses de grupos ou classes específicas, sem considerar as questões mais gerais postas pelo processo histórico, o imediatismo e a falta de previsão, são características recorrentes da prática destes políticos místicos, que pode tender para uma prática que se assemelha a um certo aventureirismo. Ao que autor reafirma, “[...] na pequena burguesia, e especialmente em alguns de seus setores especializados – clero, militares, estudantes – parece que o clima da aventura é sempre desejado” (SODRÉ, 1967, p. 368).

Oliveira Filho (2011, p. 254) afirma que “[...] Sodré, como isebiano, dividia os grupos progressistas em massa e vanguarda, cabendo à última ‘educar e dirigir as massas’”. Caberia à pequena burguesia, tendo os militares como uma de suas frações, a direção deste processo revolucionário. No entanto, ao atribuir-lhes essa postura mística, que se equivale a uma noção vulgar da política, Sodré deixa claro que havia perdido a “fé” no potencial político desta fração de classe. Segundo Sodré,

O desvio de visão repousava, particularmente, na superestima do papel das forças militares no processo de transformação do Brasil. Tratava-se de deformação que ocorre às vezes, quando setores especiais da pequena burguesia – clero, estudantes, militares – apresentam-se como vanguarda isolada e afoita, supondo poder decidir, sozinha a situação: fora, aliás, o erro cometido no Clube Militar. É preciso convir de uma vez por todas: as forças setoriais daquela camada social não constituem a vanguarda capaz de decidir os destinos do país [...] (SODRÉ, 1967, p. 552).

Partimos do pressuposto que estes questionamentos de Sodré, lançados sobre a classe vista por ele até então como a vanguarda das forças progressista, opera um redirecionamento na elaboração de seu ideal humano, e, também, implicações para a construção do seu pensamento e da visão que tinha de si próprio e de seu papel enquanto intelectual no âmbito da sua classe de origem. Silva (2008, p. 13) e Penna (2011, p. 141) sugerem que Sodré pode ser analisado como um intelectual orgânico. O intelectual italiano Antonio Gramsci (1891-1937), ao definir essa categoria de intelectual, afirma: “[...] cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função” (GRAMSCI, 1982, p. 3).

Embora o próprio Sodré aponte em suas memórias (1967, 1970), retrospectivamente, a crítica ao seu pertencimento a pequena burguesia e o seu posterior rompimento com os valores desta classe e, no mesmo sentido, Cunha (2011a), ao reconstruir seu pensamento político, aponta dois momentos distintos, sendo, no primeiro, Sodré visto como intelectual pequeno-

burguês, enquanto no segundo, como intelectual marxista, nos questionamos até que ponto a construção do seu *ideal humano* acompanha o movimento feito na sua produção teórica. Posto que, ao mesmo tempo que vê a pequena burguesia imersa nessa prática política mística, alienada por desconhecer os problemas do país, entende também que o proletariado que está se estruturando não tem ainda condições de assumir essa postura de vanguarda. Com isso, aponta para uma incompletude da construção deste conceito em seu pensamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as adjetivações atribuídas a Nelson Werneck Sodré e ao seu pensamento: “homem plural” (COSTA, 2011, p. 29); “o historiador do imediato” (SILVA, 2001, p. 14); visto como um dos intelectuais que “renovou a historiografia do Brasil” (BARROS, 2001, p. 127); “ajudou a superar a concepção elitista de história” (BARREIRO, 2001, p. 143), e autor de uma “reflexão em movimento [de um] pensamento em processo” (NETTO, 2011, p.42).

Intelectual polêmico, haja vista ter sido militar e ao mesmo tempo intelectual marxista e membro do PCB, sua produção teórica é composta por uma vasta obra que, por várias décadas, foi rechaçada no meio acadêmico como “refúgio ideológico” (SILVA, 2001, p. 9). Sua atuação enquanto intelectual está circunscrita principalmente às suas publicações regulares nos principais periódicos do país, como as Revistas *Cultura Política* e *Diretrizes* e os jornais o *Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano*. Enquanto docente, teve uma profícua participação nos debates e cursos realizados pelo ISEB, tornando-se responsável pelo Departamento de História deste instituto. Suas obras são, em grande medida, resultado destas discussões empreendidas nestes diferentes espaços e possuem como principal característica a contínua reelaboração, seja por serem compostas por compilações de artigos publicados previamente em periódicos ou devido a incorporações das críticas feitas às primeiras edições.

A obra *Introdução à Revolução Brasileira*, principal obra em estudo nesta tese, se insere nesta dinâmica. Nesse sentido, a análise feita acerca do significado do conceito de revolução brasileira no pensamento deste autor buscou dar conta das diferentes edições desta obra, assim como de outros textos do autor (SODRÉ, 1938, 1944, 1960 1964, 1967, 1970, 1990) que abordam tanto a temática da revolução quanto outras discussões no âmbito da formação da literatura, da história e da sociedade brasileira, que deram suporte para a compreensão do contexto em que germinou o referido processo revolucionário. Deu-se ênfase à identificação das correntes teóricas e ideológicas, assim como para as camadas e agentes sociais que ocupavam e disputavam a cena política da época estudada pelo autor.

Partindo do entendimento de que a produção de um intelectual não se constrói em um vazio histórico, os contextos intelectual e social foram abordados como essenciais para o entendimento do pensamento de Sodré (SKINNER, 1996; WOOD, 1978). E, para além dos referidos contextos, centramos a atenção nas filiações institucionais, políticas e culturais deste intelectual, buscando inseri-lo no que Brandão (2010) nominou de linhagens do pensamento político brasileiro. Afinal, acreditamos que estes elementos são responsáveis pela especificidade do olhar lançado sobre esse processo revolucionário que resultou, por



consequente, na construção de um projeto de sociedade também específico se comparado a análise de outros autores, como por exemplo Florestan Fernandes (1975) e Caio Prado Júnior [1966] (1987), que também refletiram acerca do mesmo processo.

A análise do pensamento de Sodré, entendido enquanto projeto de nação para a sociedade brasileira, foi empreendida tendo por base a busca da identificação de qual é o seu *ideal humano*. Este conceito, no âmbito do pensamento de Wood (1978), se constrói a partir do estabelecimento da relação entre a teoria e o ser social na qual foi nutrida. O entendimento das bases do seu projeto de sociedade está ancorado na construção desse sujeito visto como portador das características ideais para a condução da vida política.

Na obra *Introdução à Revolução Brasileira*, publicada em 1958, Sodré afirma que o Brasil estava vivenciando um processo revolucionário, e ora aponta como agente desse processo frações da classe média – dando ênfase a um grupo composto por militares – ora a pequena burguesia e, outras vezes, a burguesia nacional. É possível localizar uma equivalência entre estes conceitos em seu pensamento, como segue, “[...] a classe média a que modernos estudiosos apreciam denominar pequena burguesia” (SODRÉ, 1967, p. 186), e “[...] representações ponderáveis da classe média, daquilo que se convencionou chamar de burguesia nacional” (SODRÉ, 1960, p. 30). Afirmada essa correspondência, buscou-se analisar por que este autor identifica esta classe ou frações dela como agente propulsor do processo revolucionário, e se há correlação com o que poderíamos definir como o *ideal humano* do seu projeto de sociedade.

Influenciado pela adoção da perspectiva marxista-leninista que fora disseminada pelo PCB, Sodré vislumbrou o processo revolucionário que estava em curso enquanto revolução burguesa – representando uma etapa necessária que antecederia a revolução socialista. O anti-imperialismo, antifeudalismo, democracia e o nacionalismo eram as principais teses defendidas. O nacionalismo é entendido no seu pensamento não mais como movimento de construção do sentimento de identidade, mas sim na perspectiva de conquista de soberania nacional.

Estavam engajados nesse processo uma frente ampla composta por diversas frações de classes, denominadas como forças progressistas que, em tese, compunha também o que o autor vislumbrava como povo naquele momento. A referência feita às forças progressistas por Sodré está fundada na discussão entre o Brasil velho, representado pelas heranças da atividade agrícola baseada na grande propriedade e na utilização de mão de obra escrava associada ao imperialismo, e o Brasil novo, composto por novas forças sociais favoráveis ao desenvolvimento e a industrialização identificadas como progressistas.

Deriva desta perspectiva marxista-leninista adotada pelo PCB a premissa de que haveria nesta frente ampla uma divisão entre agentes de vanguarda e as massas. Os agentes da revolução identificados por Sodré, recrutados no interior da classe média, são apontados pelo autor como agentes de vanguarda desta ampla frente em defesa da nação brasileira. Neste sentido, acreditamos que o *ideal humano* que pode ser identificado a partir do seu pensamento é híbrido, por não pertencer exclusivamente a uma classe social.

Denominamos como tipo humano progressista o sujeito visto por Sodré como aquele capaz de conduzir a vida política da nação. Inicialmente, o autor parece conferir um importante papel para uma das frações da classe média, os militares. É inequívoca a profícua participação destes elementos em importantes momentos políticos da nação, desde a luta em prol da Proclamação da República em 1889, passando pelo Movimento Tenentista ao longo da década de 20. A obra *História Militar do Brasil* de 1965 constrói um sucinto retrato dessas intervenções e o caráter democrático que estava na base da formação desta instituição desde o episódio da Guerra do Paraguai.

No entanto, ao mesmo tempo que estes elementos foram ativos nestas lutas democráticas, Sodré vai pontuando que, sendo eles, em sua maioria, pertencentes a pequena burguesia, estão intrinsecamente ligados aos valores produzidos no interior desta classe. Dentre estes valores, estão a ausência de perspectiva e previsão diante dos desafios impostos pelos processos históricos, o imediatismo e a adoção de posturas individualistas que correspondem apenas aos interesses de minorias. Tais características são associadas pelo autor a uma prática vinculada a uma noção vulgar de política, nominada por ele como mística.

Ao vincular à classe média (pequena burguesia) estas qualidades que, no limite, a impulsionam para essa prática política pautada na aventura e no misticismo, é possível perceber que há um redirecionamento na composição do que estamos chamando de seu ideal humano progressista, que refletirá também na visão acerca de seu papel enquanto intelectual no âmbito da sua classe de origem. Pois, diferentemente do místico, o político (entendido como aquele que faz política como ciência) valoriza e tem costurado à sua formação os elementos vistos por Sodré como fundamentais: a valorização da intelectualidade associada à racionalidade iluminista e uma prática política não alienada, atrelada à necessidade de conhecer a realidade circundante e se posicionar diante dela.

Essa lucidez em caracterizar as diferentes nuances das posturas adotadas por uma mesma fração de classe em diferentes momentos está atrelada ao que afirmou Netto (2011) sobre a reflexão de Sodré e seu pensamento estar em movimento, em processo, que traduz a sua capacidade de elaborar análises contextualizadas. Na esteira destas reinterpretações da

realidade circundante Sodré vislumbra, como apontado retrospectivamente, que se reposiciona, pois tomara uma posição, momento em que rompe com sua classe de origem e com os seus valores. Este momento é identificado por Cunha (2011a) como o momento em que Sodré torna-se um intelectual marxista. Porém, no que concerne à constituição do seu *ideal humano progressista*, parece que a sua elaboração é uma tarefa inconclusa em seu pensamento: ao mesmo tempo que as frações da pequena burguesia é vitimada por esta prática política mística, a classe trabalhadora ainda não estaria em condições de assumir esta postura de vanguarda revolucionária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, Ivan. Meu amigo Nelson Werneck Sodré. In. CUNHA, Paulo R. da; CABRAL, Fátima (Orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

ARARIPE, Cel. Luís de A. Militares e democracia. In. CUNHA, Paulo R. da; CABRAL, Fátima (Orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

BARROS, Henrique Lins de. “Prefácio”. In. DOMINGUES, Heloísa M. Bertol (Org.). **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BARROS, José D’Assunção. Henri Pirenne – considerações sobre sua obra historiográfica. In. **Antíteses**. V.6, n.12, p.318-340. Jul/dez, 2013.

BASTOS, Elide R.; RÊGO, Walquíria D. L. (Orgs.) A moralidade do compromisso. In. BASTOS, Elide R.; RÊGO, Walquíria D. L. **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Editora Olho D’Água, 1999.

BASTOS, Elide R. O intelectual e a projeção do novo. In. CUNHA, Paulo R. da. **Um olhar à esquerda**. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011a.

BOTELHO, André. Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação. In. BOTELHO, A, BÔAS, Gláucia V. (orgs.). **O moderno em questão: A década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2008.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

CARDOSO, Juliane. H.; SILVA, Vania S. V.; NERES, Geraldo M. Como estudar teoria política: textualismo, contextualismo linguístico e contextualismo social. In. **Anais do V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais**. Conectando mundos, repensando relações. Porto Alegre: Unioeste, Evangraf, 2016.

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CUNHA, Paulo R. da; CABRAL, Fátima (Orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

CUNHA, Paulo R. da. **Um olhar à esquerda**. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011a.

\_\_\_\_\_. Nelson Werneck Sodré: apontamentos para uma (re)leitura e uma vocação. In. SILVA, Marcos (Org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: Fapesp, 2001b.

\_\_\_\_\_. O ANTIMIL: o setor militar – origens de uma organização. **Lutas Sociais**. São Paulo: n.29, p.59-71, jul./dez., 2012.

\_\_\_\_\_. Nelson Werneck Sodré, os militares e a questão democrática: algumas questões e uma problemática. In. CUNHA, Paulo R. da; CABRAL, Fátima (Orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011b.

DEL ROIO, Marcos T. A classe operária na revolução burguesa. A política de aliança do PCB, 1928-1935. **Dissertação de Mestrado**. Campinas: Unicamp, 1988.

DOMINGUES, Heloísa M. B; SÁ, Magali Romero. Controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX. In. DOMINGUES, Heloísa M. B. (Org.). **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? In. **A República inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. v.2. São Paulo; Globo, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FLEIUSS, Max. **História administrativa do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

GAIO, André M. Formação histórica do Brasil. In. Silva, Marcos (org.). **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 2008.

GUALTIERI, Regina C. E. O Evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In. DOMINGUES, Heloísa M. B. (Org.). **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HIPPOLITO, Regina. Enfoques de uma vida militante. In. **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Unesp, 2011.

IANNI, Octávio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.17, n. 49, junho, 2002.

\_\_\_\_\_. Processos político e desenvolvimento econômico. In. IANNI, Octávio. et al (Org.). **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **RBCS**, v. 20, nº. 57, fev./2005.

LOVATTO, Angélica. A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: Os tempos do ISEB. In. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo: PUC, n. 3, Jul./Dez., 1997.

LOWY, Michel. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. A evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo: Lech, 1979.

LYNCH, Christian E. C. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. In. **Revista Dados**, v. 56, n. 4. Rio de Janeiro. Out./Dez. 2013.

MEIRELLES, Bolivar M. S. de. Ideologia na educação do militar brasileiro. In. **Militares e a política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

NERES, Geraldo Magella; DOMBROWSKI, Osmir; DA SILVA, Vania Sandeleia Vaz. A construção do conceito moderno de Democracia: versão inicial de um projeto de pesquisa. **Tempo da Ciência**, v. 23, n. 45, p. 116, jan. 2016.

NETTO, José Paulo. **Nelson Werneck Sodré: o general da história e da cultura**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. História da literatura brasileira. In. **Dicionário crítico de Nelson Werneck Sodré**. Organizador Marcos Silva. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

OLIVEIRA, R. R. de. O “progresso” e a significac o da sociedade em alguns dos primeiros dicionários monolíngues brasileiros. **RUA**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 154–179, 2015.

OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. A participacão de Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. In. **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Unesp, 2011.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco. J. de. **Evolu o do povo brasileiro**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. In. **Revista Sociedade e Estado**. V. 28, n. 3. Set./Dez., 2013.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). **Declara o Sobre a Política do PCB**. Voz Operária, 1958.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a na o**. São Paulo:  tica, 1990.

PENNA, Lincoln De Abreu. **A República dos manifestos militares**. Nelson Werneck Sodré, um intérprete republicano. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

PINTO, João A. da C. Orientações do pensamento brasileiro. In. **Dicionário crítico de Nelson Werneck Sodré**. Organizador Marcos Silva. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESTES, Anita L. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). São Paulo: Brasiliense, 2008.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROSA, Virginio Santa. **O sentido do tenentismo**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Onega, 1976.

SANTOS, José R. dos. Cultura e crítica literária: uma nova perspectiva. In. CUNHA, Paulo R. da.; CABRAL, Fátima (orgs). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In. **As idéias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. O contextualismo social de Neal Wood e Ellen Meiksins Wood: uma introdução. In. **Anais do V Simpósio Parananense de Ciências Sociais**. Conectando mundos, repensando relações. Porto Alegre: Unioeste, Evangraf, 2016.

SILVA, Marcos. Diante do imediato. In. SILVA, Marcos (Org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Cidadão Werneck Sodré, soldado e escritor. In. **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. (org) Marcos Silva. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Visões da política**: sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2005.

SODRÉ, Alcindo. **A gênese da desordem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Revolução Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Livraria e editora Ciências Humanas, 1978.

- \_\_\_\_\_. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- \_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira: Seus fundamentos econômicos**. 2ª ed. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1940.
- \_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_. **História militar do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Memórias de um escritor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, 1960.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Formação histórica do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Literatura e história no Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.
- \_\_\_\_\_. **História e Materialismo Histórico no Brasil**. São Paulo: Global, 1985
- \_\_\_\_\_. **As classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Síntese da história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- STRAUSS, Leo. “Perseguição e a arte de escrever”. In. Strauss, Leo. **Perseguição e a arte de escrever**. São Paulo: É Realizações, 2015.
- TARCOV, Nathan e PANGLE, Thomas L. Epílogo. Leo Strauss e a História da Filosofia Política. In. STRAUSS, Leo. **História da Filosofia Política**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- TOLEDO, Caio N. de. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In. SILVA, Marcos (org). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: FAPESP, 2001.
- VIANNA, Marly de A. G. Repensando o Brasil. In. **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Unesp, 2011.
- WEFFORT, Francisco. **Clássicos da política 1** (apresentação). São Paulo: Ática, 2006.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Citizens to lord** – A social history of Western Political Thought from Antiquity to the middle ages. London: Verso, 2008.



WOOD, Neal. The social history of political theory. **Political Theory**, v. 6, n. 3, 1978.

YAZBECK, Mustafa. Ofício de Escritor. In. SILVA, Marcos (Org.). **Dicionário crítico de Nelson Werneck Sodr e**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.